



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

Bruna de Oliveira Sales

**A representação do casamento em *As Três Irmãs* (1862) e *Estrelas Propícias*  
(1863), de Camilo Castelo Branco**

Rio de Janeiro  
2022

Bruna de Oliveira Sales

**A representação do casamento em *As Três Irmãs* (1862) e *Estrelas Propícias* (1863), de  
Camilo Castelo Branco**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Marques Samyn

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

C349 Sales, Bruna de Oliveira.  
A representação do casamento em As três irmãs (1862) e Estrelas propícias (1863), de Camilo Castelo Branco / Bruna de Oliveira Sales. – 2022.  
95 f.

Orientador: Henrique Marques Samyn.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Castelo Branco, Camilo, 1825-1890 - Crítica e interpretação - Teses. 2. Castelo Branco, Camilo, 1825-1890. As três irmãs – Teses. 3. Castelo Branco, Camilo, 1825-1890. Estrelas propícias – Teses. 4. Casamento na literatura – Teses. 5. Casamento – Portugal – Séc. XIX – Teses. I. Samyn, Henrique Marques, 1980-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0-95

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Bruna de Oliveira Sales

**A representação do casamento em *As Três Irmãs* (1862) e *Estrelas Propícias* (1863), de  
Camilo Castelo Branco**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de mestre, ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Aprovada em 07 de fevereiro de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Henrique Marques Samyn (Orientador)  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof. Dr. Marcus Vinicius Nogueira Soares  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof. Dra. Luciene Marie Pavanelo  
Universidade Estadual Paulista

Rio de Janeiro

2022

## DEDICATÓRIA

Ao meu marido Thiago,  
por ser a razão de eu querer ser melhor a cada dia.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder saúde e colocar no meu destino o curso de Letras e todas as maravilhas literárias que descobri desde o início da faculdade.

Ao meu querido orientador, Henrique Marques Samyn, por sempre ter acreditado em mim e no meu amor pela Literatura Portuguesa. Também sou muito grata pela paciência, confiança, amizade e generosidade comigo ao longo desses anos de orientação.

A todos os professores que contribuíram, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento desta pesquisa, especialmente à professora Luciene Marie Pavanelo e ao professor Marcus Vinicius Soares. Agradeço também aos outros professores que me mostraram que o caminho da educação e da leitura é transformador e que merece ser trilhado. Obrigada por me ajudarem a ser a profissional que sou hoje.

À minha mãe, Claudete, por nunca ter deixado os livros faltarem à mesa. Obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos da vida e por sempre sonhar os meus sonhos junto comigo.

Ao meu marido e grande amor, Thiago, por ter me ajudado a fazer esta dissertação se tornar realidade e por todo amor, compreensão e parceria durante esses anos. A vida se tornou muito melhor depois que te conheci.

Aos meus amigos, por todo apoio e compreensão ao longo do mestrado.

I am no bird; and no net ensnares me: I am a free human being with an independent will.

*Charlotte Brontë*

## RESUMO

SALES, Bruna de Oliveira. *A representação do casamento em As três irmãs (1862) e Estrelas propícias (1863), de Camilo Castelo Branco*. 2022. 95 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Falar sobre o casamento na sociedade ocidental implica associá-lo ao fato de que essa instituição sempre foi vista como forma de obter vantagens entre as famílias dos futuros cônjuges, sendo a mulher utilizada como moeda de troca. Nessa relação, elas assumiam uma posição de total submissão ao marido. Após acontecimentos marcantes para a história mundial, como a Revolução Francesa, e para a história nacional, como a Revolução Liberal do Porto, Portugal teve de lidar com novos cenários em diferentes aspectos, dentre eles o social, no qual os papéis sociais foram repensados e, com isso, os revolucionários denominaram a família como a base dessa nova sociedade que começa a se erguer no final do século XVIII. Com isso, os homens passaram a dominar não somente a esfera privada como também a pública, enquanto as mulheres ficaram cerceadas a cuidarem da casa e dos filhos, mas é pertinente ressaltar que nem todas aceitaram passivamente tal posição. Após tantas mudanças sociais, alguns casamentos passaram a ser celebrados por amor, surgindo, portanto, muitos conflitos familiares a respeito dessa questão, e a literatura, através de autores como o português Camilo Castelo Branco, representou esses acontecimentos em muitos romances, entre eles *As Três Irmãs* (1862) e *Estrelas Propícias* (1863), obras pouco revisitadas pela crítica camiliana. É a partir desse contexto de total dominação masculina que o presente trabalho intenta estudar minuciosamente a representação do casamento a partir das obras supramencionadas através das questões de gênero e socioeconômicas, buscando entender como esses tópicos aparecem nos textos camilianos, além de traçar um paralelo com o cenário de oitocentos.

Palavras-chave: Camilo Castelo Branco. Gênero. Casamento. Século XIX.

## ABSTRACT

SALES, Bruna de Oliveira. *Marriage representations in Camilo Castelo Branco's As três irmãs (1862) and Estrelas propícias (1863)*. 2022. 95 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

When talking about marriage in Western society, it is associated with the fact that this institution has always been seen as a way to get advantages between the families of future spouses and the woman was seen as the way to get it. In this relationship, women assumed a position of total submission to their husbands. After important events for history, such as French Revolution, and for national history, such as Porto Liberal Revolution, Portugal had to deal with new scenarios in different aspects, including the social one, in which social roles were rethought and the revolutionaries named the family as the basis of this new society that began to emerge at the end of the 18th century. As a result, men came to dominate not only the private but also the public sphere, while women were restricted to taking care of the house and children, but it is pertinent to emphasize that not all of them passively accepted this position. After French Revolution, some marriages began to be celebrated for love, which resulted in many family conflicts regarding these two types of marriage, and literature, through authors such as the Portuguese Camilo Castelo Branco, represented these events in many novels, among them *As Três Irmãs e Estrelas Propícias*, less revisited books by the Camillian critics. It is from this context of total male domination that this work intends to carefully study the representation of marriage from the aforementioned works through gender and socioeconomic issues, seeking to understand how these issues appear in Camillian texts, in addition to drawing a parallel with the eight hundred scenario.

Keywords: Camilo Castelo Branco. Gender. Marriage. XIX Century.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1 A QUESTÃO DO CASAMENTO E A CONDIÇÃO FEMININA OITOCENTISTA .....	19
1.1 Mulheres à margem num século pós-revolucionário .....	19
1.2 A resignificação dos valores a partir da ascensão burguesa.....	22
1.3 Uma breve reflexão sobre a questão de gênero .....	34
1.4 A misoginia romântica .....	39
2 O CASAMENTO (E A RECUSA DELE) EM <i>AS TRÊS IRMÃS</i> (1862) .....	44
3 O CASAMENTO POR AMOR <i>VERSUS</i> INTERESSES PATRIARCAIS EM <i>ESTRELAS PROPÍCIAS</i> (1863) .....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	88
REFERÊNCIAS .....	92

## INTRODUÇÃO

Quando pensamos nos escritores mais expressivos da literatura portuguesa do século XIX, certamente um dos que nos vêm à memória é Camilo Castelo Branco (1825-1890). Pensamos nele tanto pelo número significativo de publicações como por sua vida intensa, que daria uma boa história de aventura. De acordo com pesquisadores como Luciene Pavanelo e Moizeis Sobreira de Sousa, a produção camiliana conta com mais de cem títulos – Pavanelo afirma serem 137 distribuídos em 180 volumes escritos durante quarenta anos de dedicação à criação literária (PAVANELO 2009a, p. 11) e Sousa, por sua vez, nota que entre 1863 e 1865, nosso autor publicou doze romances, oito volumes de memórias, críticas, narrativas, dois de poesia e uma comédia (SOUSA, 2009, p. 28) – que absorveram elementos das estéticas romântica e realista-naturalista portuguesas. Muitas das informações biográficas de Camilo são imprecisas, o que o faz ser considerado uma figura lendária e mítica. Maria de Lourdes A. Ferraz nota que:

Se uma das características do mito é a impossibilidade de recuperar a fatorialidade que teria ocasionado o encadeamento dos eventos que levaram à fixação do seu valor, Camilo, como é correntemente conhecido, pode bem considerar-se o autor mítico do Romantismo português. Com efeito, também para ele existe uma história, nunca provada, de bem encadeados eventos que, cristalizada pela tradição, dá força ao mito e sua simbologia. (FERRAZ, 1997, p. 80).

Sobre a biografia de Camilo, não pretendemos nos estender muito: perdeu os pais quando jovem e passou a viver com a tia de maneira muito humilde. Sua educação cristã se deu porque fora educado por um padre, porém não seguiu firmemente a religião católica e transitava entre a negação e a fé. Essa oscilação acontecia porque, ao mesmo tempo, ele pensava que se Deus existisse, Ele não interferiria nos acontecimentos do mundo; por outro lado, a semente do Cristianismo plantada pelo padre Azevedo em Camilo deixou em seus pensamentos a tendência para buscar consolo num Deus misericordioso (COELHO, 2002, p. 42). É necessário salientar isso porque, recorrendo às palavras de Jacinto do Prado Coelho, os romances camilianos são edificados com as ideias de providência divina, do pecado e da salvação, sendo inviável a compreensão desses romances fora da concepção cristã (2002, p. 44-45).

Além da orfandade e da questão religiosa, podemos mencionar outras questões que permearam a vida de Camilo: ele teve uma intensa vida amorosa, cercada de boêmia e

turbulências, desenvolveu cegueira, passou por dificuldades financeiras, tornou a escrita a sua profissão, entre outros acontecimentos. Por ter tido uma vida agitada, a questão sobre o possível autobiografismo de Camilo permeia os estudos dos pesquisadores camilianos, ou seja, questiona-se frequentemente se os trabalhos do nosso autor apresentam aspectos autobiográficos ou se as vivências das personagens são puramente ficcionais.

A respeito do vínculo entre biografia e ficção camilianos, vale destacar que a crítica apresenta diferentes opiniões. Teófilo Braga acredita que a vida de Camilo está presente nas suas obras, afirmando que “sua longa atividade de artista exerceu-se sem plano, segundo as sugestões de um temperamento impressionável, obedecendo às correntes do meio social em que flutuava, sem se preocupar com o destino das suas concepções” (BRAGA, 1892, p. 241)<sup>1</sup>. Ao citarmos Alexandre Cabral, em seu *Subsídio para uma interpretação da novelística camiliana*, podemos ver que ele dialoga com o primeiro crítico e chama atenção para relacionar a obra à biografia de Camilo, para que a análise se torne mais produtiva:

[...] A vasta obra de Camilo Castelo Branco, nos mais diversos domínios, não se explica nem se entende por si mesma. Se a sociedade justifica o comportamento do homem, são as vivências do homem que tornam hoje compreensível a complexidade e amplitude do legado do escritor (CABRAL, 1985, p. 14).

Apesar de parte da fortuna crítica camiliana defender o biografismo como caminho analítico para a obra do romancista português, há quem advirta sobre tal interpretação. Jacinto do Prado Coelho afirma que convém evitar o biografismo para que não haja possibilidades de interpretações enviesadas; porém, isso torna-se válido quando o crítico se utiliza do contexto no qual foi produzida a obra camiliana para compreendê-la melhor (2002, p. 23). Carlos Reis e Maria da Natividade Pires (1999, p. 213), em *História Crítica da Literatura Portuguesa*, compartilham do pensamento de Jacinto, ou seja, não devemos tomar os romances como reflexo absoluto da biografia do autor, mas notar uma intertextualidade que pode ser estabelecida entre ficção e vida real para que se possa fazer uma melhor interpretação da obra.

## **O romance passional e satírico de Camilo Castelo Branco**

---

<sup>1</sup> A grafia do trecho citado foi editada e adaptada para as normas vigentes da Língua Portuguesa com o intuito de facilitar a leitura e compreensão.

Tendo ciência de que a obra camiliana é extensa, a crítica tratou de classificá-la e, entre essas divisões, faremos menção apenas à “Novela<sup>2</sup> Passional” e “Novela Satírica” para não fugirmos do objetivo desta dissertação e porque é uma divisão muito utilizada pela fortuna crítica camiliana<sup>3</sup>. Massaud Moisés observa que “o fulcro da obra de Camilo é representado pela novela passional, de que foi definidor e o máximo representante em Portugal” (1967, p. 89). De acordo com Paulo Franchetti:

Não erraremos muito se afirmarmos que a “novela camiliana” é, no vocabulário crítico atual, um termo que recobre, na interpretação canônica de António José Saraiva e Óscar Lopes, a produção do autor dividida em duas linhas cristalizadas [...], que funcionam como polos de tensão entre os quais oscila o restante da sua obra romanesca (FRANCHETTI, 2003, p. 10).

Mencionando Saraiva e Lopes, os estudiosos pontuam dois exemplares que representam as Novelas Passional e Satírica, que são, respectivamente, *Amor de Perdição* (1862) e *A Queda de um Anjo* (1866) (SARAIVA; LOPES, 1996, p. 783). Por sua vez, Teófilo Braga, antecessor dos críticos acima, observa que:

Há em Camilo Castelo Branco dois escritores, que se destacam claramente na sua obra: o idealizador sentimental, religioso, afetivo, e o caricaturista cheio de ironias, comprazendo-se em representar as aberrações risíveis da natureza humana. Paira entre estas duas atrações; uma leva-o ao enternecimento idílico, que o faz aceitar todas as pieguices do romantismo, a outra o impele à provocação polêmica, em que faz da pena um estilete onde verte todos os venenos que se podem concentrar na linguagem (BRAGA, 1892, p. 240).

A definição do conceito de Novela Passional não é unânime, portanto, isso implica a discordância entre alguns estudiosos. Não nos aprofundaremos nessa questão, porque não é nosso objetivo, porém, a fim de relatar de forma panorâmica como se davam essas novelas,

---

2 Observamos que tanto o termo “novela” como “romance” é utilizado para se referir à narrativa camiliana, porém, neste trabalho, adotaremos o “romance”, porque, segundo José Régio, “O certo é que tem sido discutida a propriedade com que se poderá chamar *romances* aos romances do nosso grande romancista [Camilo]. Nenhum argumento de peso poderia justificar não se chamar assim a várias obras suas [...]. Como quase todos os romancistas muito pessoais, Camilo despreza quaisquer *receitas* do gênero. Em última análise, criou o seu romance” (RÉGIO, 1980, p. 87-88; grifos do autor). A diferença entre novela e romance não é uma posição unânime entre os estudiosos, porque os elementos que os diferenciam variam a cada opinião. Jacinto do Prado Coelho, em sua *Introdução*, seleciona as definições de diversos críticos literários e demonstra que não há um ponto em comum: para o escritor austríaco Franz Grillparzer, o romance desenvolve os personagens gradualmente e a novela é psicopática; já para o filósofo e autor Friedrich Schlegel, a novela tende a relatar algo que realmente aconteceu, diferenciando-a do romance. O próprio Camilo não distingue qualitativa e quantitativamente a novela do romance (COELHO, 2002, p. 433).

3 Concordam com essa divisão os críticos Massaud Moisés, em *Presença da Literatura Portuguesa*, Jacinto do Prado Coelho na *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana* e António José Saraiva e Óscar Lopes em *História da Literatura Portuguesa*. Apesar de terem proposto um quadro evolutivo dividindo a produção ficcional camiliana em três estágios, Saraiva e Lopes demonstram predileção pela divisão aqui tratada.

citaremos, novamente, Jacinto do Prado Coelho (2002) e Massaud Moisés (1967), respectivamente:

A novela amorosa era, pois, o seu domínio. Mas, por outro lado, o temperamento de Camilo, febril, vigoroso, rico de contrastes, impelia-o naturalmente para a representação dos sentimentos fortes, das cenas de luta, paixão, movimento e espanto. [...] No seu «aferro à paixão peninsular e à nossa lágrima irredutível», não era o amor feliz, idílico e repousado que principalmente lhe interessava [...], mas o amor tenso e combativo, que vence obstáculos, se debate em angústias, teima, em último caso, na resistência passiva, e acaba por sublimar-se na sombra do convento ou nas torturas da morte lenta. (COELHO, 2002, p. 239)

[...] [A novela passional envolve] sempre personagens de um mundo de espectros, por assim dizer, tal clima carregado de obsessões, ideias fixas, a conduzir para desenlaces trágicos ou dramáticos através de atos extremistas baseados na paixão desenvolvida ao grau mais elevado. Criaturas impulsionadas por uma espécie de fatalismo do sentimento, entregam-se ao amor, que é paixão e não desejo de elevar-se pela contemplação do outro, – guiadas por instintos, por imperiosas necessidades físicas. A exacerbação dos sentimentos arrasta-as a negar qualquer força coercitiva, social ou moral, de que sobrevêm; orientarem-se por códigos individualistas ou de base exclusivamente sentimental. Está-se em pleno clima romântico, onde o ato mais absurdo se explica pelas razões do coração. (MOISÉS, 1967, p. 89)

A crítica camiliana que adota a classificação mencionada concorda que a Novela Passional representou um período de maturidade do nosso autor, que aconteceu por volta de 1860. Um romance que marcou esse ponto máximo foi *Amor de Perdição*, segundo nota Luís Xavier Barbosa no prefácio de *Cem Cartas de Camilo*:

Apenas aparecido este romance de Camilo [*Amor de Perdição*], ele empolgou como por magia todas as classes do país, que o devoravam entre o aplauso e a comoção, sendo gerais e sem discrepância os louvores e as lágrimas. Todos choraram sobre os infortúnios de Tereza de Albuquerque e de Simão Botelho; [...]. Camilo obteve assim a suprema consagração como romancista. E nos anos posteriores, quase por três décadas sucessivas, a sua produção literária continuou abundante, variada e esmerada (BARBOSA, 1919, p. 20-21).

Agora, comentaremos sobre as Novelas Satíricas, que, ao contrário das mensagens transmitidas por histórias sobre amores impossíveis, mostram casos em que as personagens esperam prosperar socialmente, em que a vida é norteadada por prazeres instantâneos e pela cobiça.

Para explicar essa dicotomia entre as novelas passionais e satíricas, os estudiosos afirmam que Camilo tomara a escrita como sua profissão, ou seja, ele vivia das suas publicações; portanto, ele precisava acompanhar as tendências seguidas pelos leitores. Paulo Franchetti afirma que:

Camilo foi o primeiro escritor português a viver apenas do ofício. Numa sociedade que não dispunha de um número expressivo de leitores, num tempo em que os direitos autorais estavam começando a ser reconhecidos (a lei dos direitos de autor, proposta por Garrett, é de 1851), Camilo teve de escrever muito (FRANCHETTI, 2003, p. 9).

Devemos alertar que uma leitura dos romances baseada nesta interpretação pode ignorar um detalhe importante: as chamadas Novelas Passionais apresentam características que se desviam dos moldes românticos<sup>4</sup>. Ao ler o já mencionado *Amor de Perdição*, notamos que há passagens satíricas e toques de humor, o que nos faz considerar a não cristalização do autor em classificações engessadas, pois a narrativa pode apresentar tramas que podem perfeitamente se desenvolver tanto no campo passional como no satírico.

Ao aproximarmos do fim desta seção, é conveniente comentar sobre o tipo da escrita camiliana, que é permeada por críticas e ironias – fatores que se tornaram tão característicos do nosso autor e que serão discutidos nos capítulos seguintes. De acordo com Maria de Lourdes Ferraz, e concordando com a crítica mencionada no decorrer desta seção, o amor e seus desdobramentos são a força da obra camiliana. Ela atenta, também, para a “apetência polêmica” e as críticas que são inerentes à sua narrativa “cheia de ironias cortantes, relativamente a um mundo, a uma sociedade e a uma literatura que não se coíbe de caricaturar e castigar nos seus vícios mais aparentes ou mais escondidos” (FERRAZ, 1997, p. 83).

### **A escrita como profissão**

Conforme já mencionado, Camilo vivia da publicação dos seus escritos, ou seja, ele era um escritor profissional; desse modo, para honrar seus compromissos financeiros, ele precisava agradar os leitores. Esse público era composto sobretudo por mulheres da burguesia e suas escolhas literárias passavam pelo crivo de seus tutores – que poderiam ser os pais, tios, irmãos ou outro parente homem – que buscavam saber do que a história tratava para que não “infectasse” suas meninas e mulheres com as ideias subversivas que circulavam entre os cidadãos que simpatizavam com os ideais liberais (COELHO, 2002, p. 64). Guilhermino César, na “Nota Preliminar” ao romance *A Filha do Doutor Negro* (1864), afirma que Camilo tinha consciência que seu público leitor era, em grande parte, feminino. Sabendo disso, ele adotou um tom pedagógico em todo o romance, ou seja:

---

4 A respeito desse tema, ver: “A ficção camiliana para além de histórias de amor” (P. M. OLIVEIRA, 2009) e “Entre o coração e o estômago: o olhar distanciado de Camilo Castelo Branco” (PAVANELO, 2009).

[Camilo] Dispôs com habilidade as peripécias, dosou a linguagem, afeiçoou a história de Albertina ao gosto das leitoras sensíveis, sem deixar de fazer uma obra útil aos pais de família, assustados com a dissolução dos costumes; a rebeldia das jovens, em questões de amor, já não lhes reconhecia a caprichosa autoridade de outros tempos (CÉSAR, 1946 [1864], p. 2).

Para atrair o maior número possível de leitores, o autor precisava equilibrar, em seus romances, temáticas que flertassem com progressos sociais, como a dissolução da monarquia e a emancipação da mulher e, ao mesmo tempo, era necessário adotar um tom conservador. Para lidar com aspectos tão controversos, Jacinto do Prado Coelho destaca que durante o início da década de 1860, Camilo escreveu “romances educativos”, ou seja, que apresentavam cunho moralizante, de forma a guiar seus leitores para um caminho de virtudes. Segundo o estudioso, “Camilo vai oscilando entre dois polos – a independência que se empenha em defender e a dependência inevitável para subsistir.” (COELHO, 2002, p. 62). Além de Coelho, Guilhermino César nota, ainda na “Nota Preliminar” de *A Filha do Doutor Negro*, que *As Três Irmãs* iniciou uma série de cinco romances – os quais se adequam “no tom e no som da melhor concepção burguesa” (1946 [1864], p. 2) – que termina com a publicação, em 1864, de *A Filha do Doutor Negro*.

Os romances *As Três Irmãs* (1862) e *Estrelas Propícias* (1863) foram publicadas pelo jornal *O Comércio do Porto* juntamente com as obras *Estrelas Funestas* (1862), *O Bem e o Mal* (1863) e *A Filha do Doutor Negro* (1864) – sendo esses os cinco romances que compõem a série mencionada por Guilhermino César. *O Comércio do Porto* era um jornal que prezava o puritanismo (COELHO, 2002, p. 62), portanto, os folhetins lá publicados eram considerados “adequados para meninas”. Nas publicações desse jornal, nota-se que Camilo obedeceu às normas impostas e cedeu à moral burguesa, louvando a obediência aos pais, a honestidade e a gratidão, entre outras virtudes.

No século XIX, eram comuns os romances folhetinescos, ou seja, romances que eram publicados por capítulos, periodicamente, nos jornais da época. O folhetim foi um modelo de publicação que teve muito sucesso e alcançou número expressivo de leitores. Pensando, agora, nos romances moralizantes, o folhetim parecia ser o veículo perfeito para a propagação de seus valores para a sociedade portuguesa. Era fundamental, segundo a ótica do romance moralizante, mostrar aos leitores e à sociedade, através do folhetim, os modelos familiares a serem seguidos e estabelecer papéis sociais para os gêneros.

A presente dissertação se concentrará na análise das obras *As Três Irmãs* (1862) e *Estrelas Propícias* (1863). Discutiremos, aqui, a representação da questão do casamento vivida pela sociedade portuguesa oitocentista nos romances e a luta das personagens

principais para se casarem com as pessoas que desejavam – no caso de Corina – e até mesmo não se casar – como foi o caso de Jerónima.

No primeiro capítulo, lançaremos um olhar para a condição da mulher oitocentista na Europa<sup>5</sup> e as circunstâncias em que eram realizados os casamentos entre pessoas abastadas. Para isso, precisaremos lembrar marcos importantes para a História como a Revolução Francesa e a ascensão da burguesia. No segundo capítulo, analisaremos o romance *As Três Irmãs*, observando mais atentamente a trajetória de Jerónima e o impacto que suas escolhas causaram no desenrolar do enredo. Por fim, nos debruçaremos sobre *Estrelas Propícias*, analisando o funcionamento daquela sociedade e o risco que ela representava para o final feliz de um casal. Além do enredo, no último livro, nos atentaremos para uma outra personagem importante: o narrador camiliano, que interrompe, comenta e se diverte com a história o tempo todo.

Com isso, ansiamos contribuir para a fortuna crítica camiliana, agregando reflexões e questionamentos acerca da representação da sociedade burguesa portuguesa do século XIX e de como essa classe via os cidadãos – sobretudo as mulheres – e as relações sociais como o casamento. Observe-se ainda que, apesar de haver diversos estudos sobre Camilo, algumas obras não são muito contempladas – como é o caso dos dois romances que serão estudados. Acreditamos que esse autor deve ser mais estudado e suas obras devem passar por releituras sob diversas óticas, porque Camilo sempre colocou em pauta questões que ainda são atuais e urgentes para os leitores, como a questão de gênero, as diferenças socioeconômicas e raciais, entre outras.

## **O contexto português**

Para uma melhor análise dos romances que compõem o *corpus* desta dissertação, bem como entender o ambiente no qual o Camilo Castelo Branco estava inserido, convém uma breve análise do contexto político-econômico pelo qual passava Portugal no século XIX. Diante de eventos como a Independência dos Estados Unidos da América e a Revolução Francesa, Portugal manteve uma postura neutra; porém, devido ao Bloqueio Continental – uma estratégia para enfraquecer a Inglaterra economicamente – instaurado por Napoleão

---

5 Ao dizer Europa, nos referimos apenas à porção ocidental do continente por dois motivos: o primeiro é para não irmos além do objetivo aqui proposto, e o segundo é porque a dissertação se debruçará sobre o contexto português. No capítulo seguinte, mencionaremos a França porque, na época, esse era um país visto como o “palco do mundo” ocidental, e isso quer dizer que muitos hábitos vistos e praticados em Portugal eram emulados do país de Napoleão Bonaparte.

Bonaparte, o país lusitano precisou se posicionar e, assim, estreitou laços com a Inglaterra, opondo-se à França. Napoleão fez isso por meio de uma proibição: nenhuma nação poderia comprar mercadorias industrializadas dos ingleses e, ao mesmo tempo, ninguém poderia enviar matérias-primas para eles. Quem desrespeitasse essas determinações sofreria a intervenção militar napoleônica. Visto que Portugal não aderiu ao Bloqueio Continental, ele foi invadido por Napoleão em 1807 e o rei partiu para o Brasil juntamente com a corte e a sua família.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, Portugal sofreu uma grave crise econômica e política e, por outro lado, a então colônia recebeu um grande incentivo para se desenvolver, chegando a se tornar reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. Soma-se à crise econômica o descontentamento dos portugueses com a ausência de D. João, que estava no Brasil. Esse quadro da ex-metrópole levou ao fortalecimento dos ideais liberais – que já estavam aflorados na França –, provocando uma mudança de pensamentos sobre a política atual (HOMEM, 2000, p. 265). Os liberais portugueses perceberam que o momento que estavam vivendo era favorável para implantar os conceitos de igualdade, liberdade e fraternidade, que foram as bases da Revolução Francesa em 1789.

Em 1820, foi iniciada uma revolta que reivindicava o retorno do rei a Portugal e a formação de uma Assembleia Constituinte para fundamentar a administração do novo governo pós-restauração. Com receio de perder o trono português, D. João VI retornou a Lisboa, deixando seu filho D. Pedro IV no governo do Brasil. Em 1821, a Família Real regressou a Portugal, porém, o rei não mais gozava de poder absoluto, pois a nova Constituição de 1822, de caráter liberal, propôs a tripartição dos poderes e a redução do rei a uma figura simbólica (HOMEM, 2000, p. 267). Com isso, a Coroa estava subordinada ao Legislativo, que agora contava com uma Câmara dos Deputados e o país lusitano experimentou o regime de monarquia constitucional.

Como esperado, esse cenário político não foi do agrado dos conservadores, e isso gerou alguns movimentos de oposição ao liberalismo vigente. Mencionaremos aqui apenas o evento que ocorreu em 1826, quando D. Miguel contrariou a Constituição que havia jurado, dissolveu as cortes e se declarou rei absolutista. Com essa nova ordem, muitos liberais sofreram represálias, chegando a ser presos, mortos ou exilados. Dentre os liberais exilados, temos o escritor Almeida Garrett, que utilizou a imprensa estrangeira para fazer críticas e combater o governo português. Portugal viveu tempos marcados por grande instabilidade política e econômica, porque o descontentamento popular, as revoltas e os golpes políticos causaram uma grande crise financeira e a fragilidade do governo português. A reversão desse

quadro só começou a ser posta em prática em meados da segunda metade do século XIX, com a Regeneração<sup>6</sup>.

Muitos escritores da época de Camilo se debruçaram sobre esse tema, como foi o caso de Garrett – inclusive, chegou-se a acreditar que essas narrativas não davam espaço para as questões históricas, políticas ou filosóficas. O professor Paulo Motta Oliveira (2005, p. 6) nota que esse suposto descomprometimento do autor com as temáticas políticas e sociais de Portugal pode ter sido um motivo para a alocação do escritor numa posição desprivilegiada no campo da literatura, visto que a historiografia da Literatura deslocou para uma posição secundária os escritores que não tinham como objetivo problematizar as questões pelas quais Portugal sofria. Porém, apesar de seguir o curso das narrativas amorosas, Camilo não deixou de abordar as problemáticas que o cercaram enquanto cidadão. Motta afirma que “existe, na ficção camiliana, uma interpretação de Portugal, que, também nela, e talvez de forma ainda mais viva e clara que em outros escritores, o país está presente. Mas esse *reflexo do real* não espera poder *mudar o real*” (P. M. OLIVEIRA, 2005, p. 6, grifos do autor); isto é, Camilo faz representações da sociedade oitocentista, porém não propõe medidas que possam solucionar os problemas apresentados. Tatiana Moysés ressalta que essa “neutralidade” camiliana não pressupõe sua aprovação ou submissão ao que foi imposto à sociedade. Camilo retrata os acontecimentos de modo crítico e sarcástico (MOYSES, 2009, p. 10).

Camilo abordou esses acontecimentos importantes que aconteceram em Portugal em diversas obras. Em *Estrelas Propícias*, por exemplo, Gastão de Noronha foi à falência devido às invasões napoleônicas. A ida de portugueses ao Brasil para fazer fortuna também foi mencionada nessa obra a partir da personagem António de Azevedo. Além de *Estrelas Propícias*, podemos utilizar como alguns exemplos os romances *Os brilhantes do brasileiro* (1869), *Coração, cabeça e estômago* (1862), *Aventuras de Basílio Fernandes Enxertado* (1863) e *A filha do arcediogo* (1854), que também tratam da imigração.

Como observado anteriormente, Camilo Castelo Branco escreveu *As Três Irmãs* e *Estrelas Propícias* durante a época em que produziu o que Jacinto do Prado Coelho denominou “romances educativos”, com o objetivo de educar e sugerir uma moralidade a ser seguida pelos seus leitores. Exemplos de obras produzidas nesse período, além das que serão analisadas aqui, são *Doze casamentos felizes* (1861), *Amor de Perdição* (1862) e *A Filha do Doutor Negro* (1864). Nessa época, em especial, as personagens camilianas transitavam, ao

---

<sup>6</sup> A Regeneração, ou Fontismo, foi um período marcado pela estabilidade política, o que possibilitou implementação de melhorias no país, com destaque aos setores de comunicação e transporte. Esse movimento se iniciou em 1851 e teve como representante o tenente e engenheiro Fontes Pereira de Melo (HOMEM, 2000, p. 271).

longo da narrativa, entre a virtude e o vício, como é o caso de Eulália, uma das personagens d'*As Três Irmãs*, que se casa com um homem viciado em jogos de azar e, a partir dessa situação, vê-se diante do seguinte dilema: continuar com seu marido e compactuar com o seu vício e as consequências que isso traria, ou voltar para casa de seus pais e ter uma vida digna<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Quando dizemos que Eulália teria uma vida digna ao voltar a morar com os pais, certamente a sua tranquilidade não seria plena, porque a mulher que se separava do marido sofria julgamentos dos outros, já que tal ato não era legitimado pela sociedade.

## 1 A QUESTÃO DO CASAMENTO E A CONDIÇÃO FEMININA OITOCENTISTA<sup>8</sup>

### 1.1 Mulheres à margem num século pós-revolucionário

Para nos situarmos na linha do tempo histórica, lembremos de que a sociedade oitocentista vivia o contexto pós-Revolução Francesa, cujos ideais – igualdade, liberdade e fraternidade – não foram aplicados igualmente aos gêneros, de forma que as mulheres continuavam a ter suas liberdades limitadas pelas vontades patriarcais e imposições matrimoniais. Algumas das leis postas em vigor no período da Revolução que visavam o direito feminino “foram a igualdade na herança para ambos os sexos e o divórcio, que colocou homens e mulheres no mesmo plano jurídico” (ALAMBERT, 1997, p. 78); esse último direito foi drasticamente alterado, posteriormente, pelo Código Napoleônico, que estabeleceu que se a mulher abandonasse seu lar, ela poderia ser reconduzida a casa pelo poder público “e obrigada ‘a cumprir seus deveres e a gozar de seus direitos em plena liberdade’” (PERROT, 2009, p. 108). A respeito do divórcio: antes do Código Civil – ou Napoleônico –, na França, tal recurso poderia ser requerido mediante sete justificativas; após a instauração do Código, o número foi reduzido para três (PERROT, 2009, p. 32-33).

A limitação da liberdade das mulheres se deu, principalmente, com as mudanças na organização social, na qual o homem administrava a esfera pública da sociedade – sendo responsável pelo sustento e pela tomada de decisões importantes para o bem da família – e a mulher cuidava da esfera privada, ou seja, cuidava dos afazeres domésticos e da educação dos filhos, conforme será melhor analisado mais adiante. O discurso hegemônico sustentava a dominação masculina, afirmando que as mulheres eram fúteis, frágeis e débeis – o que fortalecia a visão patriarcal de que os homens eram superiores a elas e de que o casamento oferecia uma possibilidade de salvação para essas “pobres almas”, que poderiam ser facilmente corrompidas. Vejamos, no trecho abaixo, um exemplo da opinião pública sobre a mulher. Oliveira Martins, o autor do trecho, afirma que o período menstrual, a gravidez e o parto tornam a mulher inválida, e o casamento é o tratamento para essas “doenças” femininas:

---

<sup>8</sup> Trechos do presente capítulo foram anteriormente publicados em SAMYN, Henrique Marques; SALES, Bruna de Oliveira. **Relações matrimoniais e interesses patriarcais em *As Três Irmãs (1862)* e *Estrelas Propícias (1863)*, de Camilo Castelo Branco**. RevLet – Revista Virtual de Letras, Rio de Janeiro, v. 12, nº 02, p. 957-974, - ago/dez, 2020.

As regras, a prenhez, o parto fazem-te inválida; és enferma por condição, és histérica... O casamento foi uma terapêutica; o marido, teu protector, um médico. Por sobre enferma, a mulher é débil, no corpo e no espírito. O seu valor está no seu encanto, na sua beleza, no perfume com que inunda a casa, nos trilos como de ave com que enche o ninho, nos sorrisos e canduras com que doira a vida comum. (MARTINS, 1924, p. 157, atualizamos a grafia)

Essa visão misógina sempre esteve presente nos discursos da sociedade: Aristóteles afirmava que as mulheres poderiam ameaçar a harmonia coletiva; além disso, elas são defeituosas e frias, e essa frieza é contrária ao calor masculino. Segundo Michelle Perrot, Aristóteles defendia que “O homem é criador [...]. Na geração, a mulher não passa de um vaso do qual se pode esperar apenas que seja um bom receptáculo.” (PERROT, 2019, p. 23). Essas afirmações proferidas por esse e demais pensadores serviram de base, por muito tempo, para os argumentos que pregavam a superioridade masculina. Na Idade Média, Tomás de Aquino retoma tal pensamento. Paulo de Tarso, em uma carta a Timóteo, afirma o seguinte:

A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine, nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, e depois Eva. E Adão não foi enganado, mas sim a mulher, que, tendo sido enganada, tornou-se transgressora (BÍBLIA, 1 Timóteo 2, 11-14).

Em relação às mulheres casadas, Paulo observa que:

Mulheres, sujeitem-se a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos (BÍBLIA, Efésios 5, 22-24).

Dando um salto na história, Perrot também nota que figuras contemporâneas compartilhavam esse pensamento: Auguste Comte acreditava na “‘inaptidão radical do sexo feminino para o governo, mesmo da simples família’, em virtude da ‘espécie de estado infantil contínuo’ que caracteriza o feminino” (PERROT, 2017, p. 187) e Hegel, um pensador que representou uma base filosófica para o governo burguês após a Revolução Francesa, sustentava o argumento de que haveria uma “vocação natural” para os dois sexos. Para ele, o homem deveria ocupar cargos no Estado, na ciência ou em outras atividades que desempenhassem semelhante função, além de estar à frente nos combates. A mulher, por outro lado, é fonte de piedade e foi feita para ocupar o espaço interior. Hegel e Comte compartilhavam semelhante pensamento a respeito da ocupação de cargos públicos pelas mulheres: Hegel defendia que caso alguma mulher assumisse o governo de um Estado, a

instituição correria perigo, porque ela não age de acordo com a demanda da coletividade, mas seguindo seus caprichos e vontades (PERROT, 2017, p. 187).

Amelia Valcárcel, em *Misoginia romântica* (1993), sintetiza o pensamento exposto acima ao ressaltar a influência que a filosofia exerce nas diversas áreas da sociedade e ao fundamentar as ideias básicas dos grandes momentos históricos. Vejamos:

El discurso misógino tuvo abundantes cultivadores [...]. Ninguna argumentación es intemporal. La filosofía dá forma a las ideas básicas de las grandes fases históricas. Tiene sobre todo una influencia difusiva a través de otros discursos: sus conceptualizaciones se encuentran en los fundamentos a veces implícitos de muchas otras ramas del saber y de la acción, por ejemplo, las artes, la historia, la política, la psicología, la medicina o las mismas ciencias de la naturaleza (VALCÁRCEL, 1993, p. 16).<sup>9</sup>

Como esperado, sendo vítimas de tanta discriminação, as mulheres acreditavam que o corpo era inimigo da alma e que aquele era um impedimento para a salvação. Ao verem seus corpos como defeituosos devido aos processos de gravidez, partos e amamentação, elas os desvalorizavam, crendo ser úteis apenas para a reprodução da espécie humana (KNIBIEHLER, 1994, p. 351). Yvone Knibiehler nota ainda que no século XIX, a mulher sofria muito com doenças: “Além da gravidez e do parto, a puberdade e a menopausa constituem também, a partir de então, provações mais ou menos perigosas, e as menstruações, feridas dos ovários, abalam, diz-se, o equilíbrio nervoso” (KNIBIEHLER, 1994, p. 361). O senso comum e médicos afirmavam que a natureza feminina era frágil, ou seja, a biologia delas as levava a uma fatalidade inevitável; porém, não percebiam que as condições às quais as mulheres eram submetidas era um fator importante para a fragilidade da saúde: “De fato, as raparigas e as mulheres eram doentes em função das condições de vida que lhes eram impostas; mas poucos médicos sabiam então ter em conta os fatores sociais” (KNIBIEHLER, 1994, p. 361). Vale ressaltar que esse discurso, que legitimava tais tomadas de decisões, era justificado por fenômenos biológicos e, dessa forma, pressupunha-se a existência de dois sexos com características e habilidades diferentes: “Aos homens, o cérebro [...], a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 2017, p. 186).

---

<sup>9</sup> O trecho correspondente na tradução é: “O discurso misógino teve abundantes cultivadores [...]. Nenhuma argumentação é atemporal. A filosofia molda as ideias básicas das grandes fases históricas. Acima de tudo, exerce influência difusa por meio de outros discursos: suas conceituações são encontradas nos fundamentos às vezes inexplicáveis de muitos outros ramos do conhecimento e da ação, por exemplo, artes, história, política, psicologia, medicina ou as próprias ciências da natureza”.

Tomando como “regra” o fato de que as mulheres se resignavam a essa situação de dominação e como para todas as regras há exceções, havia mulheres que iam na contramão desse caminho – ou seja, que lutavam por seus direitos e queriam ocupar a esfera pública assim como os homens – e que por isso eram tratadas com desprezo pela sociedade. Novamente, recorreremos a Michelle Perrot, que afirma que o homem público cumpria uma função importante e reconhecida; já a mulher pública representava “vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria” (PERROT, 1998, p. 7). Com isso, podemos ver o quanto a sociedade da época buscava manter as mulheres no âmbito privado.

O tratamento dado às mulheres contradizia o que afirmava a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, posta em vigor ainda em 1789, que propôs, entre outros direitos, a igualdade entre todos os indivíduos. “As mulheres não seriam ‘indivíduos?’” Questiona Perrot (PERROT, 2017, p. 186); tal Declaração excluiu as mulheres, negando-lhes a participação na vida pública (ALAMBERT, 1997, p. 52). O legado da Revolução Francesa, ou seja, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, lhes garantia os direitos civis, mas não os políticos, como o direito ao voto, por exemplo. Entre os direitos civis estavam a “igualdade de sucessão, igualdade no ato civil do casamento que supõe seu livre consentimento e pode ser dissolvido pelo divórcio; direito de gerir seus bens em função do contrato de casamento” (PERROT, 2019, p. 142). Apesar dos problemas, a Revolução conseguiu romper com os costumes da época ao garantir esses direitos às mulheres e “destronou o pai, assim como matou o rei” (PERROT, 2019, p. 142).

Em virtude dessa desigualdade, em 1791, Marie Gouze, mais conhecida como Olympe de Gouges (1748-1793), escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, a qual reivindicava, basicamente, a igualdade dos direitos entre os homens e as mulheres, prezando pela participação igualitária da distribuição dos cargos, dos empregos, da dignidade, entre outros postos, conforme reza o artigo treze do referido documento. No pós-fácio da Declaração, Gouges reflete o seguinte: “Ah, mulheres! Mulheres, quando deixarão de ser cegas? Quais são as vantagens que vós obtivestes com a Revolução? Um menosprezo mais constatável, um desdém mais acentuado.” (ROCHA *et al.*, 2020, p. 187) – o que corrobora com estudos contemporâneos sobre o papel da mulher na sociedade.

## 1.2 A ressignificação dos valores a partir da ascensão burguesa

O casamento nem sempre significou a união de duas pessoas que se amam: a princípio, ele era uma forma de as famílias aristocráticas obterem vantagens econômicas, políticas e simbólicas. Com a ascensão da Igreja Católica, o casamento ganhou um novo sentido, isto é, ele ainda era uma instituição com valores seculares e importante para a economia e para a sociedade, porém, nesse novo cenário, agrega-se “ares mais espirituais com a intervenção cada vez mais presente da Igreja e o crescimento da importância do consentimento para a legitimação da união” (SILVA, 2008, p. 67). Observadas essas vantagens, não importava se os noivos eram parentes ou não, nem se tinham algum tipo de afeto entre si. Segundo Irene Vaquinhas, na primeira metade do século XIX, as moças pertencentes a famílias aristocráticas costumavam casar-se com os primos ou tios visando fortalecer ou aumentar suas fortunas. No caso das viúvas, geralmente, elas realizavam o segundo casamento com seus cunhados e com o mesmo objetivo das jovens (VAQUINHAS, 2011, p. 137).

Essa configuração de casamento perdurou até a ascensão da burguesia, e essa mudança requereu uma reestruturação dos discursos filosóficos que legitimavam a sociedade de então. Antes da Revolução, podemos afirmar que a burguesia se utilizava das teorias jusnaturalistas<sup>10</sup> para justificar seus direitos. Após esse grande marco, os princípios sociais sofreram grandes mudanças, e Hegel foi um importante pensador que as interpretou. Com isso, a classe ascendente aderiu a esses princípios interpretados pela visão hegeliana, que sustentava que o Estado era um garantidor dos interesses particulares, possuindo, dessa forma, “um direito soberano perante os indivíduos que em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever” (HEGEL, 1997 [1820], p. 217). No livro *Princípios da Filosofia do Direito* (1997) [1820], o filósofo expôs, de forma detalhada, a sua concepção de Estado. Na obra, o autor observa as relações entre três instâncias fundamentais: o indivíduo, a sociedade civil e o Estado.

É importante mencionar que, a partir do decreto de 20 de setembro de 1792, o Estado francês encarregou um funcionário para tornar legal o matrimônio, declarando os noivos unidos perante a lei. Dessa forma, a esfera pública passou a intervir na privada, e, com isso, começou-se a limitar os poderes da Igreja, ao tornar as uniões matrimoniais legais somente

---

<sup>10</sup> De forma geral e muito superficial, o jusnaturalismo é o direito inerente à pessoa pelo simples fato de ser humana, e esse direito é diferente das normas elaboradas pelo Estado. Segundo Norberto Bobbio, Niccola Matteucci e Niccola Pasquino, “O Jusnaturalismo é uma doutrina segundo a qual existe e pode ser conhecido um ‘direito natural’ (*ius naturale*), ou seja, um sistema de normas de conduta intersubjetiva diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado (direito positivo)” (1998, p. 828).

com a presença de um funcionário municipal. No Antigo Regime, a união era consolidada apenas com o testemunho de um padre, que presenciava a troca do “sim” feita entre o casal (PERROT, 2009, p. 30-31). Em Portugal, por outro lado, a situação ocorreu de forma diferente: segundo o Código Civil Português, que foi aprovado em 1867, porém entrou em vigor em 1868, os católicos deveriam celebrar os casamentos conforme estabelecido pela Igreja Católica, e aqueles que não eram católicos poderiam contrair matrimônio “perante o oficial do registro civil, com as condições e pela forma estabelecida na lei civil” (artigo 1057.º). Isso se dava na teoria; na prática, o funcionamento era diverso: apesar de o registro civil ter sido decretado em Portugal em 1832, ele só obteve caráter obrigatório em 1911, após a Proclamação da República. Isso quer dizer que, durante esse tempo, os casamentos eram celebrados pelos párocos, sendo os noivos católicos ou não. Isso prolongou a multissecular tradição do caráter sacro do registro dos nascimentos, dos casamentos e dos óbitos, determinado pelo Concílio de Trento (SERRÃO, 1987, p. 28).

A família burguesa, após a Revolução Francesa, passou a ser vista como o modelo de moral a ser seguido pela sociedade, contrastando, dessa forma, com as famílias aristocratas do Antigo Regime. Como observado anteriormente, a esfera pública adentrou a vida familiar e foi a partir disso que surgiram as discussões sobre a ocupação e dominação desses âmbitos. Devemos ter em mente que, segundo Hegel, para a família ser relacionada ao espírito ético, os membros deveriam assumir funções diferentes, sendo o homem, enquanto chefe, o representante dessa instituição (HEGEL, 1997 [1820], p. 158). Dessa forma, o pai significava a “figura de proa da família e da sociedade civil” (PERROT, 2009, p. 107), ou seja, ele dominava a vida pública e privada durante o século XIX.

É muito importante notar também que apesar de o âmbito privado ser ocupado majoritariamente pelas mulheres, seus poderes sobre a casa e a família eram limitados devido a vários motivos. Visto que eram os homens que sustentavam os membros familiares, eram eles que dominavam a esfera privada e administravam as famílias. “Nos meios burgueses, ele controla as despesas domésticas entregando à mulher determinada soma, muitas vezes bastante apertada.” (PERROT, 2009, p. 111). Diversas vezes, a entrega do dinheiro à mulher era uma experiência traumática, pois o marido nem sempre aceitava dar seu dinheiro à esposa (KNIBIEHLER, 1994, p. 396). Soma-se a isso o fato de que a vida política oitocentista era dominada apenas pelo homem; portanto, todas as decisões deveriam ser tomadas por ele – inclusive as decisões matrimoniais dos filhos: “Muitos casamentos são combinados pelos pais, e há mães que, sensíveis à voz do coração, tomam partido de suas filhas debulhadas em lágrimas [...]” (PERROT, 2009, p. 111-112). Um outro motivo para o homem ser considerado

o representante da família era que, segundo o imaginário popular, as decisões paternas eram tomadas com base na ciência e na razão, opondo-se às mães e mulheres, que eram sempre sentimentais, suscetíveis à paixão, à loucura e a demais sentimentos. É por isso que Kant, Comte e Proudhon defendiam o poder do pai frente ao lar: “o doméstico é importante demais para ser deixado à natureza fraca das mulheres” (PERROT, 2009, p. 112). Portanto, à mulher cabia somente educar os filhos, cuidar da casa e ser o “pilar espiritual da família” (VAQUINHAS, 2011, p. 128).

A título de explicação, é válido ressaltar que nem todas as mulheres eram proibidas de trabalhar no século XIX<sup>11</sup>. Segundo Catherine Hall, “no caso do trabalho das mulheres pobres, as normas eram um pouco diferentes. As mulheres podiam ter um ofício, se fosse um prolongamento de seu papel feminino ‘natural’”; ou seja, era permitido que as mulheres consideradas pobres assumissem trabalhos domésticos, relacionados à moda ou à alimentação, “mas certos tipos de ofícios executados por mulheres eram considerados totalmente incompatíveis com a natureza delas, principalmente se fossem exercidos num ambiente misto” (PERROT, 2009, p. 71).

Para finalizar a análise sobre os membros da família, falaremos brevemente sobre os filhos: ocupando o centro da família, eles eram objetos de todos os tipos de investimentos – sejam eles afetivos, educativos, econômicos e até mesmo existenciais (PERROT, 2009, p. 134). A respeito dos direitos e deveres, Hegel afirmava que os filhos são livres, não pertencendo aos pais, e têm o direito de ser alimentados e educados pelos progenitores. Por outro lado, eles devem ser disciplinados, educados e devem permitir a interferência dos pais no seu livre-arbítrio (HEGEL, 1997 [1820], p. 159). O Código Civil Português de 1867 também trata das funções familiares: a mãe apenas deve ser ouvida “em tudo o que diz respeito aos interesses dos filhos”, sendo exclusivamente o pai responsável por representar e defender os filhos menores dentro e fora dos tribunais (art. 138º). Os filhos devem honrar e respeitar os pais (art. 142º) e eles devem “dar a seus filhos os necessários alimentos e ocupação conveniente, conforme as suas posses e estado” (art. 140º).

---

11 A respeito do trabalho doméstico feminino, Silvia Federici desenvolveu um importante trabalho de reflexão sobre a importância do trabalho não assalariado para o sistema capitalista. Em seu livro *Calibã e a Bruxa* (2019) e em demais obras, Federici argumenta que o trabalho doméstico é um dos principais pilares do capitalismo, porque ele cuida dos trabalhadores e dá origem a futuras mãos de obra assalariada. Nessa configuração, a mulher cuida da casa, prepara a comida, lava as roupas e realiza os outros diversos afazeres para que o marido, ao chegar em casa, tenha o devido descanso para trabalhar no dia seguinte. Além disso, é ela quem gera os futuros trabalhadores e precisa dedicar um bom tempo da sua vida para educar a criança a fim de que ela, futuramente, entre no mercado de trabalho e, conseqüentemente, faça parte das engrenagens capitalistas. A diferença entre o trabalho do marido e o da esposa é que o dele é remunerado e o dela não.

É oportuno também abordar, mesmo que brevemente, como se dava a educação das meninas na sociedade oitocentista. Não era adequado que elas tivessem acesso ao saber, pois isso e a feminilidade andam em caminhos opostos. Tido como sagrado, o conhecimento era visto como uma característica de Deus e do homem, que foi feito à imagem e semelhança do seu criador e é seu representante no mundo. “É por isso que Eva cometeu o pecado supremo”, afirma Perrot (2019, p. 91). Em outros termos: ela gostaria de ter acesso ao saber e, por isso, cedeu à tentação da serpente, comeu o fruto proibido e recebeu a punição de Deus. “As religiões do Livro (judaísmo, cristianismo, islamismo) confiam a Escritura e sua interpretação aos homens. A Bíblia, a Torá, os versículos islâmicos do Corão são da alçada dos homens” (PERROT, 2019, p. 91). O advento da Reforma Protestante e, em seguida, da Contrarreforma contribuíram para uma certa ruptura com esse cenário. A Reforma contribuiu ao propor que a Bíblia fosse lida por todos os indivíduos; portanto, isso implicava no desenvolvimento da instrução das meninas. A Igreja da Contrarreforma, por sua vez, “consciente da influência das mulheres, investe em sua educação, multiplica as escolas e os ateliês. Mas ainda existe muita reserva sob esse aspecto” (PERROT, 2019, p. 91-92).

A corrente Iluminista, por outro lado, julgava necessário “ministrar às meninas ‘luzes amortecidas’, filtradas pela noção de seus deveres” (PERROT, 2019, p. 92). Serão melhores abordadas, ao longo do capítulo, as implicações que os pensamentos iluministas tiveram na reprodução da desigualdade entre homens e mulheres. Rousseau, em *Emílio ou Da Educação*, afirma o seguinte:

[...] toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, torna-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância (ROUSSEAU, 1995 [1762], p. 433).

Esse pensamento seguiu no decorrer do século XIX, juntamente com a já comentada mentalidade de separação entre a mulher e o saber, pois o conhecimento dá azo a pensamentos arriscados. Dessa forma, a educação da mulher se dava de forma básica, ensinando-lhes o necessário para ser uma futura boa dona de casa. A educação era feita em casa, pelas mães, e visava ao ensino de “bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício...que tecem a coroa das virtudes femininas” (PERROT, 2019, p. 93). Vale lembrar que o que era ensinado variava de acordo com o contexto histórico e os métodos de ensino utilizados.

Michelle Perrot também aponta como ocorria a educação das moças, que variava conforme as classes sociais: as aristocratas recebiam lições em casa e aprendiam idiomas estrangeiros, bem como a equitação. As famílias burguesas educavam suas filhas de forma mista: uma parte da educação era feita em casa e, dos 15 aos 18 anos, elas iam para pensionatos, onde aprendiam habilidades como desenhar e tocar piano, para que pudessem se destacar nos serões familiares e nos eventos sociais; já as moças das camadas mais baixas auxiliavam suas mães e compareciam aos ateliês das “‘irmãs de caridade’”, onde aprendem a ler, contar, orar e costurar – isso porque a costura era uma obsessão nesse grande século do têxtil” (PERROT, 2019, p. 94). Yvonne Knibiehler, por sua vez, afirma que, na prática, a maioria das meninas eram educadas nos pensionatos, sendo poucas completamente educadas em seus domicílios: “Graças aos pensionatos, as mães libertam-se de boa vontade das preocupações da idade ingrata” (KNIBIEHLER, 1994, p. 385).

Retomando à família, de forma geral, pudemos perceber que o Estado exerceu grande influência sobre ela e, conseqüentemente, sobre a vida privada. Conforme veremos a seguir, Hegel foi um dos pensadores que atrelou a formação da família a valores edificantes. Entretanto, a vida e as relações sociais exigiam, na prática, que o fator financeiro fosse um tópico relevante, pois os aspectos econômicos ainda interferiam e determinavam as relações matrimoniais – apesar de, na teoria, esse aspecto ter assumido uma posição secundária e ter dado lugar à moral. Notamos isso quando Hegel afirma em seu livro *Princípios da Filosofia do Direito* que a família “se funda na realidade moral e objetiva do amor” (HEGEL, 1997 [1820], p. 158), porém, o filósofo também defende que “A família não só é capaz de propriedade como, para ela, enquanto pessoa universal e perdurável, a posse permanente e segura de uma fortuna constitui uma exigência e uma condição” (HEGEL, 1997 [1820], p. 157), ou seja, é uma condição para a família a posse de uma fortuna, ressaltando, assim, a importância da questão econômica para a realização dos casamentos. Perrot sintetiza muito bem a importância do patrimônio para a composição da família ao afirmar que “O patrimônio é, a um só tempo, necessidade econômica e afirmação simbólica” (PERROT, 2009, p. 80).

Visto que era considerado imprescindível a formação de uma família sem uma fortuna, a associação do casamento a uma forma de ascensão social e financeira ganhou força à época. Moysés observa que “Quando se casava com um cônjuge mais abastado, o indivíduo tinha alguns direitos garantidos pelo Estado, em curto e em longo prazo, tais como o compartilhamento das economias e o recebimento de herança em um eventual óbito” (MOYSES, 2015, p. 58). Isso se dava porque, seguindo a lógica de que a família é a matriz do Estado, esse deveria concentrar esforços para a manutenção dessa instituição.

A preocupação com a estabilidade material [...], a cautela na escolha dos noivos e das noivas, os quais devem pertencer ao mesmo estrato social, de preferência ‘uns furos acima’, o conhecimento dos seus antecedentes (receio dos sangues ‘avariados’), tudo era pesado e bem pesado, resultando o casamento, com frequência, mais de expectativas familiares do que de afinidades pessoais (VAQUINHAS, 2011, p. 137-138).

De forma geral, a partir de 1789, a Revolução Francesa acarretou uma série de mudanças na sociedade europeia e nos demais continentes – como a instauração da República na França e mudanças na esfera pública e privada de muitos países –, e isso foi retratado em certas obras literárias da época. No caso de Portugal, somam-se ainda as suas próprias revoluções internas, como, por exemplo, a Revolução Liberal do Porto, em 1820, que teve como consequência a Constituição de 1822, conforme veremos na próxima seção.

Dessa forma, podemos afirmar que a literatura produzida em Portugal a partir do segundo quartel do século XIX apresentava características pós-revolucionárias. Sabemos que as mudanças acarretadas pela Revolução Francesa não ficaram restritas apenas à França, mas se espalharam para outros países da Europa e do mundo. Em Portugal – país de maior interesse nesta dissertação –, o modo de vida burguês chegou tardiamente, porém, com o tempo, as famílias portuguesas cederam às novidades advindas da França. Devemos ter em mente que “os modelos, os ritmos e os ritos do casamento são influenciados e condicionados pelo contexto cultural em que a instituição se insere” (CASCÃO, 1993, p. 427), ou seja, Portugal não assimilou completamente os costumes burgueses da França, mas os adaptou à sua cultura. Um exemplo da referida demora portuguesa relacionada à ascensão da classe burguesa pode ser visto na promulgação do já mencionado Código Civil Português. Esse documento teve seu projeto inicial em 1821 e foi finalizado somente em 1867, ou seja, houve um período de 46 anos para a sua efetivação, o que caracterizou a lentidão na afirmação da burguesia na sociedade oitocentista. Nas palavras de Joel Serrão:

Rotinas ancestrais e ancilosas impediam ou coarctavam ou atrasavam os apelos à inovação subsumidos no projecto nacional de ‘regeneração’ em curso, o qual, só mediante compromissos, tantas vezes instáveis, lograva, como um rio em solo adverso, avançar por meandros mais ou menos caprichosos (SERRÃO, 1987, p. 27).

Em Portugal, a burguesia, quando ascendeu socialmente, foi considerada uma nova aristocracia, na qual, em analogia, o pai assumiu a posição do rei, “chefe natural e autoridade incontestável, verdadeiro monarca absoluto ou, quando muito, um déspota esclarecido” (VAQUINHAS, 2011, p. 123), ao qual os demais membros deveriam obedecer.

Vaquinhas e Cascão notam que essa nova classe procurou destacar a importância da família. “O que conta já não é a linhagem, importante para uma nobreza de sangue, mas sim a família, enquanto projetos de aspirações. O próprio Estado é concebido como uma miríade de família ou de coletividades familiares dispersas” (VAQUINHAS; CASCÃO, 1993, p. 449). Entretanto, como vimos, embora a família fosse um pilar para o Estado, ela precisava de uma fortuna para se consolidar, portanto, “dados demográficos do período demonstram que as uniões matrimoniais estavam associadas, frequentemente, a questões de ordem financeira” (MOYSES, 2015, p. 60).

A questão econômica era tão importante na decisão dos aspectos matrimoniais que pautava desde a escolha da estação a qual seria realizada a festividade até a idade média em que os nubentes se casariam. Tendo isso em vista, “nas áreas rurais é evidente a fuga às épocas do ano em que é mais sensível a acumulação de trabalhos agrícolas ou da relativa penúria material (inverno e especialmente a primavera)” (VAQUINHAS; CASCÃO, 1993, p. 428). No que concerne à idade média considerada adequada para o casamento, temos que “os indivíduos pertencentes aos grupos superiores casavam mais tarde do que os membros das classes populares” (VAQUINHAS; CASCÃO, 1993, p. 428). Irene Vaquinhas e Rui Cascão nos oferece a justificativa para tal:

Nos ambientes rurais, parece demonstrado que os lavradores e proprietários casavam bastante mais tarde, comparativamente com os jornaleiros agrícolas. A necessidade de constituir um patrimônio (quase sempre assegurado por via sucessória), que implicava, muitas vezes, o adiamento da celebração das bodas para uma data posterior à morte de um dos progenitores, explica, em boa medida, a assunção de tal comportamento retardatário. A escassez do mercado matrimonial local ou regional era também um fator que influía consideravelmente sobre as estratégias familiares dos grupos mais abastados e mesmo dos remediados (VAQUINHAS; CASCÃO, 1993, p. 429).

Nesse contexto de relações matrimoniais e interesses financeiros, as mulheres assumiam uma posição delicada, pois elas precisavam ter um dote, ou seja, elas precisavam possuir alguma propriedade, dinheiro ou outros bens para oferecer ao noivo e contrair o matrimônio. Ainda a respeito do dote temos que: “o dinheiro assume formas variadas: móveis, imóveis, negócios e ‘esperanças’. Outros elementos entram em linha de conta: o nome, a consideração, a ‘situação’ [...], a ‘classe’ e a beleza fazem parte dos termos de troca” (PERROT, 2009, p. 124). Knibiehler vai ao encontro de Perrot e nota que a importância do dote variava de acordo com a cultura de cada país: nos países latinos e na França, uma moça não se casava se não possuísse dote, mesmo que ela não fosse rica. A partir disso, estratégias matrimoniais eram tecidas e as futuras noivas embarcavam nessa união conscientes, sem se

sentirem sacrificadas por se casarem por conveniência, desde que o marido fosse da mesma classe social. É explicado a elas que o casamento acontece antes do surgimento do amor, e caso o amor não surja, é possível viver sem ele, pois o casamento era associado à conquista de uma identidade social e, para elas, isso era mais importante do que ter o matrimônio como uma fonte de felicidade; com o tempo, o dote recebe um valor que vai além da materialidade: passou-se a apreciar novas características como as qualidades, o conhecimento e habilidades que poderiam fazer a futura esposa ser útil ao seu marido (KNIBIEHLER, 1994, p. 393).

Quando a mulher não tinha um dote a oferecer, ou quando a quantia não era satisfatória, as suas chances de se casar eram diminuídas, restando a elas o celibato ou uniões indesejáveis financeiramente (VAQUINHAS, 2011, p. 139). As criadas ou as operárias sérias eram bem-vistas pelos rapazes que pretendiam desposá-las, pois as economias delas serviam para pagar as dívidas deles ou para tentarem se estabelecer. “As mulheres são as cadernetas de poupança nos meios populares” (PERROT, 2009, p. 123).

É válido ressaltar que com a nova configuração da sociedade, ou seja, com os burgueses no poder, a vida pública das mulheres foi drasticamente diminuída, sendo proibidas de trabalhar em empregos que não fossem uma extensão dos trabalhos domésticos, conforme visto anteriormente, – sendo esses empregos pouco rentáveis. Portanto, para essas mulheres, as chances de ascender socialmente eram muito baixas ou nulas; assim, o casamento era visto por elas como uma das poucas formas de mobilidade social – mesmo tendo consciência de que era difícil atingir essa proeza, pois não possuíam dote nem frequentavam os mesmos círculos sociais dos potenciais noivos abastados.

Na segunda metade do século XIX, o amor passou a ser um fator importante para a celebração dos casamentos. Knibiehler e Perrot convergem ao afirmar que foi crescente o número de pessoas que desejavam se casar por inclinação e viver um amor verdadeiro na vida conjugal. Em outras palavras: o desejo subjetivo passa a ser considerado sem, necessariamente, estar relacionado a questões políticas, econômicas e sociais. Certamente, essa mudança na possibilidade de escolha trouxe à tona conflitos familiares, porque agora os pais não deveriam mais interferir diretamente na vida dos noivos. Ao casarem-se por amor (ou por inclinação), os nubentes dispunham de mais liberdade para viverem com quem eles realmente amavam. Nesse contexto, segundo Michelle Perrot, “aumenta cada vez mais o número de pessoas que desejam uma convergência entre a aliança e o amor, o casamento e a felicidade [...]. São principalmente as mulheres, cujo único horizonte é o casamento, que se inclinam para esse lado” (PERROT, 2009, p. 125). Vimos que os casamentos por inclinação conferiam aos noivos maior liberdade de escolha, e o casamento era um assunto de grande

interesse feminino, ou seja, esse novo tipo de casamento conferia alguma liberdade à mulher, o que representava uma grande mudança no cenário social da época. Nas palavras de Knibiehler, enriquecendo a reflexão feita há pouco, temos que:

A partir do momento em que a jovem manifesta o seu desejo de emancipação, estalam os conflitos. Por exemplo, a propósito da escolha de um marido: porque os pais mais liberais (em política) renunciam com dificuldade ao compromisso das suas filhas. (KNIBIEHLER, 1994, p. 390)

Nos moldes sociais vigentes da época, a aliança, ou seja, o matrimônio, e o desejo não andavam de mãos dadas. Na verdade, eles caminhavam em direções opostas, o que causava os dramas familiares e as tragédias passionais. Quanto mais se cedia ao casamento por conveniência, mais o desejo era sufocado. Por outro lado, quanto mais se cedia à subjetividade, mais discrepantes os indivíduos se tornavam frente à sociedade a qual pertenciam (PERROT, 2009, p. 119).

Como sabemos, em Portugal, a Revolução de 1820 apresentou para a sociedade os valores liberais, e essa transformação se deu além do campo político. Na literatura, teve lugar a ascensão do Romantismo, e, juntamente com os ideais liberais, verificou-se a afirmação da subjetividade, que sugeriu uma mudança nas atitudes e comportamentos das pessoas, possibilitando que elas tivessem certa liberdade para tomar decisões. A propagação e aperfeiçoamento dos meios de comunicação ofereceu à população o acesso mais rápido às novidades. Soma-se a isso, ainda, a mudança nas formas de socialização nos círculos de convívio burgueses: a partir de então, as pessoas tiveram acesso a saraus, teatros, bailes, entre outros, que oferecia aos jovens novos horizontes. Com o tempo, o sentimentalismo foi ganhando grandes proporções ao longo do século XIX e passou a diminuir, muito lentamente, o espaço que as estratégias do mercado conjugal tinham – ocorrendo, assim, uma cisão entre amor e interesses patrimoniais (VAQUINHAS, 2011, p. 139-140).

Após o casamento, temos a vida conjugal. Irene Vaquinhas admite que é difícil saber, em qualquer classe social, se os casais tinham algum tipo de afeto ou respeito entre si, porque a discrição e o pudor impediam os esposos de qualquer demonstração de afeto no âmbito externo. Sabe-se que o casal burguês via o tédio, a desocupação feminina e a rotina como fatores que geravam desinteresse e que podiam minar o casamento (VAQUINHAS, 2011, p. 141-142).

No campo jurídico, o Código Civil Português, de 1867<sup>12</sup>, definiu as funções dos cônjuges, de maneira geral, e especificou as funções do marido e da esposa. Segundo o documento, o casal tinha como obrigação respeitar a fidelidade, viver juntos e apoiar-se (art. 1184.º); o marido era incumbido de proteger a esposa e seus bens e ela devia “prestar obediência ao marido” (art. 1185.º) e acompanhá-lo, a não ser para a ida a países estrangeiros (art. 1186.º). Assumindo uma posição de subalternidade, ela não podia publicar seus escritos sem a autorização do marido (art. 1187.º) nem administrar os bens do casal – exceto no caso de ausência ou impedimento dele – (art. 1189.º), adquirir ou alienar bens, nem contrair obrigações (art. 1193.º).

De forma geral, sabe-se que o amor é expresso em dois momentos: na época do namoro e nos relacionamentos extraconjugais (VAQUINHAS, 2011, p. 141). A respeito do adultério, temos uma grande discrepância de acordo com o gênero do autor: se a mulher fosse a adúltera, o Código Penal de 1886 definiu, no artigo 401.º, que ela devia ser punida com prisão de dois a oito anos ou com exílio temporário; já o marido adúltero seria condenado à prisão pelo tempo de três meses a três anos apenas se mantivesse em casa a mulher com quem praticou o adultério (art. 404.º) ou se traísse a esposa com “escândalo público”, conforme denominou o Código Civil, artigo 1204.º.

A dissolução dos casamentos estava prevista no referido Código Civil Português de 1867 (art. 1204.º) e definiu os motivos que justificam a separação do casal, sendo eles: o adultério da esposa; o adultério do marido com “escândalo público”, ou abandono da esposa, ou a manutenção da mulher com quem tivesse praticado a traição na casa conjugal – conforme abordado acima; a condenação do parceiro ou parceira a pena perpétua; sevícias e injúrias graves. Esse quadro não se restringiu apenas a Portugal. Michelle Perrot fez uma análise sobre a França e observa que a lei de 1792 tinha um notório caráter liberal e instituiu sete motivos que validavam, imediatamente, o divórcio:

A insanidade, a condenação de um dos cônjuges a penas aflitivas ou infamantes; os crimes, sevícias ou injúrias graves de um contra o outro; o notório desregramento de costumes; o abandono por dois anos no mínimo; a ausência sem notícias durante cinco anos no mínimo; a emigração. (PERROT, 2009, p. 32-33)

Após o Código Civil, ou Código Napoleônico, entrar em vigor, em 1804, o número de motivos caiu para três: a condenação, os maus-tratos e o adultério (PERROT, 2009, p. 33).

---

12 A edição utilizada do Código Civil Português para a presente dissertação foi publicada em 1968.

Trataremos, agora, das violências domésticas. Vaquinhas (2011, p. 144) nota que é difícil avaliar a violência conjugal, devido ao ínfimo número de denúncias feitas ou de casos julgados. No âmbito burguês, Perrot supõe que as agressões físicas eram raras, pois essa classe “desaprova os engalfinhamentos rústicos e prefere vias mais sutis, não menos destruidoras [...]” (PERROT, 2009, p. 258-259). Entretanto, esse era um fenômeno que ocorria em toda a sociedade e a esfera jurídica não fazia impedimentos quanto à violência contra a mulher, pois acreditava-se que os maus-tratos eram uma forma de coerção do marido para com a sua esposa: “Bater na mulher era aceite com alguma naturalidade, sem indignação, a não ser se excessiva, sendo, ao nível popular, considerado uma prova de afecto” (VAQUINHAS, 2011, p. 144). Já Michelle Perrot afirma que “Bater na mulher faz parte das prerrogativas masculinas” (PERROT, 2009, p. 259) e acrescenta que oitenta por cento das mulheres que solicitaram a separação dos seus maridos alegaram como motivo agressões e maus-tratos; o perfil das mulheres agredidas, geralmente, é a “gastadeira” ou a dona de casa “relapsa” – e não a adúltera, como é esperado pelo senso comum (PERROT, 2009, p. 259).

É nesse contexto que se passam as histórias *As Três Irmãs* e *Estrelas Propícias*. Camilo Castelo Branco, nessas e em diversas outras obras, traz à tona representações de como se davam as relações entre casamento e dinheiro e as implicações que isso levava para as famílias retratadas. Ambos os romances tratam de questões matrimoniais, em que ainda era muito forte o casamento por conveniência, e as personagens Jerónima e Corina da Soledade subverteram essa condição: Jerónima (de *As Três Irmãs*) decidiu não se casar e passou a viver em busca da sua liberdade financeira e pessoal, e Corina (de *Estrelas Propícias*) se voltou contra seu pai ao investir num romance com um advogado que não possuía bens materiais. Corina e Jerónima são personagens com trajetórias distintas, que buscaram a subversão de seus papéis na sociedade enquanto mulheres. Dentro das suas possibilidades, elas resistiram ao sistema patriarcal opressivo que não se dissipou na sociedade pós-revolucionária.

Apesar de tratar do amor, Camilo e os demais escritores ao longo do período oitocentista adicionam às tramas questões mais profundas, como dramas sociais e econômicos que provêm das relações amorosas. Dessa forma, como observa João Camilo dos Santos, “o que os leva a escrever sobre o amor é, sobretudo, o caráter eminentemente social e econômico da relação amorosa, caráter social e econômico que é razão de conflitos e dramas” (1991, p. 62). Ou seja, a partir do amor, demais questões são postas em discussão na literatura oitocentista.

Por ora, podemos perceber que há aproximações entre as personagens: durante o desenvolvimento dos enredos, as famílias sofrem severas crises financeiras, que impõem a

esses núcleos familiares a necessidade de repensar seus modos de viver. Além disso, as protagonistas reivindicam, durante os enredos, o êxito das suas vidas pessoais, escapando, assim, dos moldes patriarcais da época. Por fim, nos dois romances verifica-se a dicotomia já discutida sobre a escolha do cônjuge, que se pode dar por conveniência ou por inclinação.

### 1.3 Uma breve reflexão sobre a questão de gênero

É importante salientar que há diferença de significados entre os termos “gênero” e “sexo”. O sexo é definido de acordo com a diferenciação da funcionalidade das células dos seres vivos; portanto, é visto como algo biologicamente fundamentado, que possibilita a caracterização dos seres humanos como sendo do sexo masculino ou do sexo feminino. A partir dessa diferenciação binária, a sociedade atribui aos sexos papéis sociais diferentes, em que o homem assume o gênero masculino – ou seja, ao endossar esse gênero, o homem terá determinadas funções que são diferentes do sexo tido como oposto. Por sua vez, a mulher também tem designado para si outro papel social, que é o gênero feminino. Sendo assim, ela cumprirá as funções sociais que lhe serão designadas. Temos, portanto, a seguinte diferença: o sexo é uma definição biológica, enquanto o gênero é uma definição criada pela sociedade. Ambas as categorias são, a princípio, binárias e engessadas, não oferecendo possibilidade de a pessoa alterar seu sexo e gênero.

Ao propor tal dicotomia entre o feminino e o masculino e ao relacionar gênero e sexo de maneira indissociável, a sociedade não abarca a população que não se identifica com esse binarismo; e, partindo do fato de que há pessoas que não se sentem representadas pelo binarismo imposto pela sociedade – ou seja, masculino/feminino ou macho/fêmea –, autoras como Joan Scott e Judith Butler vão argumentar que o sexo, assim como o gênero, são construções sociais que, porém, são vistas como fenômenos naturais.

A historiadora Joan Scott propõe essa discussão sobre gênero em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995). Nesse estudo, Scott faz uma análise da aplicabilidade do termo gênero através da história, tecendo críticas e formulando análises que são importantes para o debate sobre este assunto. A autora afirma que “O uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 76); ou seja, o termo “gênero” engloba um conjunto de relações em que o sexo não necessariamente

faz parte, nem as determina diretamente. Scott enfatiza que não existe, obrigatoriamente, uma relação mútua entre gênero, sexo e sexualidade – por exemplo, se uma pessoa nasce com o órgão sexual considerado masculino, isto é, o pênis, ela não necessariamente precisa se identificar como homem nem sentir, obrigatoriamente, atração por mulheres.

Essa questão é aprofundada no seguinte trecho:

[...] a imposição de regras de interação social é inerente e especificamente generificada, pois a relação feminina com o falo é forçosamente diferente da relação masculina. Mas a identificação de gênero, mesmo que pareça sempre coerente e fixa, é, de fato, bastante instável. [...] A ideia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos - do potencial do sujeito para a bissexualidade - e introduz conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Os desejos reprimidos estão presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade, subvertendo sua necessidade de segurança. Além disso, as ideias conscientes sobre o masculino ou feminino não são fixas, uma vez que elas variam de acordo com as utilizações contextuais. Sempre existe um conflito, pois, entre a necessidade que tem o sujeito de uma aparência de totalidade e a imprecisão da terminologia, seu significado relativo, sua dependência da repressão. Este tipo de interpretação torna problemáticas as categorias de "homem" e "mulher", ao sugerir que o masculino e o feminino não são características inerentes, mas constructos subjetivos (ou ficcionais). Essa interpretação implica também que o sujeito se acha em um processo constante de construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, ao destacar a linguagem como um objeto apropriado de análise (SCOTT, 1995, p. 82).

Durante sua análise, Scott considera que a escolha da palavra “gênero” se deu como uma tentativa das feministas contemporâneas para apontar que as teorias existentes até então eram insuficientes para explicar as desigualdades entre homens e mulheres que persistem durante a história (SCOTT, 1995, p. 85). Além de fazer uma análise sobre a aplicabilidade do termo, a autora contribui ao teorizar o gênero como um campo no qual, ou por meio do qual, as relações de poder são praticadas. Ela afirma que o gênero não é o único campo, mas é o meio que se mostra de forma recorrente no sentido de afirmação do poder no ocidente (SCOTT, 1995, p. 88). O que conhecemos como gênero se configura nas relações sociais como referências a serem seguidas que estruturam a apreensão e organização, tanto concreta como simbólica, da sociedade. Conforme essas referências estabelecem uma distribuição de poderes – como, por exemplo, acesso ou regulação de recursos materiais e/ou simbólicos –, o gênero se associa à idealização e estruturação do poder (SCOTT, 1995, p. 88).

Como visto, o gênero está relacionado ao poder, e esse poder pode extrapolar a esfera social. É possível e necessário, segundo Scott, relacionar o poder político ao que o gênero representa. “O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição

homem/mulher; ele também o estabelece” (SCOTT, 1995, p. 92). Para que o poder político seja protegido – vale lembrar que há outras configurações de poder e o político é apenas uma delas, conforme visto –, o binarismo homem/mulher deve parecer ser um fenômeno de ordem natural ou divina, e não uma construção social. Caso haja um processo de reflexão ou alteração sobre essa configuração, tal sistema será ameaçado (SCOTT, 1995, p. 92).

Segundo a referida autora, se problematizarmos a oposição homem/mulher, tratando como uma relação socialmente construída e não como de ordem divina, então é necessário questionar-nos “não apenas o que está em jogo nas proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas” (SCOTT, 1995, p. 93). Isto é, se refletirmos sobre esse binarismo, passaremos a indagar questões sobre a relação entre as leis que dizem respeito às mulheres e o poder do Estado, o motivo de as mulheres serem invisibilizadas enquanto sujeitos históricos, dentre outras perguntas como “Houve, em algum momento, conceitos de gênero verdadeiramente igualitários sobre os quais fossem projetados ou mesmo fundados sistemas políticos?” (SCOTT, 1995, p. 93). Ao refletir sobre essas questões, novas perspectivas surgirão para o entendimento de antigas questões e será uma porta de entrada para se pensar em estratégias políticas feministas que incluam as questões de raça e classe às questões do sexo.

Judith Butler aprofunda a discussão em inúmeros artigos e livros publicados; porém, para não nos desviarmos do objetivo da presente dissertação, teceremos apenas breves comentários sobre o seu livro *Problemas do Gênero* (2003). Nesse livro, entre outras questões, a autora questiona a relação entre sexo e gênero: o senso comum tenta impor que há binarismo do sexo e do gênero e que estes dois são indissociáveis. Nas palavras de Butler:

Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado) [como é o caso das pessoas intersexo, por exemplo], não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois (BUTLER, 2003, p. 24).

Dessa forma, a autora mostra que não existe uma correlação necessária entre sexo, gênero e sexualidade, afastando-se, assim, do senso comum. Por exemplo, é comum a sociedade pensar que se uma pessoa é tida como fêmea, biologicamente, ela terá modos e trejeitos femininos e terá desejo por homens, de acordo com o padrão heteronormativo (SALIH, 2012, p. 27). Para Butler, a mulher é um termo em processo, assim como a sua

concepção de sujeito. Em outras palavras: a mulher não tem início nem fim e está em constante mudança, sendo construída a partir de seus discursos, e ela está aberta a ressignificações e intervenções. Sua reflexão acerca disso parte da declaração de Simone de Beauvoir, na qual ela afirma que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BUTLER, 2003, p. 58-59). Butler também defende que, se o sexo é tão culturalmente construído como o gênero, talvez o sexo tenha sempre sido o sinônimo de gênero, de modo que não há diferença entre os dois termos – sendo, assim, o sexo igual ao gênero (BUTLER, 2003, p. 25).

A partir do que foi exposto acima, é possível estabelecer um diálogo entre Butler e Scott, pois as duas autoras afirmam que o sujeito é um ser inacabado, ou seja, está em constante processo de construção. Além disso, Scott reforça que as categorias “homem” e “mulher” não são, necessariamente, associadas às características do masculino e feminino, respectivamente – o que foi corroborado, mais tarde, por Butler.

Podemos fazer um diálogo entre as autoras mencionadas nesta seção e Rosa Cobo Bedia<sup>13</sup>, pois todas concordam que os gêneros são criações culturais feitas a partir das diferenças anatômicas que há entre os sexos, e essas diferenças são o ponto de partida para as desigualdades social e política. Bedia sintetiza este pensamento ao notar que “La noción de *género* surge a partir de la idea de que lo <<femenino>> y lo <<masculino>> no son hechos naturales o biológicos, sino construcciones culturales” (BEDIA, 1995, p. 1, grifos da autora)<sup>14</sup>.

Bedia pode enriquecer a nossa discussão, pois ela lança luz sobre a emergência da distinção e da hierarquização entre os gêneros na modernidade. A autora afirma que o conceito de gênero começou a ser discutido no século XVII e ganhou força com a corrente Iluminista; porém, o pensamento de Jean Jacques Rousseau se tornou um impedimento para o esclarecimento e disseminação da igualdade entre os gêneros. Rousseau, ao mesmo tempo que se posicionou a favor da igualdade política e econômica dos indivíduos, propagava um discurso sobre a feminilidade, no qual, segundo ele, a mulher é designada a realizar tarefas “naturais”, como ser esposa e mãe, num espaço “natural” e adequado, que é o doméstico. Assim como o filósofo acreditava na divisão da espécie humana entre sexos, ele também

---

13 Recentemente, Rosa Cobo Bedia manifestou, em seu perfil do Twitter, ser uma pessoa transfóbica, pois ela alega que a Lei Trans tem como objetivo banalizar o sexo, reduzindo-o ao desejo (BEDIA, 2021). Portanto, apesar de apresentar as reflexões dela nesta dissertação, nós condenamos seu posicionamento transfóbico. A Lei Trans não banaliza o sexo, mas sim oferece um amparo governamental a estas pessoas, que passam suas vidas sempre à margem, correndo, até mesmo, risco de vida. Esta Lei é um direito mínimo garantido com muita luta e as pessoas transexuais merecem respeito.

14 O trecho correspondente na tradução é: “A noção de *género* surge a partir da ideia de que o <<feminino>> e o <<masculino>> não são fatos naturais ou biológicos, mas sim construções culturais.”

defendia que a sociedade deveria ser dividida em dois espaços, reservando, dessa forma, o espaço público aos homens e o privado às mulheres (BEDIA, 1995, p. 3).

Conforme mencionado anteriormente, o século XIX foi, para as mulheres, um período difícil, pois o discurso de Rousseau se manteve firme durante a Revolução Francesa, possibilitando um silenciamento das vozes femininas que ansiavam por melhores condições de vida; e esse discurso se fixa na misoginia romântica (BEDIA, 1995, p. 4). Zuleika Alambert observa que durante a Revolução, as mulheres lutaram, entre outras coisas, por mudanças na legislação do casamento; porém, um decreto de 1795 pôs fim à participação delas na vida política francesa. Podemos relacionar o discurso de Alambert com o que foi mencionado por Bedia sobre Rousseau, pois as duas mencionam que o iluminista prezava pela manutenção na mulher na esfera privada:

Encerrou-se assim, formalmente, a participação feminina na esfera pública, em concordância com as ideias defendidas por Rousseau, principal ideólogo da Revolução Francesa e para quem o mundo masculino seria, por natureza, o mundo externo, assim como para o feminino, o interno (ALAMBERT, 1997, p. 78).

Como sabemos, Rousseau não foi o único pensador setecentista a defender o cerceamento feminino: “Montesquieu, iluminista, grande teórico de sua época, afirmava: ‘Uma vez que todos os acontecimentos vêm de Deus, a autoridade do esposo ou do pai é divina e a mulher deve obedecer a eles’” (ALAMBERT, 1997, p. 78).

Retomando aos estudos de gênero, Bedia assinala que esses provêm da ideia de que o gênero é de ordem cultural e se afirmou na História com a dominação dos homens sobre as mulheres. Segundo a autora, "Esta jerarquización sexual se ha materializado em sistemas sociales y políticos patriarcales" (BEDIA, 1995, p. 6)<sup>15</sup>.

A autora sustenta, ainda, que quando uma sociedade é dividida simbólica e empiricamente em dois gêneros, quer dizer que a divisão de tarefas e atribuições, bem como a estratificação econômico-política, também são pensadas a partir dessa divisão. Complementando, ela afirma também que “Al mismo tempo, toda sociedad construida sobre una profunda desigualdad genera mecanismos ideológicos – definiciones sexuales – que justifican y legitiman esa desigualdade” (BEDIA, 1995, p. 9)<sup>16</sup>. Em outros termos: a

---

15 O trecho correspondente na tradução é: “Esta hierarquização sexual se materializou nos sistemas sociais e políticos patriarcais”.

16 O trecho correspondente na tradução é: “Ao mesmo tempo, toda sociedade construída sobre uma profunda desigualdade gera mecanismos ideológicos – definições sexuais – que justificam e legitimam essa desigualdade”.

sociedade que possui como seu alicerce a desigualdade produz argumentos que legitimam tal desigualdade, de forma a reproduzi-la e perpetuá-la.

Rosa Cobo Bedia também menciona que há mecanismos ideológicos que reproduzem a desigualdade entre os gêneros, como os estereótipos, que se definem como “[...] un conjunto de ideas simples, pero fuertemente arraigadas en la conciencia, que escapan al control de la razón” (BEDIA, 1995, p. 9)<sup>17</sup>. Esses estereótipos devem fazer parte das definições sociais do sexo para que consigam reproduzir a desigualdade. As definições sociais são crenças, valores, normas que estão presentes nos discursos da sociedade e são reguladas pelas elites dominantes na sociedade, pois elas detêm o poder – isto é, quem regula tais definições é a elite masculina (BEDIA, 1995, p. 10).

Por fim, a autora esboça uma reflexão a respeito de demais elementos que configuram as bases fundamentais da reprodução da desigualdade entre os sexos, pois eles ressaltam as ideologias sexuais, que legitimam as diferenças entre homens e mulheres. Os elementos são: “Los juguetes, los libros, la ocupación del espacio, la televisión, la familia, las influencias de la escuela y del grupo de pares [...]” (BEDIA, 1995, p. 17)<sup>18</sup>, entre outros. Essas ideologias sexuais representam o homem como autossuficiente e a mulher como dependente e defeituosa. O poder, segundo essas ideologias, está na mão deles, enquanto elas não o detêm. Sendo assim, cabe aos homens proteger as mulheres, que devem assumir uma posição submissa frente ao sexo masculino (BEDIA, 1995, p. 18).

#### 1.4 A misoginia romântica

A seção anterior do presente capítulo iniciou a discussão acerca da dominação masculina no Iluminismo. Apesar de ter incentivado o cerceamento das mulheres na esfera privada, devido a alguns pensadores das luzes terem sido contra a emancipação feminina, essa corrente deu um certo destaque às discussões de gênero, pois alguns pensadores iluministas tentaram desconstruir a legitimação dada pela Igreja e pela sociedade de que o homem é

---

17 O trecho correspondente na tradução é: “[...] un conjunto de ideas simples, mas fuertemente enraizadas en la conciencia, que fogem ao controle da razão”.

18 O trecho correspondente na tradução é: “Os brinquedos, livros, ocupação do espaço, televisão, família, influências da escola e grupo de colegas [...]”.

superior à mulher e construíram uma importante literatura a favor da igualdade entre o homem e a mulher. Figuras como William Alexander, Mary Astell, Catharine Macaulay e Mary Wollstonecraft foram de encontro com importantes pensadores iluministas – como Rousseau – que prezavam pela submissão feminina.

Apesar de estar alinhada com o conservadorismo político – ou seja, ela era defensora do direito divino dos reis – e possuir opiniões controversas, Mary Astell foi uma das pensadoras setecentistas a questionar a submissão da mulher em relação ao homem. Segundo Margaret Walters, Astell foi, possivelmente, a primeira escritora inglesa a fazer afirmações sobre as mulheres que ainda são capazes de causar identificação atualmente (WALTERS, 2005, p. 26). Numa época em que as mulheres eram regidas por pensamentos ultraconservadores, Astell foi revolucionária ao questionar a igualdade e os direitos sociais das mulheres. Ela percebeu que havia uma inconsistência nas bases iluministas: ora, se o Iluminismo tinha como base o progresso do homem e da sociedade, como isso seria feito sem que as mulheres fossem incluídas? (GOMES, 2011)

Mary Wollstonecraft foi outra intelectual que se debruçou sobre a questão da mulher do seu tempo. Wollstonecraft, mãe de Mary Shelley – a autora de *Frankenstein ou o Prometeu Moderno* (1818)<sup>19</sup> –, escreveu *Reivindicação dos direitos da mulher*<sup>20</sup>, em 1792, no qual ela denuncia os revezes provocados pela proibição das mulheres ao acesso à esfera pública e a direitos básicos. A autora foi influenciada por Catherine Macaulay, outra pensadora que refletia a respeito da igualdade de direitos e de uma maior liberdade para as mulheres. Suas publicações versaram sobre sua posição política e, também, sobre a questão da liberdade; porém, em *Letters on Education* (1790), Macaulay se expressa de forma mais direta a respeito das mulheres na sociedade. Nessa obra, ela argumenta que a fraqueza feminina não é algo natural e exclusivo das mulheres, mas sim o resultado de uma educação equivocada direcionada a elas – tal argumento será retomado, mais tarde por Wollstonecraft (WALTERS, 2005, p. 30).

Retornando a Mary Wollstonecraft, no prefácio da tradução brasileira, Maria Lygia Quartim de Moraes afirma que a obra pode ser considerada “o documento fundador do feminismo” (MORAES, 2017, p. 8). Em partes, Wollstonecraft critica o livro *Emílio ou Da Educação*, Jean Jacques Rousseau, no qual o autor versa sobre como deve ser a educação de Emílio e a educação de Sophie, a futura esposa de Emílio. Além da obra de Rousseau, Mary

---

19 Título original: *Frankenstein: or the Modern Prometheus*.

20 Título original: *Vindication of the Rights of Woman*.

Wollstonecraft questiona demais filósofos que pregavam a inferioridade da mulher no campo intelectual.

Tal posicionamento endossado por esses e outros iluministas ia de encontro ao movimento Romântico. O Romantismo não pertence apenas à esfera literária – esfera essa que terá maior destaque na presente dissertação –, mas também à esfera musical, das artes plásticas e diversas outras áreas. Seu início data do final do século XVIII, por volta de 1770, e dura até fins do século XIX, tendo exercido influência até mesmo em meados do século XX (VALCÁRCEL, 1993, p. 13-14).

De acordo com Amelia Valcárcel<sup>21</sup>, o Romantismo foi um movimento reacionário que exaltou a ancestralidade, o passado, os nacionalismos. Dessa forma, o Romantismo tentava se afastar do Iluminismo, pois ele visava ao progresso do homem e da sociedade. As críticas que o Romantismo fez ao Iluminismo tinham o seguinte fundamento: o Iluminismo engrandeceu o campo político-moral e não compreendeu profundamente a verdadeira natureza humana, desdenhando a paixão e demais esferas sentimentais. Para os românticos, a razão é apenas uma das formas de expressar a natureza do ser humano – contrastando, dessa forma, com o pensamento Iluminista, uma vez que este privilegiava a razão em detrimento de outros sentimentos (VALCÁRCEL, 1993, p. 14).

Em relação às mulheres, o Romantismo agia de forma reacionária e soma-se a isso a secularização da subordinação feminina. Em outras palavras: além da já conhecida posição desfavorecida que as mulheres ocupavam na sociedade há séculos, o movimento romântico, com o seu reacionarismo, contribuiu reforçando essa posição social feminina. É importante notar que, sim, todas as mulheres sofriam com o sistema patriarcal da época. Entretanto, as mulheres pobres sofriam muito mais do que as ricas. Valcárcel nota que as senhoras, damas e rainhas tinham privilégios que muitos homens não tinham (VALCÁRCEL, 1993, p. 15).

O Romantismo reagiu às investidas do Iluminismo afirmando que a desigualdade entre os sexos é natural e essencial, discordando do que advogavam alguns iluministas como os citados acima, que afirmavam que a desigualdade é uma questão ética e política.<sup>22</sup> Amélia

---

21Assim como Bedia, Amélia Valcárcel se mostrou uma pessoa muito preconceituosa, causando-nos desapontamento e indignação. A filósofa, em uma entrevista, afirmou que é preciso pensarmos em formas de abolir a prostituição, acreditando que o trabalho sexual é um ato danoso para as mulheres (INSTITUCIÓN EDUCATIVA SEK, 2021). É, no mínimo, curioso notarmos que a autora fala sobre reacionarismo no movimento Romântico, mas, na mencionada entrevista, ela se revela uma pessoa reacionária ao repudiar o trabalho sexual. Da mesma forma em que mantivemos a fala de Bedia nesta dissertação porque sua reflexão a respeito da condição da mulher é pertinente para nosso trabalho, Valcárcel está aqui presente porque suas observações em relação ao Romantismo são interessantes para pensar o contexto em que se passam os romances do Camilo, bem como o contexto social em que ele viveu.

22 Lembremos que havia muitos iluministas que eram contra a igualdade entre os homens e mulheres. Nesta seção, citamos Rousseau, porém, há outros como Adam Smith, Montesquieu etc. que almejavam o progresso

Valcárcel observa que há uma notória diferença entre a mulher ideal – descrita pelos autores para compor suas obras – e a mulher real, e essa diferença é prejudicial para a mulher da vida real, pois essa idealização tem como consequência a diminuição dos canais que possibilitavam o exercício de sua autonomia. Nas palavras da filósofa:

Entre los cambios que los nuevos tiempos exigen, el pensamiento dominante no contempla solucionar la injusticia derivada del sexo. Y para librarse de hacerlo, el romanticismo dirá que es "natural" esa desigualdad que la Ilustración había afirmado que era ética y política. Más aún, afirmará que es esencial y constitutiva. *Los románticos, a la vez que construyen en la ficción a la mujer ideal, dejan a las mujeres reales sin derechos, sin estatus, sin canales para ejercer su autonomía*, y todo ello en nombre de un pensamiento democrático patriarcal que construye la igualdad relativa entre los varones a costa del rebajamiento de las mujeres (VALCÁRCEL, 1993, p. 15, itálicos da autora).<sup>23</sup>

Segundo Valcárcel, ao pensamento que legitimava as práticas misóginas descritas acima, deu-se o nome de “misoginia romântica”, e isso é uma resposta ao que a modernidade estava significando na tentativa de romper e ressignificar os modos tradicionais de vida. Portanto, esse discurso misógino voltou-se contra a modernidade e o que ela representava, observando que ela tinha possibilidades de mudar o cenário da época, e, assim, esse discurso tomou como objetivo a exclusão das mulheres da cidadania. Uma das formas de colocar em prática a misoginia romântica é classificar todas as mulheres como “a mulher”, generalizando o sexo feminino e diminuindo quaisquer particularidades existentes (VALCÁRCEL, 1993, p. 15).

Para finalizar, é conveniente refletir acerca disso no campo da literatura. Como visto anteriormente, a mulher é idealizada pelos escritores românticos. As personagens das obras camilianas que serão analisadas nos capítulos seguintes respeitam, de certa forma, esse padrão: Corina, de *Estrelas Propícias*, por exemplo, é uma menina graciosa, bem-educada e muito bonita que dedica a sua vida a reencontrar seu grande amor, recusando, dessa forma, os

---

social, porém isso não se estendia às mulheres, porque eles as viam como seres inferiores e se baseavam em textos religiosos para fundamentarem seus argumentos. Valcárcel, em seu texto, fala do Iluminismo como se todos fossem a favor da emancipação feminina; entretanto, como dito, as mulheres não encontraram total apoio dos pensadores iluminados.

23 O trecho correspondente na tradução é: “Entre as mudanças que os novos tempos exigem, o pensamento dominante não contempla a solução da injustiça derivada do sexo. E, para se livrar disso, o romantismo dirá que é "natural" a desigualdade que o Iluminismo reivindicou ser ética e política. Além disso, afirmará que é essencial e constitutiva. Os românticos, enquanto constroem a mulher ideal na ficção, deixam as mulheres reais sem direitos, sem status, sem canais para exercer sua autonomia e tudo em nome de um pensamento democrático patriarcal que constrói relativa igualdade entre os homens à custa da diminuição das mulheres” (tradução nossa).

casamentos arranjados por seu pai e sendo fiel a António de Azevedo. Cecília Barreira, no estudo “Imagens da mulher na literatura portuguesa oitocentista” (1986), ao dissertar sobre as descrições de personagens femininas feitas por escritores portugueses românticos, observa que ora a mulher é retratada como mãe de família, ou fada do lar, ora ela é caracterizada como mulher-serpente. A mulher fada do lar não possui uma subjetividade e não é atingida pela sensualidade nem pela paixão. Sua vida resume-se à família formada e ao marido, a quem é obediente. A mulher-serpente é o oposto da mãe de família e desperta o desejo. De forma geral, ela é fútil e vazia, pois não tem as virtudes da fada do lar. Segundo a referida pesquisadora:

Os homens movem-se em relação à animalidade que dela se desprende e criam territórios de domínio e ciúme. A mulher só é apetecível nos primeiros contactos. Após algum tempo, degrada-se, desvasta-se na passagem uniforme dos meses e dos anos (BARREIRA, 1986, p. 525).

## 2 O CASAMENTO (E A RECUSA DELE) EM AS TRÊS IRMÃS (1862)<sup>24</sup>

O romance *As Três Irmãs* (1862) tem como contexto as questões levantadas no capítulo anterior. O enredo trata do matrimônio enquanto alternativa de ascensão social, bem como das funções atribuídas aos maridos e esposas e a submissão dessa frente àquele. Além do casamento, questões relacionadas ao trabalho como forma de independência também são abordadas, conforme sustenta a pesquisadora Luciene Marie Pavanelo (2017).

A trama tem como núcleo principal o patriarca Joaquim Luís, sua esposa Mariana e suas três filhas: Jerónima, Maria e Eulália. O chefe da família não era ambicioso, portanto, não fazia imposições para que suas filhas arranhassem casamentos por interesse e prezava pela felicidade delas. Eulália, a primeira a casar-se e a caçula das irmãs, uniu-se a Duarte, um homem rico que, com o tempo, revelou-se viciado em jogos de azar. Além de ter perdido toda a sua fortuna, Duarte se endividou e morreu numa prisão do Brasil. Maria, a segunda irmã, casou-se com José da Fonseca, um advogado pobre e trabalhador, e viveu uma vida muito simples, porém feliz. Já Jerónima não quis se casar: seu objetivo era assumir os negócios do pai para que ele tivesse, enfim, o seu merecido descanso. No entanto, devido a sucessivas adversidades, ela teve de deixar o comércio e seguir a carreira de mestra de meninas para garantir a sua independência e o sustento dos seus.

Óscar Lopes, em “Concepções de vida na ficção de Camilo”, faz uma análise a partir do romance *Amor de Perdição* e tenta trazer à tona elementos que estão presentes nas obras camilianas. Partindo do geral para o específico, Lopes inicia seu texto falando das características dos romances de Camilo e depois se concentra nas análises sobre *Amor de Perdição*. Para nós, é interessante esta parte inicial do estudo de Lopes, porque ele elucida aspectos muito interessantes para compreendermos a escrita camiliana.

Lopes menciona que “[...] o amor sacraliza as suas vítimas” (LOPES, 1984, p. 56) e podemos verificar isso em *As Três Irmãs*. Visto que Jerónima não se casou e Eulália não foi feliz em seu casamento, temos um casal que conseguiu, apesar das adversidades da vida, permanecer junto e sentindo amor mútuo. O casal é composto por Maria e José da Fonseca e os dois são vistos como santificados pela sua família, principalmente após as crises financeiras, as quais possibilitaram a José se mostrar ainda mais um homem abnegado e

---

24 Trechos do presente capítulo foram anteriormente publicados em SAMYN, H. M.; SALES, B. O. *Relações matrimoniais e interesses patriarcais em As Três Irmãs (1862) e Estrelas Propícias (1863), de Camilo Castelo Branco*. RevLet – Revista Virtual de Letras, Rio de Janeiro, v. 12, nº 02, p. 957-974, - ago/dez, 2020.

disposto a se sacrificar pelo bem de seus entes queridos. Neste romance, sobretudo no final, também percebemos que Jerónima ganha um ar de santidade. No caso dela, assim como o de José, soma-se ao amor de sua família o sacrifício feito por ambos para prover o sustento dos seus. Ou seja, aqui não é necessariamente o amor *eros* que sacraliza os envolvidos, mas também o amor *philia*<sup>25</sup> realiza essa função.

Ainda seguindo esse raciocínio, Lopes acrescenta que:

Há cerca de quarenta anos surgiu uma tese célebre, que diz respeito a toda a literatura europeia, a tese de Denis de Rougemont, que, do ponto de vista de uma ética severamente cristã, procura demonstrar que toda a tradição literária do amor-paixão, desde os séculos XII e XIII [...] representa uma heresia conscientemente anticristã, porque, no fundo, o que por exemplo há de comum em todas as variantes do esquema passionnal camiliano apontado é uma mística, segundo a qual o amor humano é *sagrado* por excelência, porque essencialmente incomensurável com a vida: realizar o amor em vida acarretaria o tédio, a saturação, a morte do próprio amor; mas, por outro lado, os obstáculos intransponíveis acarretam a morte dos amantes (LOPES, 1984, p. 57, itálico do autor).

No nosso romance, o amor de Eulália e Duarte, que foi realizado em vida, acarretou, de fato, o tédio, a saturação e a morte do amor. Claramente, não podemos atribuir esse triste fim do relacionamento apenas a esse fator, mas também ao vício do rapaz em jogos de azar, que deixou em ruínas a vida de seu pai, sua esposa, de seu sogro e a sua própria, pois ele tirou a própria vida na prisão. Lopes relata também que os romances camilianos que relatam a vida após o casamento ou expõem uma autoironia de Camilo para com os finais trágicos que escreve, ou ele não leva a sério os finais felizes burgueses de seus livros (LOPES, 1984, p. 57). Trazendo esse olhar para *As Três Irmãs*, é perceptível que Camilo não levou a sério o *happy end* ao escrever sobre o casamento de Eulália, devido aos episódios já descritos, e o fracasso desse casamento foi um dos motivos para a desestabilização das famílias das três irmãs.

Antes de iniciarmos a análise do romance, é importante destacarmos os aspectos presentes na sua parte pré-textual. Sobre o gênero romance, Camilo o apelida, no prefácio da segunda edição, como “[...] *daquele gênero que tantas simpatias conquistou entre os infelizes*” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 5, itálico do autor) e “[...] *gênero chão [...]*” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 6, itálicos do autor). Ainda no prefácio, Camilo afirma que se inspirou em Emílio Souvestre, um romancista francês, para escrever *As Três*

25 A respeito do significado das palavras “eros” e “philia”, Carter Lindberg, em seu livro *Love: a brief history through Western Christianity*, nota que os dois vocábulos são provenientes do grego e a primeira tem seu significado relacionado à palavra “erótico”, enquanto *philia* é relacionado à amizade, relações familiares próximas e solidariedade humana. Ambas as palavras foram traduzidas para o latim como *amor* (2008, p. 2; 16).

*Irmãos*, porque ele ficou maravilhado com os “efeitos da boa alma e grande engenho do romancista francês [...]” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 5). Camilo diz, também, que o livro, em 1862, não atingiu grandes números de venda, porém ele justifica tal resultado mostrando que o romance foi publicado, primeiramente, no formato de folhetim no jornal *Comércio do Porto* e os leitores do jornal não costumam reler a história em formato de livro.

Após o prefácio, nota-se que o romance foi oferecido ao Visconde de Lagoaça como forma de agradecimento pelas ajudas do nobre oferecidas a Camilo; durante a dedicatória, ele faz uma provocação ao afirmar que os leitores, ao lê-la, podem se perguntar se a era dos mecenas havia retornado. O autor responde à potencial pergunta alertando que “[...] é a memória, e não a paga de favores que a nobre alma de V. Ex.a me fez, sem que os seus cofres carecessem de ser os intérpretes dela” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 9).

A análise deste romance será feita da seguinte forma: falaremos sobre seu enredo e, quando pertinente, comentaremos os momentos e questões importantes. Findas as seções pré-textuais, começemos a analisar o romance. Ele é dividido em três partes, tendo cada uma oito capítulos. Todos os capítulos possuem títulos, com a exceção do oitavo da segunda parte – temos a hipótese de que a falta de título tem relação direta com o conteúdo do capítulo, pois este conta a partida repentina e sem despedidas de Jerónima<sup>26</sup>.

A narrativa começa “onde tudo acaba, tudo [...] que vive da luz do sol e do ar do céu” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 13), ou seja, começa no cemitério do Prado, no Porto, o qual ele visita regularmente há treze anos. O narrador da história adverte seus leitores que apesar de se iniciar num cemitério, a trama não pertence ao gênero terror. Feitas as advertências iniciais, ele relata o seu gosto pelos cemitérios, porque lá ninguém mente para ele e vice-versa (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 15). Ao comentar sobre os túmulos que vira naquele cemitério, o narrador se comunica com o leitor em dois momentos como forma de pedir desculpas por se alongar muito nesse aspecto. Em uma dessas retratações, ele apela para o lado sentimental dos seus interlocutores: “Tenho em perdão das minhas tristes divagações a certeza de que há uma saudade na alma de cada leitor [...]” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 18) e, finalmente, começa a relacionar o fato de estar no cemitério com o enredo: ele se depara com uma sepultura sem nenhuma inscrição. Tomado pela curiosidade, ele investiga quem é a pessoa que está enterrada ali e descobre que a sepultura pertence à D. Jerónima Luísa, que é a protagonista da história que ele irá escutar.

---

<sup>26</sup> Foi realizado um cotejo com a primeira edição do romance e verificou-se que o capítulo oito da segunda parte não possui título, o que pode confirmar nossa hipótese.

Numa próxima visita ao cemitério, o narrador encontrou um senhor de avançada idade que conhecia a história de Jerónima e, dessa forma, o leitor passa a conhecer a trajetória da moça e de sua família. O senhor chama-se Pedro Monteiro, que sempre foi apaixonado por Jerónima e cujos pedidos de casamento ela nunca aceitou – exceto uma vez, quando ela se viu sem saída para resolver a sua vida financeira.

No início do século XIX, o comerciante Joaquim Luís da Silva, sua esposa Mariana e suas três filhas – Jerónima, Maria e Eulália – viviam no Porto. O patriarca era conhecido na sua região por ser um homem honrado. Devido à invasão dos franceses, a família teve de fugir. Nessa época, as meninas eram muito jovens, tendo a mais velha 17 anos, Maria, 14 e Eulália, 13. Eulália era a caçula e a mais bela, Maria, a mais meiga e Jerónima era a menos bela, porém, a “mais varonil no género de labor a que se dava em casa, entendendo no tráfico, na labutação, e na contabilidade” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 25). Os pais da primogênita, assustados com a aptidão da filha, diziam que ela parecia um homem, sendo o varão da casa.

Para fugir dos franceses, Joaquim Luís e sua família precisaram se abrigar na casa do amigo António Pereira. O filho do anfitrião se encantou com a beleza de Eulália e José da Fonseca, um rapaz que lá também estava hospedado, se apaixonou por Maria. Jerónima, segundo o narrador, não se interessou por ninguém, nem percebeu que os rapazes estavam interessados em suas irmãs. Quando a família estava preparada para retornar ao Porto, Joaquim Luís e António Pereira tiveram uma conversa importante, na qual António disse para Joaquim que Duarte gostaria de se casar com Eulália e que José da Fonseca estava apaixonado por Maria.

[...] Cá, em quanto ao que eu tenho visto, o meu Duarte gosta da sua Eulália... pudera não! [...] A outra desconfiança é que o doutor Fonseca está muito deveras inclinado a sua filha Maria. Aqui estão dois casamentos de uma assentada! Que diz a isto, sr. Joaquim Luís? (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 27)

A resposta de Joaquim Luís foi sincera e não ambiciosa: ele precisava ter certeza de que Eulália e Maria realmente amam seus pretendentes para que o projeto do casamento dê andamento:

[...] Aceito com mil prazeres o genro, que me oferece; mas há-de vocemecê levar a bem que o casamento se realize, passados seis meses, para eu no entretanto conhecer se a vontade de minha filha é firme, ou não passa duma fantasia, como há tantas, com tão maus resultados. (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 30)

Sobre a hipótese de Maria se casar, a resposta do pai é a mesma: “ – Respondo o mesmo que respondi a respeito de minha filha Eulália – disse com melancólico aspeito o negociante. – Iremos para o Porto, e lá pensaremos. Se elas quiserem casar não as embaraço, que as não quero para freiras” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 31).

A princípio, o casamento de Eulália lhe traria uma boa vida: segundo o futuro sogro, ela não precisaria realizar nenhum serviço e teria uma vida de fidalga. Já Maria, se ela se casasse com José da Fonseca, não teria uma vida de luxo, pois o rapaz é pobre; no entanto, ele é um homem respeitador e muito competente enquanto advogado. Assim afirma António Pereira:

[...] Se me pede o meu parecer, digo-lhe que moço mais honrado que o doutor [José da Fonseca] no seu ofício, não conheço nenhum. A respeito do letrado, o que ele disser é como um malho e tem cuidado com as demandas, como se fossem suas. Em quanto a riqueza, isso não tem. [...]; mas para tratar-se com decência, e mais a sua família, tem de sobra. Que lhe parece? (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 30-31)

Finalizada a conversa, Joaquim fala com Mariana, sua esposa, e lamenta dizendo que os franceses lhes tomaram o ouro e os portugueses roubaram-lhes os corações das filhas. Ao ser perguntada qual era sua opinião a respeito dos casamentos de Eulália e Maria, Jerónima responde que “Gostava que elas fossem felizes solteiras; mas, se não de ser mais felizes casadas, gosto que casem” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 31-32). Pavanelo aponta que, nesse trecho, Jerónima expõe sua vontade de não se casar já na adolescência – postura que se manterá durante a narrativa, com exceção de um momento em que ela aceita se casar com Pedro Monteiro para salvar sua família financeiramente, mas que não vai adiante pois ela percebe que o casamento não resolveria sua condição – e, dessa forma, se afasta das demais mulheres de sua época, que viam no casamento a única saída; que acreditavam ser este o curso natural da vida (PAVANELO, 2017, p. 153).

Podemos perceber que Joaquim Luís diferencia-se dos modelos paternos da sua época: conforme visto no capítulo anterior, a família, tendo como a figura central o pai, almejava casar seus filhos com pessoas de famílias influentes, para que o patrimônio familiar fosse ampliado ou mantido. Tendo como objetivo ver suas filhas felizes, ele não se importava de casar Eulália com Duarte imediatamente apenas porque este era rico. Para conquistar Eulália e sua família, o fidalgo se portou de forma muito respeitosa e atenciosa. O próprio narrador afirma que “Não havia o que censurar no proceder de Duarte: era um moço sério, e amador dedicado” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 33).

Apesar de não pensar como a maioria dos pais a respeito do casamento, Joaquim se assemelha a eles quando conversa com Eulália sobre as funções da mulher casada:

Foste sempre obediente a teus pais; devo crer que serás obediente a teu marido; mas é necessário dizer-te que são duas as maneiras de obedecer. A obediência aos pais traz a sua origem desde o berço, e começa com o respeito. A obediência ao marido recebe-se como um dever, quando a razão já está formada, e começa com o amor. Por mais carinhoso que eu fosse para ti, os carinhos não enfraqueciam o respeito que me tinhas; mas os carinhos de um marido diminuem o respeito da esposa, e preparam-na para a desobediência, se ela não tem muito gravados na alma os ditames dos seus deveres. Quando acontece persuadir-se a mulher que o casamento estabelece igualdade de direitos, é inevitável a desordem da vida. A submissão é tão precisa à esposa como à filha. Se teu marido, daqui a dois anos, te parecer diferente em génio e maneiras, hás de sustentar a igualdade dos teus desvelos e afagos, mostrando assim que aceitas de teu marido as mudanças boas e más que o tempo fizer no seu carácter. Ainda mesmo que a mudança te magoe, e te pareça enfado ou capricho, não pedirás contas a teu marido das modificações que o tempo fizer no teu génio. Entendes-me tu, Eulália? (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 36)

Ao ler esse trecho, podemos afirmar que ele está alinhado ao que estabelecia o já estudado Código Civil Português, de 1867, que determinava a obediência da mulher ao seu marido (artigo 1185.º). Para o pai da menina e a sociedade em geral, não há igualdade entre o marido e a esposa; caso isso aconteça, a desordem será inevitável. Ele ainda prossegue afirmando que um bom marido será um bom amigo quando a esposa perdoar os momentos ruins pelos quais aquele estiver passando. Cabe a ela ser doce para com ele e não exigir explicações, nem que ele desfaça seu semblante sério (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 37). Se Duarte Pereira demonstrar perda de interesse em Eulália, ela não deve cobrar que ele cumpra com suas obrigações, mas sim esperar que a sociedade o cobre. Dessa forma, segundo Joaquim Luís, ele voltará a admirá-la.

Diante do exposto até agora, percebemos que este é um romance que trata, também, da submissão no casamento: Joaquim Luís observou que Maria seria mais feliz do que Eulália no casamento porque Maria, por ser muito dócil, certamente seria obediente ao seu marido e porque José da Fonseca era um homem honrado, que se dedicaria ao bem-estar da esposa. Além disso, quando Eulália enviou uma carta dizendo que não poderia comparecer ao casamento de Maria porque estava de partida para Coimbra com Duarte, Joaquim ficou satisfeito ao saber que sua filha caçula fora contra vontade para Coimbra para satisfazer o marido. Isso quis dizer que ela seguiu o conselho do pai: ser submissa ao marido. “[...] [Eulália] comprou com um dissabor uma nova afeição de seu marido. Fez bom ganho, e provou que ouviu os meus conselhos, e que, mais cedo do que eu esperava, achou ensejo de os aplicar” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 49).

No capítulo V da primeira parte, conhecemos um pouco mais sobre a personalidade de Jerónima: pouco afeita a ternuras, ela “Ria dos mimos que as irmãs andavam como a pedi-los ao pai; e, se este os queria repartir por as três, costumava ela dizer: ‘Eulália e Maria é que estão a morrer por festinhas; a mim dê-me antes um caderno de papel para eu fazer contas e traslados’” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 53). A moça também não tinha preferência por brinquedos considerados pelo senso comum da época adequados para meninas. Um chapéu com plumas de papel, uma espada de cana e um bote de cortiça certamente garantiam a sua diversão. Dada a afeição de Jerónima por contas e traslados, logo ela descobriu a habilidade na contabilidade. Dessa forma, ela começou a ajudar seu pai no negócio da família, ajudando-o na escrituração e no lançamento no livro-mestre.

A personalidade de nossa protagonista ia de encontro ao que era idealizado para a mulher da sua época. Segundo Luciene Pavanelo, as preferências da moça – como a recusa às bonecas e sua aptidão para o ramo do comércio – “são indícios de sua recusa em aceitar a posição da mulher na sociedade” (PAVANELO, 2017, p. 149). Conforme visto no capítulo anterior, as mulheres burguesas não podiam trabalhar. Apenas àquelas desfavorecidas financeiramente era permitido, porém, em áreas específicas, como o setor de costura etc. – ou seja, funções que eram uma extensão dos trabalhos domésticos. Portanto, certamente, as habilidades de Jerónima não eram louvadas pela família:

Jerónima cismava em descobrir alguma outra tentativa mercantil. Joaquim Luís restringira a cereais, arroz e café o seu negócio. Jerónima animou-o a armazenar azeite, obrigando-se ela a tomar a si o encargo de dirigir a labutação. Riu muito o pai, e andou contando aos seus amigos a especulação em que estava afreimado o espírito da sua Jerónima. A sr.<sup>a</sup> Mariana cada vez descobria mais qualidades de homem na menina (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 57).

Quando sua juventude despontou, aos quatorze anos, vários pedidos de casamentos começaram a lhe ser feitos e todos foram rejeitados. De todos os proponentes, um se destaca pela insistência em ter uma vida conjugal com Jerónima: Pedro Monteiro, a personagem que, no início desta análise, estava no cemitério e relatou esta história. O rapaz tinha 18 anos quando fez a proposta pela primeira vez, porém, sem sucesso. É importante notarmos, também, que Jerónima era muito obediente à família: nas duas primeiras vezes que recusou o casamento com Pedro, ela se mostrou resignada caso fosse da vontade de seu pai que se casasse. Ela denominava essa possível aceitação como “sacrifício”: “– Sempre submissa ao sacrifício, meu pai – disse-lhe ela; – a minha felicidade tem de acabar; se meu pai lhe quer

antecipar o fim, seja feita a vontade de Deus e a sua” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 56-57).

É importante acrescentarmos que, conforme observa Michelle Perrot, infelizmente, no século XIX, se a mulher desejasse ascender na vida profissional (dentro das suas limitações, obviamente), ela precisava renunciar à sua vida privada (PERROT, 2009, p. 279). Isso nos faz pensar na seguinte hipótese: se essa “troca” não fosse imperativa na época<sup>27</sup>, isto é, se a mulher pudesse ser bem-sucedida tanto em sua vida profissional como na vida pessoal, assim como acontece com o homem, talvez Jerónima não pensasse o casamento como uma prisão, um sacrifício e teria se casado com alguém que amasse. Dada a sua paixão pela independência, ela descartou de sua vida o lado amoroso e sequer notava os rapazes interessados nela.

Devido às recusas ao casamento, o narrador parte em defesa de Jerónima e não concorda em caracterizá-la como uma pessoa que não ama; ao contrário: ela amava e muito os seus pais e suas irmãs. Luciene Pavanelo nota que Camilo não a trata em tom jocoso, na tentativa de ridicularizá-la, mas sim com admiração. Indo na contramão de como trata diversas personagens, Camilo, nesse caso, descreve Jerónima de forma a conquistar a simpatia do leitor, mostrando que apresenta respeito pela sua trajetória de busca pela independência (PAVANELO, 2017, p. 156). Michelle Perrot, no texto “À margem: solteiros e solitários”, nos mostra que a mulher solitária (seja porque viveu uma vida vista como “promíscua”, seja porque não teve a oportunidade de se casar) é relatada, em geral, com tom de ironia e chacotas; ou seja, com depreciação. O homem solteiro, por outro lado, é percebido com humor. A mulher solteirona assume a forma caricata de rabugenta, maldosa e histérica. “Será preciso esperar o século XX para que, sob a influência de feministas ou escritores [...], surja outra figura da mulher sozinha e que finalmente tenha direito ao celibato” (PERROT, 2009, p. 278). Contrariando Perrot, temos em Portugal Camilo Castelo Branco, que caracterizou

---

27 Ainda hoje, muitas mulheres precisam optar entre a vida pessoal ou a vida profissional, porque elas não têm outra pessoa que as ajude com as responsabilidades cotidianas. É muito comum vermos mulheres que, ao terem filhos, precisam deixar suas carreiras para se dedicarem à educação e cuidados das crianças, porque não podem contar com a ajuda dos pais e/ou família. As mulheres que conciliam trabalho com vida pessoal precisam enfrentar jornada dupla ou tripla de trabalho, o que causa extrema fadiga e, conseqüentemente, má qualidade de vida. Silvia Federici é uma autora italiana que aborda essa questão em seus livros *O Calibã e a Bruxa* (2017) e *O Ponto Zero da Revolução* (2019) e pontua, em linhas gerais, que o trabalho doméstico deve ser remunerado, porque tal função é o que garante o bom desempenho dos homens que trabalham fora de casa e das crianças que serão os futuros trabalhadores; isto é, quando a mulher limpa a casa, prepara a comida e lava a roupa de seu marido, ela está contribuindo para o bom desempenho dele em seu trabalho e, conseqüentemente, está contribuindo para a manutenção do capitalismo. Ora, se o trabalho doméstico é uma engrenagem que movimenta este grande sistema capitalista em que vivemos, a pessoa que o realiza deve ser remunerada assim como um trabalhador que realiza outras funções é.

positivamente Jerónima, uma mulher que conquistou seu direito ao celibato. Vejamos, abaixo, uma caracterização da moça como heroína de sua história:

Não era singular, não; era apenas natural; tinha de mais que o vulgar a virtude da força, e a concentração inexpugnável da vontade, e talvez o precoce pensamento da independência do mundo, sem conhecê-lo, nem o menosprezar. Se assim era, havemos julgá-la eleita para alguma estrema heroicidade, das que passam obscuras, como o perfume da violeta humilde (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 60).

O negócio da família passava por dificuldades financeiras devido à invasão francesa que Portugal sofrera no início do século. Para remediar sua situação, Jerónima pensou em ampliar os artigos vendidos ao passar a vender azeite. A loja do pai se restringia à venda de cereais, arroz e café. Ao propor a venda deste novo artigo, os pais da menina acharam a ideia hilária.

[...] Riu muito o pai, e andou contando aos seus amigos a especulação em que estava afeimado o espírito da sua Jerónima. A sra. Mariana cada vez descobria mais qualidade de homem na menina.

– A minha filha a governar armazéns de azeite! - exclamava ela - Havia de ter graça, quando tua irmã [Eulália] descesse por Vila Nova com o seu vestido de veludo escarlate sobre um cavalo, saíres-lhe tu à porta do armazém e perguntar-lhe se queria comprar um odre de azeite! (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 57-58)

Devido às opiniões de seus pais, Jerónima foi buscar em outros afazeres um meio de obter uma renda: começou a preparar doces, que era uma atividade mais caseira e tipicamente feminina; entretanto, a moça não se adaptou e alcançou a fadiga, sendo convencida pelo seu pai a parar de exercer a função. De acordo com o diálogo a seguir, podemos perceber o porquê da ambição de Jerónima para ganhar dinheiro e a sua insatisfação com o lugar da mulher na sociedade. Em poucas palavras, ela afirma que por mais que trabalhe, ela não conseguirá dar o conforto que gostaria para a família, porque não conseguirá ganhar dinheiro o suficiente.

– Não tens tu o pão de cada dia certo, Jerónima?! - dizia-lhe o pai. – Quem te assim vir acabada de projetos de ganhar dinheiro, há de cuidar que estás devorada de ambição.

– E estou, meu pai.

– [...] Como é, pois, que tu saístes ambiciosa?

– Ambiciosa da sua vida, meu pai; ambiciosa do seu descanso, e da sua saúde. Cuidei que podia com mais algum trabalho poupar meu pai a cuidados e aflições. Nesta esperança é que me pareceu preciso e estimável o dinheiro. Era feliz eu, se conseguisse realizar o meu desejo; mas vejo que uma mulher é sempre mulher. Paciência. Meu pai continuará a fatigar-se, e eu a ajudá-lo como até agora (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 58-59).

No trecho, é visível o inconformismo da moça com a sua limitação enquanto mulher. Como sabemos, a mobilidade social das mulheres só acontecia, basicamente, através de um casamento rentoso. O trabalho feminino não era bem remunerado e elas trabalhavam em áreas muito restritas. Como o casamento não era uma alternativa para Jerónima, ela desanima quando reflete sobre a sua condição na sociedade. Além disso, vemos aqui que é repreensível que uma mulher seja ambiciosa. Diversos romances da época tratavam a ambição do homem como algo admirável; mas a mulher não podia nutrir sentimentos desse tipo. Ela deve apenas dócil, passiva e estar, preferencialmente, reclusa na esfera privada.

Com a progressão da narrativa, temos acesso às crises conjugais de Eulália<sup>28</sup>. Seu marido Duarte se ausentava bastante e a esposa passava horas do dia sozinha em seu palacete. Ao perguntar ao marido se ela poderia ficar na casa de seus pais durante o tempo em que Duarte estivesse fora de casa, ele respondeu que não consentia, pois o palacete era, agora, a sua casa. Durante sua justificativa, ele afirmou que “A mulher para a vida doméstica; o homem para a actividade” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 65). Sua fala está alinhada com o pensamento da sociedade oitocentista, conforme observamos no capítulo anterior da presente dissertação.

Duarte saía de casa frequentemente para ir à feira de cavalos e essa rotina o levou ao vício em jogar. Tudo começou por prazer, como parte do encontro entre amigos, porém, “acabou por obedecer ao jugo do vício e à necessidade da desforra” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 67). As perdas de Duarte foram significativas e sua situação começou a se agravar. Tomando ciência disso, Joaquim Luís<sup>29</sup>, o pai de Eulália, vai até a casa da filha para aconselhá-la a convencer o marido a parar de jogar, pois as consequências desse vício podiam ser desastrosas. Ao conversar com a filha, Duarte chega e o sogro inicia uma longa conversa com seu genro, pedindo-o que pare de jogar, porque:

[...] o jogo é a mais cega e despótica das paixões, e tanto desonra quem perde dezesseis mil cruzados, como quem os ganha. O jogador, sr. Duarte, há de ser necessariamente um mau esposo e um mau pai, quando a sua liberdade vacilar entre manter a estabilidade de sua família e aventurá-la ao jogo, em último recurso. [...] Decorridos seis anos, senhor, se as suas perdas continuarem na proporção das que sofreu nos últimos seis meses, o marido de minha filha será bem acolhido à mesa do

---

28 Nesse episódio, o narrador do romance expõe sua opinião sobre o casamento: “O casamento pode ser a sepultura das quimeras; mas do amor não. A meu ver, o amor é o superior quilate da amizade; a amizade é o mais levantado dos humanos sentimentos, e o casamento é a união, entre criatura e criatura, que mais se quadra e resulta em dons e excelências de amizade” (CASTELO BRANCO, 1946, p. 66).

29 Nesse episódio, Joaquim Luís se contradiz: num primeiro momento, antes do casamento da filha, diz que a esposa deve ser submissa ao seu marido; depois, quando Duarte está endividado devido ao seu vício em jogos, ele pede para que Eulália converse com ele pedindo que pare de jogar.

pobre lojista; mas o meu pão, por mais do coração que lhe seja dado, há de ser-lhe agro de engolir, sr. Duarte; porque o pão da dependência, no homem que foi rico, é um suplício igual ao da fome, se a sua fome é uma desonra (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 74-75).

A situação a seguir pode ser precisamente sintetizada com o seguinte trecho: “Começaram dias de muita aflição para Eulália” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 78). O vício de Duarte passou a ser incontrollável a ponto de o rapaz vender seus cavalos e demais pertences como suas joias e as de sua esposa. Além disso, ele também comprometeu seriamente a renda de seu pai, a ponto de este expulsar os recém-casados de casa. Sem expectativas, os dois pediram abrigo na casa de Joaquim Luís, onde foram bem recebidos. O pai de Duarte, o senhor António Pereira, adoeceu devido às desventuras de seu filho e morreu sem ter tido a oportunidade de restaurar sua relação filial.

A seguir, vemos o desgaste da relação entre o casal. Durante os diálogos entre eles, Duarte pensa que a virtude está atrelada à riqueza. Ele não consegue entender como José da Fonseca e Maria são felizes mesmo sendo pobres. Diferentemente do casal fidalgo, José e Maria viviam uma vida muito humilde, e o objetivo deles era poupar dinheiro para comprar uma quinta no Porto; mas, a princípio tal objetivo não foi alcançado devido à honestidade do advogado: após perder uma causa cujo erro cometera, ele pegou o dinheiro destinado à quinta e deu ao seu cliente, provando mais uma vez ser um homem íntegro.

– Forte teima! – acudiu Duarte exasperado – Que são virtudes? As virtudes de teu cunhado! É virtude ter ali a mulher na cozinha como uma rodilha? É virtude fazê-la criar o filho? É virtude não lhe dar uma criada nem uma ama de leite? É virtude trazê-la vestida como tu trazes as tuas criadas? É virtude repartir-se em generosidades com os de fora, e deixar sua mulher rodeada de privações? Responde a isto! (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 112).

Duarte com a sua arrogância e José com sua generosidade: a partir daqui os dois cunhados apresentarão características cada vez mais distintas um do outro. De certa forma, os dois acabarão passando por grandes dificuldades financeiras, pois o fidalgo não conseguirá se controlar e colocará tudo a perder e o advogado perderá o dinheiro que poupava por tantos anos para pagar seu cliente. Esta situação mudará, pois Camilo tem como objetivo mostrar para os seus leitores que uma pessoa virtuosa e desapegada aos bens materiais terá sua recompensa, enquanto aqueles sedentos pelas ofertas mundanas estarão fadados ao fracasso.

O romance também mostra como era malvista, na época, a dissolução do casamento aos olhos da sociedade. Quando Maria testemunha o fracasso que se tornou a união de Duarte e Eulália, ela vai até a casa do pai para contar-lhe. Quando o pai fica sabendo, apesar de ficar

triste, ele não vê que a separação é a melhor solução para eles. Segundo o pai das meninas, “[...] O acabar-se o amor de Duarte a sua mulher não é motivo para divórcio<sup>30</sup>. Os sagrados vínculos do matrimônio são vínculos suaves, mas também são como elos de corrente que prendem a mulher ao sacrifício: sofrer seu marido é mais que dever, é santificação” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 120). Joaquim demonstra certa preocupação a respeito do que a sociedade vai pensar da filha e de sua família, caso ela não suporte mais os vícios do marido e resolva separar-se dele.

[...] a sociedade, se lhe disserem que tal mulher fugiu ao esposo porque ele desbaratava o casal no jogo, dirá que essa mulher amava somente o casal de seu marido, e era portanto indigna de que seu marido conservasse o casal em prosperidade para lhe agradar. Se eu desse tal passo, o mesmo seria abrir o recinto sempre sagrado da família, e dizer: 'vede o vilipêndio deste homem! não lhe fieis um pão, que ele amanhã não poderá pagar-vo-lo'. E a sociedade diria: 'pai e filha deram-se as mãos para acabar de perder Duarte, cuja desonrada pobreza nós apenas suspeitávamos. Pai e filha foram criminosos, senão infames' (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 120).

Além da questão social, a separação do casal era algo inviável também do ponto de vista jurídico, pois, de acordo com o referido Código Civil Português de 1867, a separação de pessoas e bens somente era possível nos casos de adultério da esposa ou do marido (esse somente era válido quando houvesse escândalo público), condenação do cônjuge a pena perpétua ou injúrias graves (artigo 1204º), e nenhum desses casos eram compatíveis com a situação de Eulália e Duarte.

Enquanto isso, com a morte de Joaquim Luís, Jerónima cumpria o pedido de seu pai e se tornou a fortaleza da família. Ninguém precisou se preocupar com o comércio, pois só ela o comandava com base nos ensinamentos de seu pai. Nesse ínterim, Pedro Monteiro retorna do Rio de Janeiro e investe mais uma vez no casamento com a sua amada. Pressionada pela mãe, irmãs e cunhado a casar-se com o rapaz, a moça só conseguiu convencê-los de que não se casaria chorando. Observemos, no trecho a seguir, como o narrador descreve Pedro, evidenciando o fato de ele ser rico ao ser a primeira característica do rapaz descrita. Além disso, percebemos também que devido ao fato de Jerónima sempre ter demonstrado ser forte, quando ela chora, ele descreve isso como um ato de fraqueza. Com isso, podemos chegar na seguinte reflexão: todas as mulheres do presente romance já choraram até então e não foram consideradas fracas. Até mesmo Pedro Monteiro chora (por ser considerado homem, não era

---

30 Apesar de o personagem ter utilizado a palavra “divórcio” para caracterizar a separação entre o casal, este processo não era legalizado em Portugal na época. O divórcio só adquiriu caráter legal em 1910, com a Lei do Divórcio (Decreto de 3 de novembro de 1910).

visto de bom tom que chorasse em público) diversas vezes ao longo do romance. Dessa forma, por que Jerónima assim é vista quando chora? O narrador não a considera pertencente a um perfil de feminilidade devido à sua postura?

Pedro, com Eulália por medianeira, sondou de novo o ânimo de Jerónima. Agora era já a mãe, e irmãs, e cunhado a conspirarem em favor do mancebo rico e estimado por suas virtudes e constância. Jerónima, assediada por todos, encontrada em quantas razões fundava a indisposição para o casamento, salvou-se, quando jogou as armas fortíssimas da fraqueza: venceu chorando. Ao verem-lhe as lágrimas, deixaram-na; Pedro, porém, esperava ainda (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 136-137).

Graças a um empreendimento que deu errado, o comércio de Jerónima encontrou os rumos da falência, até que sua mãe decide fechar a loja e morar numa casa menos dispendiosa. A essa altura, Pedro Monteiro insiste mais uma vez em casar-se com a primogênita. Sabendo da condição financeira da família de Jerónima, Pedro tomou isso como um gancho para se aproximar da moça novamente. Ao conversar com José da Fonseca e propor a ele se seria uma boa ideia emprestar dinheiro para a família dela se reerguer, o advogado, conhecendo bem sua cunhada, responde o seguinte: “[...] é natural que Jerónima se julgue mais feliz na pobreza que na abundância preparada pelos favores do homem, cuja mão de marido ela não aceitou” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 151).

Após o encerramento das atividades de seu comércio, Jerónima começou a aprender a bordar, pois ia tentar a vida como mestra de meninas. Antes de começar sua carreira, mais uma vez ela recebeu a proposta de Pedro e, ao contrário das outras investidas, ela aceitou. Pavanelo (2017 p. 151), a respeito dessa situação, acrescenta que esse amor repentino por Pedro pode ser considerada uma falha no enredo, porque não convence o leitor, e formula uma hipótese: Jerónima aceitou o pedido para tirar sua mãe e irmã caçula da situação de pobreza e não mais sobrecarregar seu cunhado, que as ajudava financeiramente. Ao tomar notícia de que o seu futuro sogro não consentia na união que se formaria, a moça deu um passo atrás e desfez o compromisso com Pedro, o que corrobora a hipótese da referida pesquisadora: sabendo que não teria apoio da família do marido, sua situação financeira continuaria crítica e, somado a isso, estaria vivendo ao lado de um homem que não ama. Jerónima ficou sabendo do descontentamento do pai de Pedro quando ela lhe envia a seguinte carta:

Sr. Joaquim Monteiro.

Tomei a liberdade de me dirigir a vossemecê por meio desta carta, da resposta da qual depende a mais importante deliberação da vida humana. Anuí à vontade de

minha família, aceitando para marido o sr. Pedro Monteiro. Depois, no pouco tempo que falei com ele, reconheci-lhe boas qualidades, e entendi que o casar-me já não era um sacrifício à minha família. Tive depois motivos para suspeitar que vossemecê não é contente com este casamento: poderei ter-me enganado; mas é forçoso que eu me desengane e o desengano só vossemecê mo pode dar. Escuso dizer-lhe que eu sou incapaz de casar com o sr. Pedro Monteiro, não sendo essa a vontade de seu pai. Creio que todos os pais são como era o meu; e, assim como eu seria incapaz de desobedecer-lhe, penso que todos os filhos devem ser iguais na obediência. Vossemecê terá a bondade de responder o que for servido. Deus guarde muitos anos a vossemecê.

Porto, 20 de Abril de 1816. Criada humilde *Jerónima Luísa da Silva* (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 166-167 – itálicos do autor).

Não sabemos qual foi a resposta do pai, porém, sabemos que a moça escreveu o seguinte para seu ex futuro marido:

Peço-lhe que aconselhe o sr. Pedro Monteiro a ser bom filho, para que a mulher, que Deus lhe der, possa vir a ser uma feliz esposa. Eu decerto não o serei nunca e ele virá a conhecer que é melhor perder uma afeição de noivo, onde há tantas, que perder a amizade do pai, que é só uma (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 167).

Ou seja, a justificativa foi pautada na obediência filial – um aspecto muito caro à sociedade burguesa oitocentista. Para consolar seu amigo, José da Fonseca deprecia sua cunhada, afirmando que ela possui um coração aleijado e que “[...] antepõe as razões do mundo às propensões da sua alma [...]” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 168). Camilo tenta amenizar a rigidez de Jerónima no diálogo feito entre Pedro e Eulália. Eles se encontraram pouco tempo depois da ex futura sogra do rapaz ter morrido. Desde que o relacionamento dos dois foi rompido, ambos ficaram seriamente doentes e quando Jerónima ficou sabendo do estado de saúde do rapaz, disse o seguinte à Eulália: “[...] as mais felizes uniões se faziam no céu [...]” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 171). Outra hipótese pensada por Pavanelo é a seguinte: Eulália disse que Jerónima falou isso apenas para consolar Pedro ou mesmo o rapaz, que é o relator da história, inventou tal diálogo, de forma a “tornar a sua história a mais romanesca possível” (PAVANELO, 2017, p. 151).

Depois da morte de D. Mariana, a mãe das meninas, Jerónima e Eulália e mudaram para a casa de Maria e José da Fonseca. Começou, a partir daí, a primogênita a retomar os planos de conquistar sua independência através do trabalho: primeiramente, arranjou o destino de Eulália, para que ela também não fosse uma despesa para José e, em seguida, foi procurar um emprego como mestra de meninas para si própria.

Acontece uma reviravolta na história: devido a uma boa ação que José da Fonseca fez no passado, um antigo cliente dele o deixou como herdeiro único de seus bens, o que possibilitou a compra da sua tão desejada quinta e de melhoria na qualidade de vida de todos

que ali moravam. Conforme vimos anteriormente, a masculinidade oitocentista era posta em xeque quando o homem não era capaz de sustentar sua família. Alinhado com esse pensamento, ele insiste para que a cunhada continue morando com eles sem precisar trabalhar. A resposta da moça, que vale a pena ser mencionada na íntegra, é uma dura crítica aos costumes femininos da época:

Que posso eu fazer na sua companhia? Contar os meus dias de indolência e inação. Sentar-me à mesa para tomar uma parte do produto da actividade alheia, Levantar-me da mesa para me empregar em trabalhos, quase inúteis, com que as mulheres costumam encobrir a sua ociosidade (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 192).

Mesmo com a boa nova, Jerónima partiu, sem se despedir de sua família, para que eles não tentassem convencê-la a ficar<sup>31</sup>, para Lobrigos para ser mestra de meninas e deixou uma carta ao cunhado, a qual dizia, dentre outras coisas:

Depois, meu amigo, eu já sei que santo prazer é o da mulher, que parece emancipar-se da sua fraqueza natural quando recebe o estipêndio da obra de suas mãos, e diz: Ganhei com os meus esforços, com a minha capacidade, com a aplicação do meu espírito, este dinheiro que vale a minha subsistência de uma hora, de um dia ou de um ano! Este prazer, decerto, meu irmão não quer me privar dele; e, quando quisesse, eu é que não podia privar-me (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 192-193).

Chegando na casa de suas alunas, Jerónima conversa com seu patrão e as irmãs dele para acertarem as suas condições de trabalho e passar para a mestra algumas instruções. Nesse ínterim, a única irmã da família que sabia ler<sup>32</sup> instruiu Jerónima a não passar muitas lições de leitura para suas alunas, pois elas já estavam começando a soletrar; bastavam apenas poucas lições para concluir os estudos das meninas nessa área. Além disso, a tia não queria que suas sobrinhas soubessem ler quaisquer textos, mas sim apenas o “Grito das almas do fogo do purgatório e do inferno”. Jerónima contesta a instrução com um sorriso e a senhora responde:

- Vossemecê ri-se do que eu lhe digo? – acudiu mal encarada a ilustre provinciana.
- Ri, minha senhora.
- Essa é boa! Pois riu-se?! – exclamou a dama abespinhada.
- Achei singular querer v.s.a que as meninas só conheçam a letra redonda do 'Grito das almas'.
- Por onde quer vossemecê que elas aprendam a ser cristãs?

---

31 Como dito no início deste texto, o capítulo que relata a saída de Jerónima não possui um título: a hipótese de que formulamos para isso é que a falta de um título expressa a surpresa da família com a partida de Jerónima.

32 Sobre a mulher saber ler: o narrador esclarece em uma passagem que “a leitura há cinquenta anos, na província de Trás-os-Montes, era um dote negativo para meninas fidalgas; hoje não monta em bem nem em mal [...]” (CASTELO BRANCO, 1946, p. 198).

– Na cartilha, minha senhora. Lá é que eu aprendi os mandamentos da lei de Deus, que se encerram em dois: amar a Deus e ao próximo.

A dama não replicou; mas foi dizer ao seu irmão que a mestra lhe parecia herege.

Ouviu o fidalgo as razões da suposta heresia, consultou o capelão, e o capelão recolheu-se à sua consciência e saiu fora meia hora depois, dizendo que não havia herética gravidade nas palavras da mestra (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 198-199).

Nesse trecho, percebemos a ironia camiliana, porque aqui ele mostra que se a mulher contesta e expõe suas opiniões frente a algum preceito já solidificado, ela é vista como subversiva, e no sentido pejorativo – nesse caso, como se tratava de questões religiosas, a família começou a especular que Jerónima fosse herege. Jerónima não foi subversiva nesse caso – ela não contestou a educação religiosa, mas sim os instrumentos escolhidos pela senhora para passar as informações –, mas só pelo fato de ela ter sugerido um outro material – nesse caso, a cartilha –, ela já foi vista com estranheza, porque, naquela época, a mulher não podia contestar. Sua função era aceitar o que lhe foi designado de forma passiva, sem questionar.

Jerónima, dentro de sua limitação, remodelou a educação de suas alunas: educou-as utilizando como base livros de instrução e recreio e, quando elas se mostravam desobedientes, repreendia-as, ameaçando castigá-las. Quando o pai das meninas foi perguntar à mestra se essa ameaça realmente tinha acontecido, ela respondeu que sim, havia feito, “[...] para v. s.<sup>a</sup> me não dar o seu pão e o seu dinheiro inutilmente, e para que v. s.<sup>a</sup> tenha um justo orgulho de ser pai, quando eu lhe as entregar educadas” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 200). A moça era firme em suas decisões e argumentações, o que assustou um pouco a família; porém, passados seis meses, ela havia conquistado a afeição de todos, inclusive das alunas. O pai das meninas foi o mais afetado, porque se viu apaixonado por Jerónima e decidiu propor casamento a ela, que prontamente recusou.

No desenrolar da história, ficamos sabendo que a tia que sabia ler chama-se D. Mafalda e que ela nunca se casou, porque “[...] preferia a eterna soledade do coração à ignomínia de casar desigualmente.” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 208). Ou seja, para ela se casar, isso deveria acontecer somente com noivos de família rica. Caso contrário (que foi o que aconteceu), ela ficaria solteira. Nesse trecho, vimos a representação de um projeto de casamento por interesse; isto é, a mulher esperou a vida inteira para se casar com alguém que possuísse um bom capital financeiro. Como essa pessoa nunca apareceu em sua vida, ela não se casou. Ela renunciou a casar-se com alguém por amor para tentar se casar por interesses de ordem econômica, colocando sua subjetividade em segundo plano.

É importante mencionarmos que em *As Três Irmãs*, os casamentos ocorridos na narrativa foram feitos por amor: pelo menos a princípio, Eulália e Duarte se gostavam, bem como havia amor entre Maria e José da Fonseca – aspecto que foi discutido em momento anterior<sup>33</sup>. Porém, as duas irmãs traçam jornadas diferentes devido às personalidades dos seus maridos. Os dois cunhados divergem tanto entre si que Camilo encerra o romance afirmando que “Não há destinos: há dois caminhos. – O caminho de Duarte Pereira e o caminho de José da Fonseca” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 274).<sup>34</sup>

Passaram-se os anos necessários para concluir a educação das meninas e Jerónima não mais era vista como mestra, mas sim como amiga da família e passou a morar com eles mesmo terminadas as relações trabalhistas. Na Páscoa, Jerónima retornou ao Porto para visitar sua família. José da Fonseca estava mais envolvido nos assuntos políticos do país e se aliou aos liberais; Eulália e Maria viviam uma vida muito feliz junto com Alberto, filho de Maria e José, que tinha 8 anos. Ao despedirem-se, Jerónima previu que algo de ruim poderia acontecer nos rumos de suas trajetórias e conversou com Eulália que voltaria para o Porto quando a necessidade falasse mais alto. A partir disso, surgiu o questionamento: é possível que Jerónima estivesse preocupada com o alinhamento político de José da Fonseca e, por isso, teve essa conversa com Eulália? Pensamos que essa passagem foi o caminho que Camilo viu de “equilibrar” a balança temática do romance. Como sabido, ele vivia da venda de seus livros, portanto, precisava conquistar seu público leitor. Durante a narrativa, ele se mostrou a favor das posições de Jerónima, uma mulher que buscava sua emancipação. Então, para não ir totalmente de encontro com a burguesia, Camilo investiu na intuição da protagonista.

A respeito desta “balança temática”, Jacinto do Prado Coelho argumenta que por Camilo ser um escritor profissional, ele precisa sondar o seu público – conforme já afirmamos nesta dissertação – e conquistar outros leitores, ou seja, ele tenta agradar ao máximo possível, seja pais de família conservadores, seja cidadãos que anseiam por mais liberdades de escolha, bem como leitores que apenas desejam ler uma boa história de amor. Quando acontece de desapontar um grupo em detrimento de outro em alguma narrativa, Camilo tenta “pegar na mão” dos primeiros e propor uma reflexão pedagógica. Com isso, Castelo Branco obteve o sucesso no ramo literário, mas nem mesmo ele escapou de certos dilemas em se posicionar politicamente. Coelho arremata:

---

33 O assunto foi pensado no artigo “Relações matrimoniais e interesses patriarcais em *As Três Irmãs* e *Estrelas Propícias*, de Camilo Castelo Branco”, produzido por mim e pelo professor Henrique Marques Samyn, publicado pela revista RevLet, da Universidade Federal de Goiás.

34 Pensando nessa disparidade de destinos, podemos refletir sobre o seguinte: será que o fim trágico do casamento de Eulália e Duarte se deu porque ela seguiu o conselho de seu pai e assumiu uma posição submissa no relacionamento? Se ela fosse mais assertiva, os rumos teriam sido diferentes?

Depois, há o caráter dividido do escritor, filho duma união desigual; também ele obedece a princípios da educação recebida e, se ataca a hipocrisia burguesa, em compensação não leva a sério os revolucionários inimigos da Ordem; num prato da balança põe a exaltação de amores ilegítimos, no outro o respeito pelas almas virtuosas, sofredoras, abnegadas (COELHO, 2002, p. 64).

O mau pressentimento de Jerónima tornou-se realidade e sua família iniciou uma jornada de desventuras porque José da Fonseca, devido a seus pensamentos liberais, foi banido de Portugal e exilou-se em diversos países da Europa, como a Espanha, França e Inglaterra. Quando isso aconteceu, o Estado confiscou todos os bens do advogado, deixando a sua família em apuros. Ao saber dessa notícia, ela retornou ao Porto e remediou a situação, tranquilizando, em parte, a família.

Aproveitando o gancho da luta liberal da qual Fonseca participou, falemos sobre um outro aspecto muito caro a Camilo Castelo Branco. Óscar Lopes menciona que o nosso autor tem predileção por adicionar pontos de vista históricos às suas tramas, isto é, ao ler seus romances, certamente seus leitores irão se deparar com episódios históricos que enriquecerão a narrativa, como, por exemplo, as invasões francesas, os conflitos liberais, dentre outros marcos. Em *As Três Irmãs*, temos os dois eventos citados: no início do romance, a família de Jerónima sofre com a invasão dos franceses e o comércio deles colhe os frutos amargos dessa invasão até o ponto de encerrar as atividades do estabelecimento e, ao fim, acompanhamos a angustiante passagem em que José da Fonseca é exilado e a família permanece em Portugal, sofrendo com a ausência do ente querido. Lopes termina afirmando “[...] é para o leitor difícil sentir condensar-se este mundo português camiliano sem ter em vista diversos bastidores epocais” (LOPES, 1994, p. 42).

Sabemos que a questão financeira era muito importante para as relações sociais e isso também é relatado no romance. O impacto socioeconômico nas trajetórias das irmãs é muito nítido, como podemos perceber: Eulália teve o curso de sua vida completamente alterado devido às más escolhas do marido: ele entregou toda sua fortuna e bens para o jogo e perdeu tudo. Maria, que viveu muitas privações, é agraciada com uma fortuna inesperada e passa a viver mais confortavelmente no final da narrativa. Jerónima, para conquistar sua independência, precisava se sustentar sozinha. Para isso, ela nunca deixou de trabalhar, seja à frente do comércio, seja como preceptora de meninas. Ela, em especial, sofre uma grande luta para não se casar e precisa viver com as consequências de sua escolha: ela não conseguiu trabalhar com o que lhe dava prazer – ou seja, o comércio –, e precisou se dedicar a um trabalho tipicamente feminino, que é ser mestra de meninas. Além disso, ela precisou morar

longe de sua família porque suas alunas moravam num vilarejo distante, daí a necessidade da mudança.

A notícia boa que recebemos nessa fase é o amor entre Alberto, sobrinho de Jerónima, e Laurentina<sup>35</sup>, uma de suas ex-alunas – a única que ainda estava solteira. Eles se conheceram numa das visitas feitas à ex-mestra no Porto. Jerónima, ao perceber que os dois conversavam por longas horas, conversou com o sobrinho e lhe disse que “[...] lhe era mais grato vê-lo estudar que desbaratar o tempo em conversações pueris” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 221). Ou seja, nossa protagonista pensa a mesma coisa do que pensava anos atrás, quando se referia a casamentos, fosse para ela, fosse para suas irmãs<sup>36</sup>.

Passados 7 anos, José retorna do exílio e reencontra sua família. Chegando ao fim do enredo, mais anos se passaram e algumas coisas aconteceram como o casamento de Laurentina e Alberto e a morte de José da Fonseca. Logo depois do falecimento do advogado, Maria, sua esposa, também expirou, dez meses depois. Dessa forma, Eulália e Jerónima moraram juntas, vivendo na esperança de reencontrar em breve seu cunhado e irmã. Das duas irmãs, Eulália morreu primeiro e Jerónima “Sozinha, entre os fantasmas risonhos das três pessoas queridas [...] pedia a suas irmãs, em preces, em sonhos, que a chamassem para si” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 270).

Como se soubesse que estava prestes a morrer, Jerónima foi a Lobrigos e revisitou locais e pessoas que lhe eram tão caras para se despedir. Ao voltar ao Porto, ela revisitou sua antiga casa e lá morreu. Segue abaixo a passagem da morte de Jerónima. Aqui, Camilo adota um tom leve na descrição e supõe que ela, certamente, encontrou aqueles que ela queria encontrar no pós-morte:

Passou ao segundo andar, onde tinha sido a saleta do trabalho. Estava ali uma velha cadeira. Jerónima sentou-se, e disse: – o lugar de minha mãe era aqui mesmo; minhas irmãs ali; eu ao lado de minha mãe, e o pai a passar além...E eu...Viva!...Todos mortos!...  
Concentrou-se a ponto de não responder ao chamamento dos sobrinhos. Levantaram-na pelos braços para afastarem-na dali. Ao erguerem-na, o corpo tomou pendor para o pavimento, e a cabeça jogava entre os peitos de Laurentina e Alberto. Os lábios de Laurentina, ao imprimirem-nos de Jerónima um beijo, expressão de sua ânsia, receberam o extremo hálito, o trânsito da alma que voava para os pais e irmãs (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 272).

---

35 É muito pertinente mencionarmos a descrição de Laurentina feita pelo narrador: a moça era gentil, bonita e, também, afoita, de um jeito que beirava o atrevimento. Para ele, este jeito de Laurentina ofusca a meiguice, porém, realça os traços da mulher (CASTELO BRANCO, 1946, p. 225). Com essa descrição, temos mais um indício de que o narrador possui admiração por mulheres ousadas, que fugiam ao “ideal” de mulher da época.

36 A concepção de Jerónima a diferenciava de outras mulheres. Isso está claro. No entanto, podemos pensar no seguinte: pode ser que, através dela, Camilo se diferencia dos demais romancistas de sua época, que só escrevem narrativas sentimentais. Através de Jerónima, Camilo poderia estar dando o recado de que há outros assuntos para tratar nos romances que não sejam o amor, o casamento e assuntos derivados.

Um outro ponto interessante para reflexão é a postura de Pedro Monteiro durante todo o romance. Ele não conseguiu superar as diversas investidas em Jerónima e viveu sua vida pensando nela. Ele culpa seus pais pela sua infelicidade amorosa, visto que eles não apoiaram o casamento num dado momento já mencionado. É possível vermos nisso um problema, porque ele não foi capaz de entender que ele e a Jerónima não ficaram juntos porque ela não quis<sup>37</sup>. Para ele, parece que foi mais fácil aceitar que os pais proibiram, mas, na verdade, quando ele fez a proposta pela primeira vez, os seus pais ficaram muito felizes; porém, após tantas rejeições da mesma mulher, é natural que eles não aceitassem a união, caso a situação se alterasse subitamente.

Mais uma vez constatamos que quando uma decisão fora dos padrões é tomada por uma mulher, ela é desacreditada e malvista. A decisão fugiu dos padrões porque Pedro é rico, virtuoso e a amava muito. Por ter rejeitado o casamento, ela foi criticada até mesmo por seu cunhado, que ela estimava tanto. Além das críticas, vimos também que os créditos da decisão não foram dados a ela – segundo a visão de Pedro.

O rompimento com Jerónima trouxe graves consequências para Pedro, conforme ele afirma ao narrador da história. Aqui, temos mais um indício do seu inconformismo e culpabilização exclusiva dos pais pela sua infelicidade: “Meus pais não me deixaram ser feliz: Deus lhes perdoe, que também não o foram. Bom filho, não podia sê-lo eu. Fugi deles, fugi de mim próprio, quando perdi a esperança. A minha família era esta, devia ser esta, cuja história lhe contei” (CASTELO BRANCO, 1946 [1862], p. 273).

No capítulo anterior, discutimos acerca do conceito de “romances educativos” proposto por Jacinto do Prado Coelho, e afirmamos que *As Três Irmãs* pode se enquadrar nesse conceito. Após a análise feita da narrativa, observamos que esta pode ser moralizante e, ao mesmo tempo, responder aos anseios das leitoras da época. Como vimos, Camilo Castelo Branco encontrou neste “equilíbrio” um caminho viável para continuar vivendo da sua escrita.

Este romance, em especial, certamente agradou aos tutores das leitoras porque a mensagem dele louva à obediência filial, exalta o caráter resignado das mulheres devido à personagem Maria e exalta a honestidade e virtude. Por outro lado, ele agrada dois perfis de leitoras, ou seja, que são as que anseiam por mais liberdades e se veem representadas por Jerónima e aquelas que se identificam com a vida doméstica. O livro é atrativo para elas

---

37 Conforme já mencionado, Jerónima aceitou uma vez o pedido de casamento de Pedro pensando em salvar financeiramente sua família, porém, quando percebeu que o pai do rapaz não apoiava a união, ela rompeu com o noivo.

porque pode ser considerado um apoio à emancipação feminina, à inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como traz à tona ideais liberais – através de José da Fonseca – porém, de forma mais contida, também causa identificação de muitas mulheres com a personagem Maria, uma mulher comum, que servia à sua família e não tinha outras ambições pessoais – isto é, uma figura muito recorrente na sociedade portuguesa oitocentista.

Ao traçar esses perfis das personagens, podemos nos ater à forma como Camilo descreve as mulheres submissas e as subversivas: podemos exemplificar esses dois perfis a partir de Maria e Jerónima. Maria é descrita como virtuosa e paciente – ela é submissa a seu marido e aceita resignadamente as suas decisões<sup>38</sup>. Jerónima é descrita como “o varão da família” e, conforme já comentado, parece ter o apreço do narrador, porque ela é uma mulher com comportamentos divergentes dos das outras mulheres que compõem o chamado “padrão”. Mesmo apresentando comportamentos subversivos, o narrador não a trata com ironia; ele parece nutrir por Jerónima um sentimento de respeito e admiração.

É muito pertinente mencionarmos, como considerações finais, a relevância deste romance. Ele é relevante porque Camilo relata a história de uma mulher que deseja ser protagonista da sua própria história e está inserida num círculo majoritariamente masculino – o mundo do trabalho em ambientes externos. Além disso, ele escreveu a trajetória de Jerónima de forma a se mostrar a favor de uma emancipação feminina, quebrando, assim, paradigmas que foram tão solidificados ao longo dos séculos.

O romance também é interessante porque ilustra as relações familiares e isso traz à tona diversos temas como a hierarquização dessas relações, a posição da mulher como filha, esposa e ser humano e a questão do vício e seus desdobramentos. Apesar de Joaquim Luís não concordar com o casamento por conveniência, o senhor sempre deixou bem claro para suas filhas que elas precisam ser obedientes às figuras masculinas que as cercarem. Ele discorda da separação de um casal: mesmo que o marido não esteja cumprindo com suas obrigações, é função da esposa ser temente a ele e esperar que dias melhores cheguem. Para o pai dessa família (e o de diversas outras), a sociedade dirá para esse marido que ele está agindo de forma errada.

Também podemos refletir sobre a estagnação e limitação social da mulher: essa discussão se iniciou no capítulo anterior da presente dissertação e continuamos neste romance.

---

38 Mesmo o pai de Maria tendo afirmado que a filha seria mais feliz no seu casamento por ser obediente, é importante destacarmos que a moça teve um casamento saudável também devido à sorte de ter encontrado José da Fonseca, que é um homem honesto. Eulália também era uma esposa obediente e resignada, mas seu marido não tinha um bom caráter, o que contribuiu para o fim da união.

Se ela nasce pobre, sua esperança está alocada em conhecer um rapaz de posses ou com boa condição financeira para aí ela disfrutar das benesses de uma ascensão social. O trabalho somente lhe causará fadiga e, no máximo, irá contribuir para compor o orçamento familiar.

Por fim, conforme brevemente mencionado acima, o romance também nos mostra como certas atitudes de uma pessoa podem desestruturar uma família inteira. Nesse caso, estamos falando de Duarte, que, a partir do seu vício em jogos, perdeu todos os seus bens e desestabilizou tanto a sua família como a família de sua esposa. Eulália, mesmo depois da morte do marido, foi acometida de uma depressão que a impediu de viver uma vida feliz e sadia.

### 3 O CASAMENTO POR AMOR *VERSUS* INTERESSES PATRIARCAIS EM *ESTRELAS PROPÍCIAS* (1863)

Publicado em folhetim pelo *Comércio do Povo* em 1862 e em livro em 1863, *Estrelas Propícias* é um dos livros que compõem os “romances educativos”, conceito proposto por Jacinto do Prado Coelho (2002). O referido pesquisador nota que os folhetins lá publicados têm um perceptível tom moralizante, que prega a obediência filial, honestidade, gratidão, entre outras virtudes; por outro lado, Camilo Castelo Branco soube equilibrar doses de ironia e comentários ácidos, e é exatamente isso que vemos tanto em *Estrelas Propícias* como n’*As Três Irmãs* – romance analisado no capítulo precedente.

Começaremos observando que esse romance é mais marcado pelo pudor e recato do que o analisado no capítulo anterior, porque aqui não há episódios de subversão feminina tão marcantes quanto no outro enredo. Como veremos, é claro que Corina da Soledade, a personagem principal, dentro das suas possibilidades, subverte sua situação ao decidir com quem irá se casar, porém essa atitude não é tão inovadora, pois a moça seguirá o “curso natural da vida da mulher” (de acordo com os ditames da sociedade), que é casar-se.

Um dos temas abordados nesta narrativa é o casamento e suas consequências. Como é sabido, o matrimônio era uma das únicas formas de ascender socialmente, além de toda a importância moral que essa instituição adquiriu ao longo dos anos, sobretudo após a revolução burguesa. Partindo desse ponto, o casamento é visto como um divisor de águas na vida das pessoas e, neste romance, isso não seria diferente. Segundo Emilia de Sousa Costa, em seu livro *A mulher no lar* (1916), a mulher carregava uma responsabilidade enorme, pois era dado a ela um nome – ou seja, o nome e, atrelado a ele, a reputação da família do noivo – e ela tinha o poder de honrar ou difamá-lo, “pelo que seu proceder nunca deve dar margem a mal entendidos de espécie alguma” (COSTA, 1916, p. 145).

Assim como feito no capítulo anterior desta dissertação, falaremos sobre o enredo de *Estrelas Propícias* e comentaremos as questões pertinentes. Ao final, discutiremos alguns temas que surgiram na narrativa e que mereceram maior destaque, como a figura do narrador, a sociedade oitocentista, entre outros aspectos. Este livro não apresenta partes pré-textuais, como prefácio e dedicatória, e a história é dividida em 20 capítulos juntamente com um epílogo.

Partindo para o início do romance, o primeiro capítulo é marcado pela interlocução direta com o leitor: Camilo/o narrador fala que, hipoteticamente, se um dia nós navegássemos

pelo rio Lima num fim de tarde de agosto de 1844, encontraríamos, sentada num banco, uma mulher segurando uma carta de muitas páginas. O que não conseguiríamos ver, entretanto, eram as lágrimas que percorriam seu rosto e molhavam as folhas. Dada esta cena, poderíamos ficar impressionados com a moça, porém, com o desenrolar da travessia, nos esqueceríamos dela. Caso essa moça acompanhada apenas de uma carta voltasse à nossa mente e se perguntássemos sobre ela para o narrador, ele responderia com o capítulo que virá a seguir. Este recurso utilizado – falar da personagem como se ela existisse, de fato – pode ser pensado como forma de dar mais fidedignidade à trama, pois tenta trazer a ficção para a realidade. Esta é uma característica notada por Óscar Lopes em seu texto, já aqui comentado, “Concepção de vida na ficção de Camilo”, em que ele afirma “Como de costume, ou até de um modo mais enfático do que é seu costume, Camilo esforça-se por gerar a convicção de um relato historicamente real, documentado ou testemunhado, e que ele se limita a contar e a comentar moralmente” (LOPES, 1984, p. 61).

A seguir, o narrador explica rapidamente como se dá o processo de escolha dos nomes das personagens. Geralmente, os autores vão buscar inspiração em locais de clima temperado<sup>39</sup>. Ele continua: “Os nomes de mais música, e mais amoráveis, são os das mulheres gregas, se todos soam como os das heroínas de Byron, de Hugo, e dos poetas afeiçoados às coisas orientais” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 9). Nosso narrador, por sua vez, conta que não precisa ir muito longe para nomear suas personagens femininas. Em Portugal há muitos nomes bonitos e, principalmente no Minho, “há peregrinos nomes, que mais parecem ensinados pela melopeia das aéreas músicas, ou dos mui suaves murmurinhos das florestas, dos rios, das aves e dos insetos.” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 9). O narrador nos confunde ora afirmando que a história é fictícia (ao explicar os recursos usados para nomear as personagens), ora mostrando-nos que é verídica, ao inserir Corina numa cena real (como na cena da moça no rio Lima).

Após essa reflexão, ele nos apresenta mais detidamente à Corina da Soledade, que tem vinte anos, e menciona que ela tem quatro irmãs, todas sendo lindas e “puras”. Tomamos conhecimento da pureza dessas meninas tanto pela cor da roupa que vestem – branco, que simboliza a paz e pureza – como à comparação à Eva antes do seu encontro com a serpente. Apesar de se mostrar despretensioso na descrição das personagens e na escolha dos seus nomes, o autor/narrador ironicamente “se contradiz” ao escolher o nome Corina da Soledade para a sua protagonista: Corina foi uma importante e respeitada poeta que viveu entre os

---

<sup>39</sup> É pertinente mencionarmos que os romances conhecidos daquela época eram importados da França e Inglaterra, ou seja, os países de clima temperado mencionado por Camilo.

séculos V e III a. C. em Tânagra, na Grécia, e Soledade significa “solidão”<sup>40</sup>. Com a leitura do romance, saberemos que a moça se sentirá solitária em diversas passagens, tanto porque está longe do seu amado como pelas atitudes de seu pai impedindo que os dois fiquem juntos<sup>41</sup>.

Depois de se utilizar de metáforas para descrever as meninas, o narrador se diz avesso a descrições e mais uma vez se compara a outros romancistas nesse sentido: enquanto os demais lançam mão de termos da botânica e da mineração para descrever as moças, ele não consegue seguir esse caminho, porque se concentra em descrever os traços delas e acaba não o fazendo para as características gerais. Abaixo, veremos como Camilo, o autor/narrador, é sarcástico e ironiza esse aspecto descritivo dos romances que integram o Romantismo: em um parágrafo usa o recurso da metáfora e no outro satiriza os autores que a utilizam.

Flores e pedraria, a alvura do lírio, o escarlata do carmim, o néveo jaspe, o rúbido coral, a lustrosa pretidão do azeviche, a ágata para a cútis das mãos, a pétala de rosa para a das faces, o branco aveludado da magnólia para o colo, o marfim para os dentes... que sei eu! (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 10).

A partir de então, conhecemos a família de Corina, que é composta pelo pai, Gastão de Noronha, a mãe D. Mafalda e as quatro irmãs: Felismina, Ema, Elisa e Leonor. Em 1829, eles se mudaram para Paris e lá as meninas receberam boa educação. Devido a inimizades do pai, a família precisou regressar a Portugal e, quando chegaram, tiveram de se alocar em sua antiga casa, que havia sido maltratada pelo tempo. Recém-chegados à pátria mãe, Gastão se tornou anfitrião de diversos bailes, com a intenção de casar suas filhas com homens bem-sucedidos e de boas famílias. Esse é o primeiro contato que temos com a personalidade interesseira do patriarca, que, com o desenrolar do enredo, se mostrará cada vez mais desmedida.

Seu plano de casamento tinha tudo para dar certo de acordo com seu entendimento, pois as meninas eram bem-educadas, virtuosas e, segundo ele, bonitas; porém, um detalhe não o faz ser bem-sucedido a princípio: a reputação de Gastão e o seu histórico de falência

---

40 Segundo o Grande Dicionário Houaiss, soledade apresenta três significações: 1- estado de quem está ou se sente só; solidão; 2 - lugar ermo, deserto, solitário; retiro; 3 - tristeza de quem está abandonado ou só; melancolia, saudade (SOLEDADE, 2021).

41 Nossa hipótese da contradição do narrador se confirma quando Felisberto Taveira e Antônio Azevedo, dois personagens importantes para a história, conversam sobre o nome da protagonista. Este diálogo, a nosso ver, é uma forma de o narrador mostrar que a escolha do nome da personagem não foi pensada:

“– Chama-se Corina?

– Da Soledade! Vê tu que nome, que poesia, e que romance! Quanto daria o Eugênio Sue por um nome destes? Quando aquela menina for conhecida dos poetas menores do Porto, todas as poesias se chamam <<Corinas da Soledade>> [...]” (CASTELO BRANCO, 1863, p. 33).

impedem que os rapazes de famílias abastadas se aproximem. O trecho abaixo nos mostra a importância dos históricos familiares dos noivos para a concretização do matrimônio:

Imaginou ele [Gastão de Noronha] que suas filhas, educadas a primor, bem falantes, bonitas e graciosas em seu desembaraço, fariam época no Porto, como costuma dizer-se, e seriam pretendidas dos negociantes ricos à conta da sua fidalguia. Esse plano é o único sinal que temos da inteligência domesticamente governamental de Gastão de Noronha. [...]

Os mancebos apaixonados viam as meninas, e viam tudo que mais anelavam; mas os pais destes mancebos, posto que achassem lindas de se verem as flores, iam de preferência analisar o tronco da árvore florida, o qual tronco, como sabem, era Gastão de Noronha. Estas análises ao tronco prejudicavam grandemente as flores, como é de ver, e todos os velhos abastados diziam, à uma, que não queriam enxertias de sua obscura linhagem em árvore podre. Não sei se o nobilíssimo Gastão de Noronha chegou a saber que lhe chamavam árvore podre! (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 14-15)

Vale dizer que a busca por um cônjuge, na época, acontecia através de pessoas conhecidas e familiares, geralmente. Michelle Perrot nota que muitos irmãos e irmãs dos(as) melhores amigos(as) se casavam e primos distantes também se tornavam pretendentes. Além disso, existiam as “casamenteiras”, que eram mulheres que faziam a ponte entre os dois potenciais noivos (PERROT, 2009, p. 218-219). Também neste romance veremos as duas primeiras situações acontecerem – ou seja, casamento entre irmãos de melhores amigos e a união entre primos.

Um outro ponto interessante a ser mencionado é que o enlace por conveniência não era sinônimo de antipatia entre o casal. Muitos maridos e esposas conseguiam se respeitar e manter um casamento bem-sucedido aos olhos da sociedade. Quando aconteciam casos de interesse entre um rapaz e uma moça que, a princípio, não haviam sido pensados como partidos pelas suas famílias, os pais buscavam saber informações sobre o possível pretendente, e isso engloba se era rico, se tinha boa reputação, se fora bem-educado etc. Veremos que Gastão de Noronha buscará saber o perfil de todos os rapazes interessados em suas filhas e tentará ao máximo descartar os que forem de menor serventia para a manutenção da reputação do seu nome.

Em um dos diversos bailes frequentados pelas meninas, Corina conheceu Antônio de Azevedo. De acordo com a descrição feita pelo narrador, o rapaz não tinha nenhuma característica que o destacasse. Ele tinha vinte e dois anos, não era pálido nem corado e não era uma pessoa feliz nem triste. “[...] um homem igual a todos os homens, como eles são fora do romance” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 18). Notemos que essa observação feita é mais uma sátira às descrições pomposas das personagens de diversos romances da época.

Geralmente, a mulher e o homem pertencentes às narrativas do Romantismo – a mulher, em maior grau – são descritos como seres únicos, de uma beleza ímpar, que arrancam suspiros dos admiradores e, em suma, seres superiores aos demais. Aqui, em *Estrelas Propícias*, António é um rapaz normal, sem atributos magníficos.

Além de ser um rapaz ordinário, ele era pobre e não possuía bens em seu nome: sua luta era encontrar um emprego para sustentar suas irmãs que viviam precariamente. Para isso, ele planejou ir ao Brasil para aqui fazer fortuna e, finalmente, dar uma boa vida para sua família. Quando Corina e António se conheceram, não houve, a princípio, juras de amor eterno nem qualquer discurso típico já visto em outros romances. O rapaz desabafou afirmando ser infeliz, pediu perdão pela primeira impressão que causara e saiu. Ao ouvir isso, Corina "estranhou aquela novidade romanesca que não encontrara exemplo mesmo em Paris" (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 26). Essa situação é uma das cenas de quebra de expectativa que veremos ao longo deste romance – afirmamos ser quebra de expectativa porque ao ler sobre uma história de amor, não pensamos que o primeiro encontro do casal protagonista terá esse ar tão pessimista – e mais uma aparição da ironia camiliana. O narrador corrobora esta reflexão ao mencionar o seguinte:

Havia de pensar a leitora que o infeliz ia para as Fontainhas cismar na imagem de Corina da Soledade, contar-lhe os seus infortúnios sem pejo nem das estrelas, consubstanciá-la em sua alma pelo mais fácil dos processos que usam amantes imaginativos; enfim, haviam de pensar os meus amigos que António de Azevedo era um poeta como todos nós os que andamos de noite a namorar senhoras nos luzeiros do firmamento, como se isso servisse de alguma cousa para o amanhã da vida de cada um e de cada uma. Em minha boa e leal verdade hei de dizer-lhes que o bacharel de Barcelos era bastante desgraçado para entender em coisas do coração, que requerem contentamento e paz de espírito. Um homem que medita no presente e futuro de quatro irmãs, reconcentra toda a sua sensibilidade no coração paternal. O coração dos amores conjugais – alvo mais ou menos remoto dos afetos enamorados – esse não se compadece com as tristezas, que gelam e como que endurecem o espírito (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 27-28).

Depois desse primeiro encontro singular, Corina procurou por pessoas que conhecessem António e, assim, chegou a Felisberto Taveira, amigo do rapaz. Os dois conversaram por algum tempo e isso despertou a atenção de Gastão, que logo buscou informações a respeito do potencial genro, reafirmando o exposto por nós sobre a postura dos pais dos noivos antes de deliberar (ou não) a união. Sabendo que Taveira teria de herança trezentos e cinquenta contos, o patriarca achou de bom grado a possível união e resolveu conversar com a filha. Ao falar com Corina, ele adota um discurso progressista e diz ser necessário o fim das diferenças entre raças – ele disse isso porque Felisberto possuía

dinheiro, mas não era um membro da nobreza. A filha mais velha de Gastão não consegue resolver o mal-entendido e o pai da moça vai até Taveira. A conversa entre os dois começa de forma agradável, pois Gastão tece muitos elogios ao rapaz, acreditando ser ele o pretendente de sua filha. Felisberto Taveira, por outro lado, acredita que o senhor está falando de António e concorda com as palavras do seu interlocutor:

[...] Pois, meu caro senhor Taveira, penso poder afirmar-lhe que a minha filha está pagando o universal tributo. Descobri que ama! Só o Porto podia fazer tal milagre! É muita honra para o Porto, senhor Noronha! E muita mais ainda para o homem escolhido.  
 Que vossa senhoria conhece perfeitamente...  
 Eu?... - balbuciou Taveira, quase convencido de que o fidalgo aludia a António de Azevedo.  
 Sim, senhor: conhece-o como às suas mãos, porque vossa senhoria e ele formam dois seres num só ser: são inseparáveis.  
 Isto acabou de persuadir Taveira, que, na mais cândida boa-fé, acrescentou:  
 E creia vossa excelência que a pessoa preferida pela senhora D. Corina tem virtudes e coração dignos dela.  
 Creio, creio, e o meu maior prazer era vê-los unidos, enquanto eu tenho vida e alegria para poder felicitar-me de tão boa união. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 52-53).

Ainda iludido, o pai de Corina mais uma vez investe no tom progressista ao discursar sobre o direito de sua filha de escolher para ser seu marido uma pessoa que ela ama:

– Agora me convenci – acudiu Felisberto – de que vossa excelência ama sinceramente sua filha, e viu com benignos olhos a inclinação desigual que ela manifestou.  
 – Inclinação desigual! Eu não sou parvo de fidalgas desigualdades, senhor Taveira! Soberania há uma só, que é a da virtude: o resto são convenções humanas sem critério nem fundamento real. O que eu quero é ver minha filha feliz. [...] Os tempos são outros, senhor Taveira, porque são outros os corações. Violentar a vontade de minha filha!... Deus me feche os olhos antes que eu o faça! Respeito-lhe a inclinação, que ela manifestou, porque sei que a sua dignidade foi a primeira voz que lhe deu conselho (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 53-54).

É importante lembrarmos de que a família de Gastão era fidalga, por isso ele se utilizou deste argumento contra desigualdades. Quando Taveira questiona se Gastão realmente não se importa com o fato de o pretendente não ser rico, o patriarca responde que não; o que ele investigou era se a pessoa era benquista na sociedade – sabemos que isso é mentira, porque ele quis saber quanto o jovem receberia de herança. Com essa resposta, o rapaz desfaz o mal-entendido dizendo: “E disseram-lhe a verdade, senhor Gastão de Noronha – confirmou Taveira. – A riqueza de António de Azevedo só bem a podem avaliar os que mais de perto vivem de sua nobre alma” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 54).

Desfeito o equívoco, o pai de Corina se despede do amigo de António afirmando o seguinte: “[...] Queira desculpar um engano, em que vossa senhoria nada perdeu, e rogo-lhe que diga ao senhor António de Azevedo que se preocupe com aspirações mais razoáveis, se não interessa em dar graves desgostos a uma família que vive tranquila” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 55-56). Dito de outro modo: Noronha manda um recado para António aconselhando-o a se afastar de sua família e a motivação para isso é, claramente, a condição financeira do pretendente.

Nesse momento, no núcleo burguês do romance, surge uma nova personagem: D. João de Mattos e Noronha, um fidalgo com cerca de sessenta anos, que é primo distante de Gastão de Noronha e resolve passar uns dias em sua casa para se recuperar de uma doença; porém, ao se sentir melhor, ele reflete sobre sua velhice e desabafa com Gastão sobre não ter uma esposa. Segundo o narrador, ele é um fanfarrão, e a prova disso é que nunca se casara. Ele já havia buscado outras mulheres para se unir, mas nenhuma investida deu certo. Depois de expor a sua situação, o velho diz para Gastão:

– Se eu tivesse vinte anos, pedia-lhe uma das minhas sobrinhas, primo Gastão. Escolha, primo - disse o pai de Corina apertando-lhe afetuosamente a mão. Não escolho nem peço nenhuma – tornou o velho. – Veja se me tira vinte anos das costas, e depois pedirei a nossa Corina, que é um anjinho, mas não para mim, que posso ser avô dela. Nada, primo, nada: para desgraçado basto eu. Façamos um contrato. Eu trato de sondar a vontade de minhas filhas, e especialmente de Corina. Se esta, ou alguma das outras, se mostrar bem disposta a ser sua esposa, o primo D. João não se nega (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 69).

Gastão vai comunicar à sua filha a boa nova e explica a ela também que a família corre o risco de perder a casa em que moram, porque o verdadeiro dono do imóvel – Fernando de Ataíde, primo de D. Mafalda – está reivindicando-a na justiça. O pai da menina explica que o casamento com o tio rico é imprescindível para que todos que ali moram não caiam na miséria. A menina responde:

– As boas intenções de meu pai são providenciar ao futuro de nossa família por meio deste casamento?  
 – Sim, minha filha.  
 – Eu com lágrimas lhe digo que não posso servir a este bom intento.  
 – Porquê? - atalhou o pai entre pasmado e colérico.  
 – Porque morro, porque hei de morrer antes de ser mulher do tio D. João.  
 [...].  
 – O pai não quer acreditar-me... – atalhou soluçante Corina.  
 – Acreditar o quê?  
 – Que me mato, se Deus não levar para si.  
 – Sei o que é isso... – tornou Gastão escarlate de ira. – É o homenzinho de Barcelos que te há de fazer perder de todo a minha estima. Não tem dúvida: tu te

arreponderás!... Cuidas que, por ser a mais velha, tem os vínculos? Já te disse que não tens nada. Quando quiseres um vestido, e não haja em casa um objeto que se venda para o comprar, veremos como te vestes com o amor do troca-tintas de Barcelos.

Disse e saiu enfurecido. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 76-77)

Essa cena confirma o que Jacinto do Prado Coelho fala sobre as heroínas camilianas: na sua *Introdução aos estudos da novela camiliana* (2002), ele observa que as moças, apesar de aparentarem fragilidade, vão se mostrar muito obstinadas a ir contra tudo e todos para fazer seus romances darem certo. Ele continua: “[As heroínas camilianas] Sentem que possuem dentro de si uma força extraordinária, mais valiosa que todas as coisas deste mundo; conhecem a grandeza do amor e o valor transcendente do sofrimento por amor” (COELHO, 2002, p. 368), o que vai ao encontro da já mencionada afirmação de Yvonne Knibiehler, em que a partir do momento em que as mulheres manifestam seu desejo de escolher um marido, os conflitos surgem (KNIBIEHLER, 1994, p. 389).

A tentativa do pai foi falha, porém o plano ainda não estava fracassado. Vendo que Ema se divertia muito com o velho, Gastão tratou logo de persuadi-la a se casar com ele. A menina aceitou e o pai passou a tratá-la como a salvadora da família. Os preparativos para o casamento iniciaram o quanto antes e, num dia, durante um banquete, D. João comeu demasiadamente e se sentiu mal. O mal-estar não passou e o quadro do velho se agravou. Com isso, Gastão ficou desesperado, porque os dois ainda não tinham se casado; portanto, a família ainda estava pobre. O patriarca decidiu, então, adiantar o casamento e chamou um clérigo para realizar o enlace, porém, o sexagenário morreu antes de dizer o “sim”. Com este episódio cômico e, ao mesmo tempo, trágico, Camilo nos mostra a que ponto a pessoa ambiciosa chega para realizar os seus intentos. Gastão de Noronha foi egoísta e somente pensou no sucesso financeiro de sua família. Como sabemos, António de Azevedo foi ao Brasil e, ao chegar aqui, encontrou o doutor Valentim da Costa, que o possibilitou alcançar uma boa reputação em poucos meses, aliado ao seu esforço e honestidade.

António se apaixonou por Corina, pois ele, nos primeiros capítulos da narrativa, conta para Felisberto que renasceu e agradece ao amigo por ter sido uma ponte entre o casal e tê-lo salvo de um abismo, que é a tristeza sentida há tanto tempo devido à sua situação. “Agora sei que há uma felicidade comum de todos os desgraçados” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 48), mas, para sustentar suas irmãs e viver esse amor em paz com a família de Corina, ele precisa vir ao Brasil para aqui adquirir condições financeiras adequadas. Já sabemos que em Lisboa e no Porto ele não conseguiu oportunidades para dar início à carreira, por isso decidiu ir ao Brasil. A moça, por sua vez, sofreu demais pela ausência de Azevedo,

foi contra seu pai e recusou todos os pedidos de casamento que lhe foram propostos. Para ela restavam três alternativas: ou se casaria com António, ou iria para o convento de Viana ou morreria. Tatiana Moysés evidencia que a postura de António é mais comum do que se imagina no universo camiliano, pois:

[...] em muitos personagens camilianos os sentimentos são postos, por vezes, em segundo plano quando concorrem com interesses sócio-econômicos. Ora são as famílias que tentam impedir relacionamentos por conta de incompatibilidades financeiras, ora são os próprios amantes que priorizam o dinheiro em detrimento do amor. Em muitos casos, por conseguinte, o casamento é menos a oficialização da união amorosa que uma tentativa de conseguir vantagens econômicas ou ascensão social (MOYSÉS, 2015, p. 17).

Atualmente, os relacionamentos à distância são muito comuns, porque conseguimos manter contato com o outro através de diversos dispositivos e ferramentas; porém, na Europa do século XIX, em que a comunicação se dava por cartas e o transporte era somente por via marítima, muitas relações se prejudicavam por causa da distância. Dito isso, António afirma que será difícil deixar Portugal, pois ali encontrou seu amor, mas não desiste do seu enriquecimento. Seu amigo tenta convencê-lo a ficar dizendo que casais pobres conseguem se casar e viver uma vida digna, mas isso não convence nosso protagonista. O jovem demonstrou sua indignação ao responder:

– Quer-me parecer – retorquiu Taveira – que a linda Corina está sendo ainda pouquíssima coisa na tua alma! Dar-se-á caso que, em verdade, tu sejas refratário ao amor, ou que a tua sensibilidade, como disseste, se consumisse em galantear os ministros da justiça!? [...] Supondo que tu não pudesses, num ou dois anos, alcançar emprego, ou clientela como advogado, é de crer que tivesses um amigo a quem pedisses um, dois, ou mais contos de réis para te estabeleceres aqui, em Lisboa, na tua terra, ou onde quisesses viver (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 58).

Num dia normal de trabalho, chega ao escritório Fernando de Ataíde desejando resolver sua questão judiciária – isto é, a disputa com sua prima, D. Mafalda, pela casa em que esta mora junto com sua família. Ao saber para que veio o fidalgo, António vê uma oportunidade de resolver amigavelmente a situação de Corina e seus familiares: ele pergunta a Fernando qual é o objetivo de tomar desta empobrecida família a casa, sendo que ele é muito rico e não precisa do imóvel.

– Os bens são meus; não são da minha prima Mafalda – redarguiu Fernando com desabrimento.  
– Convenho que são seus. Os bens que legitimamente possui sua prima são cinco filhas. Se o senhor tirar àquela família as terras de que viviam, sua prima e seu primo e cinco meninas terão fome; ao passo que o senhor Fernando de Ataíde não

saberá que fazer essa parcela, que acrescenta à sua abundância (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 110).

É importante sublinharmos que a disputa pela casa entre Fernando de Ataíde e D. Mafalda é desenvolvida na justiça entre Fernando e Gastão de Noronha. Esse episódio está não somente alinhado ao senso comum, mas também ao Código Civil Português vigente da época. Os artigos 1189 e 1190 do referido documento mencionam que os bens do casal são administrados pelo marido – exceto em caso de ausência dele. Caso a esposa precise tomar a frente da administração, ela precisa de uma autorização da família, bem como deve ser amparada pelo Ministério Público. Como Gastão detinha pleno funcionamento de suas faculdades mentais e físicas e não estava ausente, ele foi o representante de sua família em âmbito judicial.

Fernando de Ataíde se convence dos argumentos de António e Valentim e parte para Portugal para selar a paz com a família. Engana-se se isto foi feito de maneira convencional: Fernando muda de nome para “Carlos Zuzarte” e pede para ficar uns dias na casa de Gastão, afirmando ser amigo do Visconde da Cruz (ou seja, Felisberto Taveira, o amigo de António de Azevedo que o apresentou a Corina). O rapaz é muito bem recebido pela família anfitriã e ele se encanta com Felismina. Observando que estava nascendo um romance entre sua filha e Zuzarte, Gastão tratou logo de saber quem é este homem. Visconde da Cruz o informa de que é um senhor muito rico, proprietário de terras, navios, prédios e outros bens. Obviamente, Gastão fica radiante de felicidade e vai informar à sua esposa da possível boa nova. Aqui, veremos, mais uma vez, o quanto ainda era importante a questão do nome para a reputação da pessoa. Apesar da importância, esse é um detalhe que a fortuna rapidamente corrige:

Gastão sorriu-se e passou avante, dizendo a Mafalda:

– Tenho a certeza de que é riquíssimo o brasileiro.

– Mas plebeu, não é?

– Não averigui: há de ser naturalmente. Mas que pensas tu? Do modo como por cá está isto, o homem, se quiser, é conde amanhã. Tem cinco navios, Mafalda! Que te parece? As intenções dele serão boas?

– Creio que sim. A pequena simpatiza verdadeiramente com ele. Pareciam dois tolos a brincar à roda do tanque, e assim que o Carlos lhe pede que cante modinhas brasileiras, ela aí vai logo ao piano, e ele morre por ouvi-la. Quando isto é de quatro dias, que fará se ele demorar?

– Era uma felicidade, Mafalda! Fortuna de milhões! Então é que dizíamos um adeus à aldeia e a estes parvos cá do Minho, que fazem consistir a sua grandeza nobiliárquica em terem dois ciprestes à porta, quatro patos reais num tanque, e um lacaio com grandes botas... Ainda tenho esperanças de voltarmos a Paris! Aquilo é que é viver! (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 150)

Dias se passaram, Carlos Zuzarte continuou com o seu disfarce até o momento em que o interesse por Felismina se tornou mais forte. Num certo dia, ele revela sua identidade, é recebido com abraços pela família de Corina e, enfim, pede sua amada em casamento. É claro que Gastão concedeu e o casamento aconteceu poucos dias depois. Durante a cerimônia, um dos convidados conversa com Gastão a respeito de Corina. O senhor Bernardo Taveira, pai de Felisberto Taveira, o visconde da Cruz, conhece António de Azevedo e sabe de sua boa índole. Ao conversar com Gastão, ele afirma que o rapaz é um exemplo de virtude e, caso tivesse uma filha, daria sua mão para o advogado. Sem reação, o pai de Corina não responde, então o senhor diz o seguinte, dando, assim um direcionamento favorável para o casal protagonista:

- Demora-se a responder, senhor Gastão! - disse o velho com ar triste. – Eu não queria que os rogos dos moços valessem mais com vossa excelência, que as minhas singelas palavras. Se alguém aqui pedir mais do que eu, há de ser a noiva. Senhora D. Corina, venha comigo: há de ajoelhar aos pés de seu pai!
- Ergueu-se o trêmulo ancião, e tomou a mão de Corina, que era toda púrpura e lágrimas.
- Gastão, sem balbuciar um monossílabo, fez sinal afirmativo, recebeu a filha nos braços, e osculou-a na testa (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 161).

Diante de tamanha alegria, Corina desmaiou nos ombros da mãe. António, do outro lado do Atlântico, recebe a feliz carta de Corina contando as boas notícias que sua família recebera nos últimos tempos e o chama para retornar ao seu país de origem. A moça esperava que ele, após o consentimento de Gastão, pegasse o primeiro navio para se casar com ela; porém, o orgulho do rapaz não permitiu que ele desse tal passo. Ele decidiu não ir mesmo sabendo que seria malvisto pelas pessoas. A explicação de António é a seguinte: “[...] cuido em ganhar a minha independência. Corina é filha de Gastão de Noronha, e eu sou quem era, quando saí de Portugal. Estou pobre como vim. A pátria para mim é meramente a terra onde nasci; não é independência” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 166-167). Nessa explicação, percebemos que o orgulho do advogado fala mais alto: ele, mais uma vez, opta pela riqueza, por ser bem-sucedido (e ganhar mais do que o suficiente para manter a família) do que ir para os braços de sua amada.

Após a notícia de António, Corina, obviamente, ficou desolada e os familiares pensaram em arrumar-lhe outro pretendente, visto que o rapaz era um “caso perdido”. Mais uma vez o pai da menina vai até ela dizer-lhe que três homens bons partidos estavam interessados nela: um morgado de Vilar da Rocha, um filho do marquês de Travassos e o barão de Teixeira. Para os três, a resposta de Corina é não. Para ela, é preferível a morte ao

casamento com um estranho. Assim como Jerónima, de *As Três Irmãs*, romance discutido no capítulo anterior desta dissertação, Corina não se encanta pela riqueza e pompa. Ela não gostava de frequentar os bailes e os banquetes. Seu pai, inclusive, acreditava que a filha era “insensível ao prazer de se ver amada, e mais ainda ao de receber satisfeita a corte de algum moço” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 52).

Nesse episódio, vemos a diferença de atitude entre o casal: enquanto António pode optar por não se casar agora e seguir sua carreira, os familiares de Corina sequer esperam a moça se recuperar da tristeza de saber que seu amado não retornaria; a menina já deveria buscar um outro pretendente e que fosse, de preferência, rico. Além disso, ela não poderia escolher o trabalho como forma de superar esse amor; ela somente poderia ou casar-se com outro ou se matar.

A decisão de António não é condenável; o que gera inconformismo é o fato de a mulher não ter a mesma opção que ele. Como já discutimos no capítulo anterior, ela não podia escolher entre o trabalho, uma vida bem-sucedida e o casamento. Era imposto às mulheres que se dedicassem ao asseio da casa e aos cuidados do marido e dos filhos.

Gastão fica indignado com a resposta de Corina e diz que ela é a vergonha da família. Ao ouvir isso, Felismina confronta o pai. Vejamos como o narrador é satírico nesse episódio, ao destacar que a moça impõe respeito por causa da sua fortuna:

– Que vergonhas dá ela à família? – perguntou Felismina com os jeitos especiais de quem tem dois milhões.  
Gastão involuntariamente respeitou a interpelação da filha milionária. A bem dizer, a pergunta era irrespondível. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 179-180).

Dias se passaram e a protagonista do romance tem uma grave crise de saúde, que somente se recupera quando seu cunhado, Fernando de Ataíde, resolve partir para o Rio de Janeiro e levá-la, para que se encontre com António. A viagem foi feita sem o conhecimento do noivo e, em vinte e nove dias, os três chegaram ao Brasil. Com isso, o casal conseguiu se encontrar graças a Corina, que precisou cruzar o Atlântico para viver esse amor. A moça precisou deixar sua vida e família em Portugal para se casar com António, enquanto ele traçava planos abstratos e longínquos para os dois.

No trecho a seguir, o narrador do livro interrompe o momento de romance e felicidade do enredo e insere uma intromissão, comunicando-se com o seu leitor de maneira amigável e informal:

A este tempo, chegava António de Azevedo Barbosa ao cais.  
 Adivinhou, com efeito? – pergunta o leitor.  
 Nem sombra de pressentimento, meu amigo!  
 O que trazia ao cais, e a bordo de um navio, António de Azevedo, é sucesso infausto que tem uma história concisa, mas necessária (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 183).

A história a que o trecho se refere é sobre o irmão de António, que veio fugido de Portugal porque roubou o seu patrão e se endividou com jogos de azar. Chegando ao Brasil, tentou refazer sua vida sendo guarda-livros, porém, a notícia chegou até António, que o fez voltar para sua pátria e lhe deu dinheiro para restituir seu antigo patrão. O amado de Corina estava no cais quando o navio dela estava prestes a atracar. Com esta cena, Camilo comenta, de forma irônica “Olhem a felicidade de Corina e a felicidade de António de Azevedo!” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 187).

Enfim, é chegado o momento mais esperado do romance: António e Corina se reencontram e, mais uma vez, a forma que Camilo descreve este episódio não atende às expectativas dos demais romances. Não só a descrição dos acontecimentos fugiu à expectativa como a reação de Corina foi completamente diferente do esperado: ela sempre se mostrou uma menina frágil, delicada e sensível. Acreditava-se que seu temperamento se seguiria dessa forma.

E cuidam que ela empalideceu, desmaiou, ou, pelo menos, expediu um ai de procedência dramática?  
 Não, senhores. Corina entrou de corrida, leve como um gnomo, a rir e a chorar, purpureada, com os olhos a saltar-lhe fora da face, os braços abertos e convulsos, a respiração como tomada, e os lábios crispando nervosamente, sem poderem proferir o quer que era de que só os dramaturgos acham sempre uma expressão insípida, incolor e inverossímil.  
 António de Azevedo é que (sem desaire seja dito) deu uns ares de idiotismo, que, na cena, seriam lastimáveis! [...] (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 192).

O penúltimo capítulo apresenta um tema que devemos criticar severamente, pois são valores inadmissíveis que, infelizmente, à época, eram bem aceitos. Antes de adentrar nisso, é pertinente mencionar que António e Corina se casam e vão morar numa modesta chácara no Rio de Janeiro. Retomando à crítica, o primeiro tema é a insensibilidade e hipocrisia de Valentim – o advogado patrão de António – a respeito da situação das seis pessoas escravizadas que estavam sob seu poder. Num dado momento do romance, o senhor pede para morar com o casal, alegando estar muito velho e não querer mais viver sozinho. Valentim alega que quer dar a liberdade a essas pessoas, porém, eles não a aceitam. Vejamos o trecho:

[...] Tenho lá três pretos e três pretas a quem quero dar liberdade, e os diachos não a querem! Olhem que é forte mania a dos que dizem que a escravidão é o antagonismo permanente com a ideia de Jesus! Se os meus pretos fossem novos, e eu lhes desse liberdade, os pobrezinhos, em vez de irem aos seus sertões respirar ar livre, assoldavam-se a senhor que os carregava de trabalho; ora, como os meus escravos são velhos, os coitados não querem a liberdade, que para os de sua espécie é uma palavra vã. Pois se eu me não posso, nem devo desfazer deles, peço-vos que mos deixeis trazer comigo para a vossa companhia [...]. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 202).

Essa fala – que é a representação de milhares de pessoas da época, não sendo o que Camilo pensava, necessariamente – é, no mínimo, muito infeliz, porque, como sabemos, na época, as pessoas libertas não tinham nenhum amparo governamental, nenhuma política pública foi direcionada a elas. Pelo contrário, as leis em vigor impediam-nas de direitos básicos que os brancos dispunham sem problemas, como, por exemplo, a lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837 (artigo 3), que proibia os escravos e pessoas pretas africanas de frequentarem escolas públicas, mesmo as livres e libertas. Além dessa, temos a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 e o decreto 847, de 11 de outubro de 1890 (artigo 402, parágrafo único), que proibiam os negros de possuírem terras e de praticar a capoeira, respectivamente. Por não ter para onde ir e o que fazer para garantir o seu sustento, muitos deles permaneciam nestas condições. Assim que saíam das casas de seus senhores com a alforria, eles não conseguiam um trabalho remunerado e minimamente regulamentado – sem mencionar que todas as suas práticas eram criminalizadas, como a capoeira. Suas funções se resumiam a empregos subumanos, iguais aos que realizavam quando eram “propriedade” de alguém. Infelizmente, esse era um pensamento e prática que contaminou o senso comum da época e os rumos econômicos do Brasil – lembremos que a economia de nosso país foi pautada, por séculos, na mão de obra escravizada. Sem ter emprego, condições de estudar e moradia, o destino dessas pessoas era ou trabalhos análogos à escravidão, ou a morte ou a prisão.

Quando Valentim se oferece para morar junto com o casal, ele salienta que irá arcar com as despesas da casa: dividirá igualmente o aluguel da chácara e o que for relativo à cozinha estará sob responsabilidade de Corina, o “anjo dos lares”. Essa cena é um retrato da situação da mulher casada no século XIX: como sabemos, a mulher sempre foi restrita ao âmbito privado, e isso não mudava com o casamento. Nessa nova etapa, ela precisa administrar a casa, a vida do marido e os filhos. Diversos manuais de conduta foram publicados e eles focavam nas funções da mulher, que era encarregada do bom funcionamento da família tanto no âmbito interno – desde as refeições até os serões – quanto no âmbito externo – recepções, visitas e outros. A mulher deveria cuidar de sua casa, pois ela reflete seu caráter: se a casa está em ordem e bem cuidada, ela pode ser considerada uma boa pessoa.

Caso contrário, será malvista pelos visitantes. Michelle Perrot confirma o que foi dito por Emilia de Sousa Costa a respeito de que, na época, a dona de casa deveria colocar o asseio de seu lar e o bem-estar de seu marido em primeiro lugar, ainda que para isso tenha de se sacrificar (COSTA, 1916, p. 128; PERROT, 2009, p. 184).

Seguindo ainda essa discussão, a esposa não deve perturbar o marido quando ele chega em casa. Os homens passam boa parte de seu tempo na vida pública, trabalhando; a casa e a vida privada, para eles, são tidas como válvulas de escape em que descansam do estresse vivido durante o dia. Pensando nisso, a esposa não deve trazer para seu marido problemas e assuntos desagradáveis que ocorreram<sup>42</sup>. Costa enumera algumas atitudes que a mulher deve tomar para proporcionar o maior conforto possível de seu marido:

A mulher do operário deveria, segundo nos parece, receber o marido, à chegada do trabalho, com a fisionomia calma e sorridente, não havendo grave motivo a impedir-lho. [...] Se o marido gostar de ler, apenas acabar a ceia, deixa-lo à vontade, não o perturbar. Pedir-lhe até para ler alto qualquer coisa que mais a interesse. Chama-lo, por todos os modos, à intimidade da vida de família, criando-lhe cada dia um gosto novo, por coisas saudáveis e dignas que o afastassem dos maus companheiros, da taberna e do jogo (COSTA, 1916, p. 180).

Retornando à narrativa, ainda no penúltimo capítulo, o narrador nos informa que Fernando de Ataíde compra um título de visconde do Ameixial – o que reforça a importância social que um título possui – e comenta o quão barato foi comparando com uma comenda adquirida tempos atrás. Também sabemos que Gastão de Noronha parte para Paris junto à sua esposa e sua filha mais nova (que era a única solteira). A justificativa dada era que a família iria comprar mobília para seu palácio em Lisboa, porém, não é a mesma versão contada pelas pessoas que conheciam o patriarca: o real motivo da partida foi para que Gastão esquecesse de umas duquesas pelas quais se encantou.

"[...] os indiscretos portugueses que então estavam em França, disseram que o ainda robusto Gastão de Noronha foi espiareser saudades de uma duquesa, ou duas duquesas, ou mais seriam, que, pelos modos, em Paris, isto de amar quatro duquesas é coisa mais que frequente a quantos portugueses lá vão, como eu tenho visto nos apontamentos de pessoas que lá estiveram quinze dias. D. Mafalda é que há-de saber a verdade de tudo. (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 204-205).

---

42 É importante percebermos o quanto a situação mencionada é atual. Para isso, relembremos o que foi dito por Silvia Federici em *O ponto zero da revolução* – livro comentado anteriormente nesta dissertação –, em que além da mulher cuidar da casa, das roupas e alimentação do marido e filhos, ela deve ser sua ouvinte – ou seja, fazer o papel de uma psicóloga e ouvir suas críticas, desabaços, etc. – e estar sempre disponível para este marido cansado e estressado, para que ele consiga aliviar a tensão do dia de trabalho por meio de relações sexuais.

Com esse trecho, nos questionamos se Mafalda realmente sabia dos casos extraconjugais do marido e, caso soubesse, ela devia aceitar toda esta situação de forma passiva. Provavelmente, as falas populares estavam certas, porque muitas mulheres sabiam da infidelidade de seus maridos, mas não tomavam nenhuma atitude quanto a isso porque não tinham condições de se sustentar, sem contar com a mancha na honra que certamente iriam adquirir perante a sociedade. Relembremos que o adultério feminino era um motivo válido para a separação do casal perante o Código Civil Português. Já a esposa deveria ser mais compreensiva com seu marido, porque os motivos para ela fazer um pedido de separação eram apenas três: concubinato explícito, condenação do cônjuge a pena perpétua e injúrias graves. Abaixo, Costa trata do acordo tácito firmado entre o casal, em que a mulher aceita as condutas erradas de seu marido e/ou pai em troca da proteção desses.

Do marido, do pai, do irmão, déspotas relativamente à época em que vivemos, a esposa, a filha, a irmã recebe amparo e proteção em troca de fechar os olhos a todas as imoralidades, a todas as necessidades artificiais que o homem inventou e quer ver aceitas como naturais no seu sexo, sem perder o nome de *pessoa de bem*. O espírito da mulher, embora a sua razão proteste, tem de considerar atos que nela seriam graves, uns pecadilhos sem importância e submeter-se a todas as grosserias, a todos os abusos, de rosto sorridente, ou nunca simulada ignorância (COSTA, 1916, p. 127, itálico da autora).

Um último ponto para comentarmos antes do epílogo é o reforço de um estereótipo muito atribuído à mulher: a opinião de que elas são facilmente ludibriadas pelo dinheiro e riqueza. Isso vem à tona porque Corina e António percebem que o dinheiro que tinham guardado havia sumido e, coincidentemente, uma mulher escravizada fugira de sua casa na mesma semana. É claro que a culpa recaiu sobre a mulher e o senhor Valentim afirmava isso com muita convicção. Corina deu razão para o ancião e ficou muito aflita. Seu marido, por sua vez, acalmou-a e disse que o dinheiro nunca fez diferença no orçamento da família; portanto, não havia motivo para tamanho desespero. A resposta da esposa foi a seguinte: “ – Tens razão! – exclamou ela. – Estou alegre! Perdoa à minha fraqueza de mulher, sim? Quem me visse chorar, julgaria que eu amava aquele dinheiro inútil!” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 207).

Essa fala de Corina serviu para depreciar a si mesma e reafirmar o perfil de feminilidade da época<sup>43</sup>, que era a mulher frágil e que se deixa convencer pelas coisas mundanas. Vimos que a esposa tinha que até mesmo pensar exatamente como o seu marido;

---

43 Na verdade, o estereótipo da “mulher interesseira” atravessa toda a história da Humanidade: se pararmos para refletir, isso é visto desde Adão e Eva – segundo a Bíblia, é graças à ambição de Eva que o casal foi expulso do paraíso e que o pecado nos cerca.

isto é, não lhe era permitido ter opinião própria. Afirmamos isso porque Corina não tinha o direito de lamentar a possível perda do dinheiro, porque não é assim que António pensava. Caso ela continuasse com as lamentações, certamente seria julgada como interesseira, mesquinha e outras características depreciativas.

Não estamos, com isso, incentivando a rivalidade feminina nem reforçando as suspeitas sobre a moça que fugiu. A questão que pretendemos levantar é sobre a opinião da esposa, que não pode ser ressaltada frente à do marido. No final, Valentim confessa que ele que furtou o dinheiro, tendo em vista testar a honestidade do casal protagonista.

Corina age exatamente assim: a moça não tem vontades próprias. Como já dito, ela não pode expressar tristeza pela perda do dinheiro porque isso não estava alinhado aos pensamentos do marido. Durante todo o romance, ela expressa sua subjetividade apenas em relação ao fato de não poder se casar com António. Após isso, não vemos mais expressão de seus desejos próprios, o que desenha a realidade da mulher oitocentista.

Partindo para o final do romance, mais precisamente no epílogo, temos que Valentim morre, deixa sua herança para o casal e eles partem para Portugal junto com os serviçais. Chegando no Lima, encontra-se com suas irmãs e cunhados. Gastão e sua família retornam de Paris, mas não vão ao encontro das filhas, porque partem direto para Lisboa. A respeito disso, o narrador afirma “Gastão de Noronha estava já em Lisboa, de volta de França, onde se deteve um ano a comprar a mobília. Aquelas duquesas eram os seus pecados!” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 217). Atentemos ao seguinte: o significado de “duquesa” vai além ao do título de nobreza. Duquesa também pode ser um tipo de seda e um tipo de poltrona em que a pessoa pode descansar com as pernas esticadas<sup>44</sup>. Camilo foi muito perspicaz nessa ironia, porque logo após ter dado a informação de que Gastão foi a Paris comprar mobília, ele menciona que as duquesas são os seus pecados. Não se pode afirmar que tipo de duquesas são essas.

Finalmente, Gastão se encontra com sua filha Corina e, então, temos um breve diálogo entre Gastão e António, em que o sogro presenteia seu genro com uma comenda da ordem de Cristo e pede para que o casal vá morar em Lisboa, porque lá eles desfrutarão de uma boa vida, digna da fortuna que agora têm. Além disso, segundo ele, Corina não foi feita para viver em Barcelos. O casal recusa o convite e continua na terra natal de António.

---

44 Recorrendo, mais uma vez, ao Grande Dicionário Houaiss, o termo “duquesa” apresenta cinco significados, como segue: 1 - senhora que possui o título honorífico correspondente ao de duque;

2 - soberana de um ducado;

3 - mulher do duque;

4 - poltrona com assento longo para que o indivíduo nela sentado possa apoiar e descansar as pernas esticadas;

5 - espécie de seda com um lado fosco e outro brilhante; cetim (DUQUESA, 2021).

O romance termina com o narrador contando que se passaram quatorze anos, ninguém mais morreu e quase todas as mulheres da história estão casadas, exceto Elisa, a irmã caçula de Corina, que já possui 31 anos. Camilo, mais uma vez, faz uma intromissão e oferta a mão de Elisa para o leitor, caso ele seja solteiro e rico – mais uma vez satirizando esta sociedade do romance que só se importa com as aparências e com o bolso. Caso ele se interesse e se case com a menina, ele, com prazer, acrescentará o ocorrido na segunda edição do romance. Aqui também sabemos o destino da comenda que Gastão deu para António: o filho mais velho dele a amassou e a atirou num poço. “Que grande democrata se está ali criando!” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 221). Essa é, claramente, a opinião expressa do narrador e o seu desprezo aos títulos nobiliárquicos.

Jacinto do Prado Coelho sintetiza a novelística camiliana com a seguinte frase: “Dois amantes em luta com uma sociedade injusta” (COELHO, 2002, p. 367) e é justamente o que vimos neste romance. Óscar Lopes, novamente em “Concepção de vida na ficção de Camilo”, vai ao encontro de Coelho e afirma que, geralmente, os enredos camilianos nos apresentam um amor impossível, no qual o casal deve enfrentar obstáculos como o ódio entre as famílias e o casamento por conveniência. Tais obstáculos sociais constituem ora como um “manifesto antiaristocrático”, ora como uma crítica contundente à burguesia, sobretudo do Porto e do Brasil, que enriquecera de forma condenável (LOPES, 1984, p. 54). Podemos ver que o exposto pelo pesquisador se aplica a *Estrelas Propícias*, no qual Corina e António vivem um amor quase impossível (“quase” porque eles se casam, apesar das adversidades) e um dos obstáculos era Gastão de Noronha, que tinha outros planos matrimoniais para a filha. Além disso, temos as diversas críticas à sociedade burguesa da época através de sátiras e comentários ácidos.

Além de contar a trama principal, que é o amor entre Corina e António e abordar o casamento na sociedade, podemos perceber claramente que Camilo também aproveita para esbanjar a sua habilidade de satirizar de forma sutil: ele zomba o tempo todo neste livro, como já visto, dos romances que faziam sucesso na época. Em um dos momentos que António lamenta a sua má sorte, nosso autor interrompe a fala enorme e afirma o seguinte: “Eu tenho a sisudez de poupar o leitor ao muito mais estirado discurso do bacharel. Falou muito, como falam os misantropos quando uma luzinha de esperança lhes lampeja na sua escuridade. A sua esperança sorria-lhe de além-mar, do céu hospedeiro do Novo-Mundo” (CASTELO BRANCO, 1965 [1863], p. 39). Ou seja: aqui, ele inferiu que o discurso do rapaz era cansativo e poupou seu leitor de ter de encarar uma fala desse tipo – e, conseqüentemente, isto

é um escárnio à personalidade melancólica das personagens românticas. Luciene Pavanelo traz uma contribuição muito pertinente nesse sentido. Ela afirma:

Camilo nos mostra, através de romances como *O que fazem as mulheres*, uma visão crítica do fazer literário de sua época, como uma forma de distinguir a sua obra do restante da produção oitocentista vigente. Pelo interesse que ainda desperta, mais de um século após a sua morte, podemos afirmar que foi bem-sucedido: o bruxo de Ceide garantira o seu lugar na História (PAVANELO, 2009b, p. 12).

Não podemos analisar este romance sem nos esquecer de uma figura que foi tão importante para a história quanto os próprios protagonistas: o narrador. Em *As Três Irmãs*, a pessoa que nos contou a narrativa era contida e deixava a trama correr sem interferências. Já em *Estrelas Propícias*, ele interrompe o curso, satiriza, exprime comentários ácidos e opiniões, conversa com seu hipotético leitor e até mesmo ri de suas personagens. Jacinto do Prado Coelho arremata nossa reflexão notando que “Longe de ser um <<cronista>> objetivo e frio, o narrador-autor faz sentir a cada passo a sua presença, exprime a cada passo ora as reflexões (não raro irônicas, maliciosas, mordazes) ora as emoções que a matéria da narração lhe provoca [...]” (COELHO, 2002, p. 397).

A respeito da ironia camiliana, Coelho traz para nós mais reflexões importantes que devemos salientar aqui. Para Camilo, a ironia em seus romances serve como uma válvula de escape para a vida real e o Romantismo é o alvo principal do nosso autor, “[...] porque o Romantismo é, no sentido mais fundo, tensão dos contrários, crise e sentimento de crise, consciência das próprias contradições” (COELHO, 2002, p. 384). Neste romance analisado, pudemos perceber as diversas vezes em que Camilo Castelo Branco ironiza este movimento literário, seja mencionando sobre o emprego de incontáveis metáforas para descrever uma personagem, seja criticando sutilmente os enormes discursos de um jovem apaixonado e infeliz com seu destino.

Sim, este é um romance em que Camilo tenta agradar suas leitoras – afinal, ele vive de sua pena –, porém, mais do que isso, este é o romance em que nosso autor esbanja jocosidade. Podemos imaginar o quanto Camilo se divertiu escrevendo. Aqui, ele riu de praticamente todos: riu da sociedade e dos valores frágeis em que se apoia, riu da família de Corina e, sobretudo, riu da instituição casamento.

*Estrelas Propícias* é um romance que trata mais da vida privada de suas personagens do que da vida pública. Afirmamos isso porque não há relatos detalhados das reuniões e demais encontros e cerimônias das personagens, que em sua grande maioria pertencem à classe burguesa. No início do enredo, sabemos que o patriarca da família protagonista resolve

dar vários bailes para suas filhas, mas nenhum desses eventos foi detalhado. A respeito das outras demandas da vida pública, somente temos acesso ao seu desenrolar ao tratar das relações sociais, interesses matrimoniais e os valores da época. É claro que o âmbito externo influencia a vida particular das pessoas, como as regras de etiqueta, estilo de vida, modas etc.

Apesar de termos afirmado que o enredo trata mais da vida privada, ele não se concentra em mostrar a subjetividade de suas personagens, porque em nenhum momento temos acesso a diários ou pensamentos delas quando estão a sós. Na verdade, são raras as vezes em que estão sozinhas. Essa característica foi mencionada porque no século XIX, as pessoas buscavam interiorizar-se, isto é, buscavam descobrir sua subjetividade. Para isso, foi crescente o desejo de ter um quarto próprio, a escrita em diários pessoais era uma prática muito comum na época, dentre outras ações. A ensaísta e pesquisadora argentina Paula Sibilia, em seu livro *O show do eu* (2016), nos oferece um panorama sobre a história da subjetividade e mostra que um ambiente privado na casa, que pode ser um quarto próprio, foi se tornando uma necessidade para que o morador se sentisse à vontade. Ter um cômodo para ficar a sós consigo mesmo propiciava a expansão da subjetividade e autoafirmação da individualidade. Ela também menciona que “Além de constituir um requisito básico para desenvolver o *eu*, o ambiente privado também era o cenário onde transcorria a intimidade. E era precisamente nesses espaços onde se engendravam, em pleno auge da cultura burguesa, os relatos de si” (SIBILIA, 2016, p. 86, itálico da autora).

Ainda a respeito das subjetividades, temos que as personagens camilianas desta narrativa apresentam constância em relação ao caráter e personalidade, não havendo mudanças bruscas no modo de pensar e agir. Óscar Lopes nota que “[...] as personagens integradas no esquema central são, em regra, pintadas a branco ou a preto, encaminhando de um modo nitidamente bipolar as simpatias e as antipatias dos leitores” (LOPES, 1984, p. 59). Isso é válido para este romance na medida em que todas as personagens mantêm suas condutas e não demonstram desvio de caráter: a título de exemplo, António começa e termina a narrativa sendo um homem honesto e honrado; Corina, da mesma forma, sempre se mostrou virtuosa e resiliente.

A partir de Fernando de Ataíde/Carlos Zuzarte e António, é interessante discutirmos o papel do brasileiro “torna-viagem” e sua importância para casamentos que visavam a ascensão social. Rosemary da Silva Granja observa que o termo “brasileiro” não se referia apenas às pessoas nascidas no Brasil. Também recebiam esta alcunha os portugueses que aqui viveram para fazer fortuna e retornavam para seu país de origem. Mesmo passados muitos anos do regresso, eles ainda eram chamados de brasileiros (GRANJA, 2009, p. 21). Podemos

encaixar nessa definição as personagens António e Fernando, porque os dois vivem no Brasil durante uma parte da narrativa. Fernando é descrito como brasileiro, porém, não sabemos se ele nasceu aqui, visto que, como mencionado, os portugueses de torna-viagem assim são alcunhados. António também é visto como tal, porque recebe uma herança de seu chefe Valentim e retorna para Portugal com dinheiro suficiente para viver de forma confortável. Tatiana Moysés nota que o “brasileiro” torna-viagem é uma peça importante no mercado matrimonial porque, geralmente, esta pessoa retornou muito mais rica, portanto, “[...] é o típico noivo financeiramente conveniente e socialmente apetecível” (MOYSÉS, 2015, p. 170).

Camilo tenta nos mostrar que a vida privada de uma família burguesa não é tão perfeita como se mostrava na sociedade, mas sim repleta de conflito de interesses, manutenção das aparências, briga por dinheiro e diversos outros motivos. Aliás, este romance evidencia a fragilidade dos valores burgueses ao pautar o bem-estar e a felicidade em bens materiais e em relações que mantêm as aparências. Devemos ter em mente que a literatura é, muitas vezes, uma representação da sociedade em que está inserida; portanto, esses conflitos também eram muito comuns na vida real. No século XIX, a família encontrava-se num momento de incompatibilidade de valores: ao mesmo tempo em que se mostrava como um símbolo de honra, em que o bem da instituição deveria estar acima dos membros em si, ela sofria pressões de certas demandas como o igualitarismo e individualismo, que, apesar de não ser tão notórios a princípio, causavam pensamentos “subversivos” nos componentes. Para complementar esse pensamento, vejamos o que observa Perrot a respeito da honra familiar:

A família não é apenas um patrimônio. É também um capital simbólico de honra. Tudo o que arranha sua reputação, que mancha seu nome, é uma ameaça. [...] O erro comprometedor de um membro seu mergulha-a num constrangimento cruel. [...] De modo geral, a honra é mais moral e biológica do que econômica. [...] Em suma, a desonra chega através das mulheres, sempre situadas do lado da vergonha (PERROT, 2009, p. 250).

O que vimos em *Estrelas Propícias* é justamente o que foi descrito acima: um patriarca de uma família burguesa falida, porém, com um nome a zelar, que buscava a todo custo casar suas filhas para além de ascender socialmente, manter a honra ilibada, de forma que era impensável, a princípio, que sua filha mais velha se casasse com um rapaz pobre que não morasse na capital portuguesa, sendo necessário destacar o impacto socioeconômico nas trajetórias das personagens. Todos esses temas foram discutidos no romance a partir da história de amor entre António e Corina – e é esse e outros tópicos que evidenciam a importância deste romance. Com isso, queremos dizer que Camilo Castelo Branco não tratava

do amor pelo amor, ou seja, não tratava de uma história de amor sem a ela estar atrelada questões de ordem histórica, econômica, filosófica e de outras áreas. Tatiana Moysés vem ao nosso encontro ao sublinhar que o enlace de dois amantes serve como mote para discussões sobre matrimônio e patrimônio, as relações entre portugueses e brasileiros, a ascensão social etc. (MOYSÉS, 2015). É isso que, a nosso ver, faz de Camilo um autor que vai muito além de ultrarromântico e que deve ser tema de discussões na academia e ter sua fortuna crítica ampliada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que vimos, os dois romances não se enquadram fixamente nas categorias “romance passionai” e “romance satírico” propostas pela crítica e expostas aqui na introdução. Ambas as narrativas apresentam histórias de amor intensas – sendo, no caso de Pedro e Jerónima de *As Três Irmãs* não correspondido e no caso de Corina e António, de *Estrelas Propícias*, sim –, mas, felizmente, os casais não vivenciam finais trágicos decorrentes deste sentimento. *Estrelas Propícias*, sobretudo, passeia entre o sério e o cômico em diversos momentos, seja ao relatar a história de um casal que vive obstáculos quase intransponíveis para estarem juntos, seja ao rir dos pilares que sustentam a burguesia oitocentista.

Além dessa dicotomia, certos estudiosos tendem a classificar Camilo Castelo Branco como um autor ultrarromântico, e tomam como exemplo o largamente conhecido *Amor de Perdição*. Através das análises dos romances *As Três Irmãs* e *Estrelas Propícias*, principalmente este último, apoiados em pesquisadores como Óscar Lopes, Luciene Pavanelo e Tatiana Moysés, vimos que as histórias de amor são, na verdade, pano de fundo para discutir questões iminentes da época.

Conforme vimos no primeiro capítulo, panoramicamente, a situação da mulher oitocentista era precarizada, sendo a elas negado o direito à mesma educação que os homens recebiam, o direito de escolher em qual área trabalhar e, por fim, vimos que elas eram meramente vistas como um meio de reproduzir cidadãos e uma pessoa que servirá de empregada doméstica – porém, sem direitos trabalhistas nem remuneração. Tal situação é representada com dedicação por Camilo nos dois capítulos seguintes. Através de Jerónima, vivenciamos como era difícil a emancipação da mulher solteira e a partir de Corina, tivemos a experiência de entrar em contato com o mundo da esposa, do “anjo dos lares”. Além disso, os romances se alinharam ao que era determinado pelos textos jurídicos, como o Código Civil e Penal Português, que tratam das condições do divórcio, do adultério e das funções dos cônjuges no casamento.

No segundo capítulo, ao olhar com mais atenção para *As Três Irmãs*, percebemos o quanto a decisão de uma mulher é descredibilizada – e isso, infelizmente, ainda é visto nos tempos atuais –, principalmente quando essa decisão vai de encontro com o estabelecido pelo senso comum. Jerónima representou isso ao recusar casar-se em diversos momentos, ao rejeitar Pedro Monteiro, mais especificamente, e por querer seguir a carreira de comerciante.

Sua decisão de ser dona de sua própria história nunca foi levada a sério, porque seus objetivos fugiam do que era esperado de uma mulher.

Se o protagonista deste romance fosse um homem e se ele tivesse todas as características de Jerónima – como a aptidão para a contabilidade e comércio, o desejo de ser independente financeiramente – certamente ele não seria contrariado ao longo da narrativa, nem sofreria impedimentos alheios ao econômico. Na verdade, aos homens eram esperadas atitudes como esta, visto que eles foram educados justamente para se firmarem no mercado de trabalho e conquistarem sucesso. Se ele decidisse não se casar para mergulhar profundamente na carreira do comércio, sua decisão seria respeitada e até mesmo louvada; porém, como essa trajetória é percorrida por uma jovem, é claro que ela seria julgada pela sociedade e pela família – relembremos que após a moça recusar mais uma vez o pedido de Pedro Monteiro, o seu cunhado, José da Fonseca tenta consolar o rapaz afirmando que ela não tem capacidade de amar, sendo que ele vivia com a moça e testemunhava seu amor incondicional pela família, anulando, dessa forma, seu argumento.

Para exemplificar o exposto acima, ao observar as posturas de Jerónima e António, encontramos semelhanças, pois as duas personagens pensam o enriquecimento como forma de independência. O fator que muda completamente as jornadas dos dois é apenas o gênero: António não encontrou muita resistência para mudar de país, deixar a amada em Portugal e tentar fazer fortuna aqui no Brasil. Seu amigo Felisberto Taveira tentou dissuadi-lo, mas não obteve sucesso. Ao chegar aqui, encontrou uma pessoa que o direcionou no caminho do sucesso no ramo do direito. Observando sua história, tudo se encaminhou para que António alcançasse seus objetivos profissionais e financeiros. Jerónima, por outro lado, não teve a mesma sorte que o primeiro pelo simples fato de ela ser mulher. Sua posição na sociedade não permitia que ela alçasse voos muito altos, como tomar a frente de um comércio e ser independente. Para que ela pudesse se sustentar, precisou recorrer a funções tipicamente femininas, como vender doces e ser preceptora de meninas. Com isso, queremos dizer que a ambição é bem-vista quando sentida por um homem. Uma mulher ambiciosa deve ser temida, pois é considerado errado pela sociedade e vai de encontro com o que foi pensado para ela.

O autor Almeida Garrett apresenta uma explicação para esta diferenciação das funções entre o homem e a mulher. Seu pensamento se alinha com o que exploramos no primeiro capítulo desta dissertação: segundo ele, a natureza deu aos dois os mesmos direitos e deveres; porém, a forma que o homem e a mulher vão desempenhar tais funções seriam diferentes, sendo a do homem administrar os trabalhos que exijam força e a da mulher, os que requeiram privações e resignações. Essa diferença não significa que a mulher deve servir ao homem,

mas que ela deve sujeição a ele, e isso implica dependência da primeira perante o segundo. Por fim, ele explica que a mulher é diferenciada porque ela foi moldada para ser mãe. Ele explica que a causa da ruína de diversas sociedades se deu por causa das mulheres, porque elas insistiram em se aventurar nas funções designadas para os homens:

Observai a sociedade em seu estado de decadência; e vereis nos países em que a civilização degenerou já em dissolução e se corrompeu – o homem assimilado à mulher pela timidez e domesticidade, a mulher abandonando a domesticidade e o recato para se misturar nos prazeres tumultuários do outro sexo;– e a pretendida supremacia varonil reduzida a um nome vão e ridículo. A mulher deixa de ser mãe, para o que a natureza a formou; é erudita, é autora, é estadista, é tudo menos *mulher*: com todos os vícios do nosso, não tem nenhuma das virtudes do seu sexo (GARRETT, 2009 [1829], p. 193).

Já no terceiro capítulo, vimos que Corina não ousou como Jerónima e decidiu se casar. A partir dela, vimos a importância que a instituição casamento tinha para a sociedade, tanto no sentido moral – conforme pregava Hegel e observamos no capítulo dois – como no sentido social e econômico. No sentido moral e social, era importante porque essa etapa da vida significava prosperidade aos olhos dos outros. Casar-se era o objetivo da maioria das pessoas porque constituía sucesso: o casal passava a fazer parte de um dos pilares mais importantes da sociedade, porém, conforme Hegel nos explica, é necessário que essa família disponha de patrimônio. Para tanto, era importante que as pessoas se casassem com outras tão ou mais ricas que elas, e isso implica a importância econômica.

Conforme já dito, tudo isso foi discutido e pensado em *Estrelas Propícias* a partir de um amor entre uma moça de uma família burguesa falida e um rapaz pobre e sem perspectivas de ascensão. O desenrolar de suas histórias nos mostrou a importância de se consumir enlances proveitosos e da proveniência dos nubentes: é óbvio que o dinheiro é o que mais importa, mas, antes de investir no relacionamento, os pais dos noivos buscam saber se o(a) pretendente é de uma família abastada, se possui boa educação e se tem boa reputação.

A respeito da temática do amor, assim como Lopes afirma que o amor sacraliza as pessoas – conforme comentado no segundo capítulo –, Jacinto do Prado Coelho também seguirá este pensamento ao mencionar que este sentimento torna os amantes nobres perante Deus. Em *As Três Irmãs* vimos que, de fato, aqueles que amam – seja o amor *eros* como o amor *philos* – são vistos como seres santificados na Terra; em *Estrelas Propícias* também haverá esta sacralização dos amantes, porém, somente o casal Corina e António terão um amor santo aos olhos das pessoas, porque ambos foram capazes de submeterem-se a sacrifícios para estarem juntos.

Por fim, retomaremos alguns aspectos da escrita camiliana. Com a leitura atentas dos dois romances, pudemos perceber que nosso autor gostava de trabalhar com o duplo: nas duas narrativas vimos a dicotomia da pessoa virtuosa *versus* não virtuosa como forma de “educar” seus leitores – como é o caso de José da Fonseca e Duarte Pereira em *As Três Irmãs* e Gastão de Noronha e António de Azevedo em *Estrelas Propícias* –, bem como a exaltação da moral burguesa *versus* crítica aos seus valores.

Os romances apresentam temas que não são compatíveis, e podemos pensar isso como a alternativa encontrada por Camilo para atingir um número máximo de leitores, conforme discutido nas seções anteriores: apesar de o primeiro relatar a subversão de uma mulher (algo considerado radical), a narrativa retoma ao tom conservador e coloca em pauta o seguimento da moralidade, ou seja, a mensagem de que ser uma pessoa virtuosa é a melhor caminho a seguir – agradando, dessa forma, seu público leitor burguês, pois a moralidade era um valor muito caro a esta classe. Já em *Estrelas Propícias*, embora se fale de uma história de amor quase impossível – um clichê dos romances da época –, ele apresenta como questão a ser pensada a fragilidade de alguns laços sociais, nos mostra a hipocrisia, denuncia atitudes muito comuns da época, bem como a crítica ao orgulho da nobreza.

Esperamos ter agregado, com nossas reflexões, questionamentos e análises, à fortuna crítica camiliana, que já é vasta, mas que se volta, em sua grande maioria, para seus romances mais conhecidos. Lançando luz sobre essas histórias menos conhecidas do público atual, e mesmo dos estudiosos da literatura portuguesa, almejamos que outras pessoas se aventurem nesse novo mundo e que divulguem para os demais a ironia, as peripécias e as diversas histórias de amor que tiram o fôlego, criadas por Camilo. Sobretudo, almejamos que divulguem para mais pessoas, sempre, a genialidade desse autor que arrancou lágrimas e suspiros de seus leitores tanto no passado como no presente.

## REFERÊNCIAS

- ALAMBERT, Z. *Mulher: uma trajetória épica (esboço histórico – da antiguidade aos nossos dias)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S. A. IMESP, 1997.
- BARBOSA, L. X. Proêmio. In: BARBOSA, L. X (org.). *Cem cartas de Camilo*. Lisboa: Portugal – Brasil Limitada, 1919.
- BARREIRA, C. Imagens da mulher na literatura portuguesa oitocentista. *Análise Social*, v. 22, n. 92/93, p. 521-525, 1986.
- BEDIA, Rosa Cobo. Género. In: AMORÓS, Celia (org.). *Diez palabras claves sobre mujer*. 4. Ed. Estella: Verbo Divino, 1995.
- BEDIA, Rosa Cobo. “La 'ley trans' debería conseguir tanto preservar la dignidad de las personas trans como no banalizar el sexo. Y la autodeterminación de género reduce el sexo a puro deseo. Lo banaliza y lo priva de dignidad.”. 04 de fevereiro de 2021. 06:42 am. Tweet.
- BÍBLIA, N.T. Efésios. Português. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Paulinas Editora, 2005.
- BÍBLIA, N.T. 1 Timóteo. Português. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Paulinas Editora, 2005.
- BÍBLIA, N.T. Atos. Português. *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Paulinas Editora, 2005. Cap. 9.
- BRASIL. Lei n. 1, de 1837, e o decreto n. 15, de 1839. Sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. *Revista História da Educação*, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 18, 2005.
- BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. *Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio*, Rio de Janeiro, 18 set. 1850. Fl. 57 do livro 1º dos Actos Legislativos.
- BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. *Coleção de Leis do Brasil*, p. 2664, v. x, 1890.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale et al. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1.
- BRAGA, T. *As modernas ideias na literatura portuguesa*. Porto: Lugan & Genelioux, 1892.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CABRAL, A. *Subsídio para uma interpretação da novelística camiliana*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.
- CASCÃO, R. Demografia e sociedade. In: MATTOSO, J. *História de Portugal – O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v. 5, p. 425-439.
- CASTELO BRANCO, C. *As três irmãs*. 9. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira., 1946 [1862].
- CASTELO BRANCO, C. *Estrelas propícias*. 6. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1965 [1863].
- CÉSAR, G. Nota preliminar. In: CASTELO BRANCO, C. *A filha do doutor negro*. 8. ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1946 [1864].
- COELHO, J. P. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2002.

- DUQUESA. In: *Grande dicionário Houaiss online*. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2021. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v5-4/html/index.php#1](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#1). Acesso em: 17 mar. 2021.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*. 1. ed. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. 1. ed. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante; 2019.
- FERRAZ, M. L. A. *Dicionário do romantismo literário português*. Lisboa: Editorial Caminho SA, 1997.
- FRANCHETTI, P. A ficção Camiliana. In: CASTELO BRANCO, Camilo. *Coração, cabeça e estômago*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 09-50.
- GARRETT, A. *Da educação*. Edição crítica. Edição de Fernando Augusto Machado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.
- GRANJA, R. S. *Brasileiros e portugueses: todos fora do lugar - A imagem do brasileiro torna-viagem na ficção camiliana*. 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- GOMES, A. S. Mulheres, sociedade e Iluminismo: o surgimento de uma filosofia profeminista na Inglaterra do século XVIII. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 29, dez. 2011.
- HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1820].
- HOMEM, A. C. Jacobinos, liberais e democratas na edificação de Portugal. In: TENGARRINHA, J. (org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSC; UNESP. Portugal: Instituto Camões, 2000.
- INSTITUICIÓN EDUCATIVA SEK. Efeminista, 2020. Amelia Valcárcel: “Es hora de ir pensando em abolir la prostitución”. Disponível em: <https://www.efeminista.com/amelia-valcarcel-rostros-8m/>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- KNIBIEHLER, Y. Corpos e corações. In: FRAISSE, G. Perrot, M. (org.). *História das mulheres: o século XIX*. Trad. Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- LINDBERG, C. *Love: a brief history through Western Christianity*. Malden: Blackwell Publishing, 2008.
- LOPES, O. Concepção de vida na ficção de Camilo. In: LOPES, O. *Álbum de família*. Ensaios sobre Autores Portugueses do século XIX. Lisboa: Editorial Caminho, SARL, 1984. p. 53-67.
- LOPES, O. Claro-escuro camiliano. In: LOPES, O. *A Busca de sentido, questões de literatura portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994. p. 39-65.
- MARTINS, O. *Dispersos*. Organização de António Sérgio. T. II. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924.
- MATHIEU, N. Sexo e gênero. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- MOISÉS, M. *Presença da literatura portuguesa*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 3.

- MORAES, M. L. Q. Prefácio. In: WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MOYSES, T. F. A. *Camilo Castelo Branco: a moral a serviço das conveniências*. 2009. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MOYSES, T. F. A. *Cálculo, prestígio e interesses: o amor em outra perspectiva na ficção de Camilo Castelo Branco e Manuel António de Almeida*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- OLIVEIRA, P. M. Nótulas a cerca do Brasil em dois romances camilianos. In: *Estudos portugueses e africanos*, Campinas, n. 33-34, 1999, p. 99-111.
- OLIVEIRA, P. M. Da ficção camiliana como interpretação de Portugal. In: FERNANDES, A. G.; OLIVEIRA, P. M. (org.). *Literatura portuguesa aquém mar*. Campinas: Komedi, 2005. p. 135-147.
- PERROT, M. *Mulheres públicas*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PERROT, M (org.). *História da vida privada IV: da revolução francesa à primeira guerra*. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PERROT, M. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. 8. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2019.
- PAVANELO, L. As três irmãs, de Camilo Castelo Branco, e a independência feminina por meio do trabalho e da recusa ao casamento. In: PAVANELO, L. (org.). *Marginalidades femininas: a mulher na literatura e na cultura brasileira e portuguesa*. Montes Claros: Unimontes, 2017.
- PAVANELO, L. *Entre o coração e o estômago: o olhar distanciado de Camilo Castelo Branco*. 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009a.
- PAVANELO, L. O olhar camiliano sobre o contexto literário oitocentista: metalinguagem e paródia em "o que fazem as mulheres". *Revista Desassossego*, v. 1, n. 1, p. 140-151, 2009b.
- PORTUGAL. *Código Civil Português de 1867*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968 [1867].
- PORTUGAL. *Código Penal Português de 1886*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919 [1886].
- RÉGIO, J. *Ensaios de interpretação crítica*. Porto: Brasília Editora, 1980.
- REIS, C.; PIRES, M. N. Camilo Castelo Branco e o Romantismo Português. In: REIS, C. *História crítica da literatura portuguesa V: o romantismo*. 2. ed. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1999.
- ROCHA, D. et al. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, de Olympe de Gouges. *Traslato*, Porto Alegre, v. 17, p. 182-189, jun. 2020.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da educação*. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 [1762].

- SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SAMYN, H. M.; SALES, B. O. Relações matrimoniais e interesses patriarcais em *As Três Irmãs* (1862) e *Estrelas Propícias* (1863), de Camilo Castelo Branco. *RevLet – Revista Virtual de Letras*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 957-974, ago./dez. 2020.
- SANTOS, J. C. Aquilo a que se chama amor: as histórias por detrás das histórias que Camilo conta. *Revista Colóquio Letras*, Lisboa, v. 119, p. 60-75, jan./mar. 1991.
- SARAIVA, A. J.; LOPES, O. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1996.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 71- 99, 1995.
- SERRÃO, J. *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.
- SIBILIA, P. Eu privado e o declínio do homem público. In: SIBILIA, P. *O show do eu*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- SILVA, C. G. *Até que a morte os separe: casamento reformado nos séculos XI-XII*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SOLEDADE. In: *Grande dicionário Houaiss online*. Rio de Janeiro: Instituto António Houaiss, 2021. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v5-4/html/index.php#3](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#3). Acesso em: 17 mar. 2021.
- SOUSA, M. S. *A ficção camiliana: a escrita em cena*. 2009. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SPERB, C. M. *O mito nos fragmentos de Corina*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- VÁLCARCEL, A. Misoginia romântica: Hegel, Schopenhauer, Kierkegaard, Nietzsche. In: *La filosofía contemporánea desde una perspectiva androcéntrica*. Coord: Alicia Helda Puleo. Madrid: Secretaria General de Educación y Formación Profesional, 1993. p. 13-32.
- VAQUINHAS, I. (coord.) *História da vida privada em Portugal: a época contemporânea*. Lisboa: Temas e Debates, 2011.
- VAQUINHAS, I. M.; CASCÃO, R. Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa. In: MATTOSO, J. *História de Portugal – O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v. 5, p. 441-457.
- WALTERS, M. *Feminism: a very short introduction*. New York: Oxford University Press, 2005.